

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUCS-SP

ANA PAULA SANTANA RODRIGUES

"Encosta aí, ladrão": violência policial contra adolescentes e jovens em medida
socioeducativa

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

SÃO PAULO

2019

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUCS-SP

ANA PAULA SANTANA RODRIGUES

"Encosta aí, ladrão": violência policial contra adolescentes e jovens em medida
socioeducativa

Mestrado em Psicologia Social

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como
exigência parcial para obtenção do título de MESTRE
em Psicologia Social, sob a orientação da Profa. Dra.
Maria Cristina Gonçalves Vicentin.

SÃO PAULO

2019

Banca Examinadora

Este trabalho é dedicado:

a Robert Silva, Fernando e Otávio, que generosamente compartilharam seu tempo, suas vivências e reflexões, sem as quais este trabalho não poderia ter sido escrito;

a Lucas e Adriano (*in memoriam*), que nos foram tirados precocemente, mas que iluminaram nossos dias com seus sorrisos enquanto aqui estiveram;

às minhas estrelas, Thiago e Ana Maria (*in memoriam*), que tanto me ensinaram sobre amar.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, número do processo: 88887.149060/2017-00.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001, process number: 8887.149060/2017-00.

AGRADECIMENTOS

Foi uma rede tão forte de apoio e afeto, que sou repleta de gratidão.

À minha orientadora, Maria Cristina Gonçalves Vicentin, um bom encontro que tive em minha vida desde a graduação. Muito obrigada Cris por ter topado construir esse trabalho comigo, por ter me ensinado tanto no caminho, pela paciência, pela sensibilidade e pela parceria.

À Maria de Lourdes Trassi Teixeira, que participa da minha formação como psicóloga desde o início. Tem muito de você na minha atuação enquanto psicóloga, tem muito de você neste trabalho também. Muito obrigada pelas valiosas contribuições na banca de qualificação! Foi maravilhoso poder compartilhar mais este trabalho com você!

À Carolina Grillo, que conheci pelo trabalho no GT Violência e que sempre que ouço falar abre novos universos de pensamentos para mim. Muito obrigada por compor a banca deste trabalho e pelos apontamentos sensíveis e potentes que fez. Suas contribuições foram muito importantes! Que continuemos trocando pela vida.

À Marilu, pela revisão atenciosa do presente texto, que topou me acompanhar no ritmo insanamente acelerado do encerramento.

Ao Robert Silva, Fernando e Otávio, sem vocês este trabalho não teria acontecido. Muito obrigada por compartilhar suas histórias e pensamentos. Foi maravilhoso estar com vocês! Que vocês sigam crescendo e florescendo cada vez mais! Vocês moram no meu coração! E muito obrigada também à Thallya, sempre tão acolhedora e divertida, que também aceitou conversar comigo e dividir suas vivências e reflexões.

Ao GT Violência, espaço cheio de gente potente, com quem eu tanto cresço e aprendo. Muito obrigada Aline, Thaynã, Ana Paula, Cris, Jéssica, Luciana, Roseli, Sueli, Glauber, Izabela, Bruno Goes, Carla, Cintia, Larissa. Especialmente a Brunno, Gabi, Marcela, Jessy, Mat, Mau, Rose Lobato, Pedro, Paulinha, Re Nunes, Gu Antonio, Ka Scaramboni, Bel, Paty Shimabukuro, Dani Augusto, Gi Kliemann, e aos membros honorários João Baring, Mari Piovesan, Samira Silva, Denis Ferreira, Vagnão, Ca Gibin, Antonia Sivanilda, Re Lauriano.

À Articulação, espaço muito importante na minha formação profissional, onde encontro amigos e parceiros de luta.

Às amigas e amigos do MSE Vila Andrade, onde todas essas inquietações começaram, com quem partilhei muitas reflexões, lutas, risadas e afeto: Aurinha Campos, Sheyla Santana, Re Cannizza, Ro Souza Mendes, Nildo Moraes, Jamil Pereira, Elton Elias, Cláu Pádua, Gabi Bitencourt, Sa Ogalde, Tete Costa, Ari Silva, Cadu Alves, Nei Rocha, Fábio

Vicente e Wesley Zaqueu (meu amado fã). E ao meu amigo, parceiro de oficinas de *street art*, Carlostep.

Às minhas companheiras e aos meus companheiros do NUPLIC, tão maravilhosos, que fizeram este percurso muito potente, afetuoso e alegre para mim: Karina Scaramboni, Luiza Escardovelli, Gabriel Rocha, Claudia Trigo, Iara Pedó, Emiliano De Camargo David, Camila Avarca, Saulo Tavares da Mota, Pedro Pacheco, Augusto Sanches Viodres, Juliane Manzini, Dayse Andrade, Lúcia Filomena Carrero, Dea Barros, Daniel Péricles de Arruda, Marcos Muniz, Marta Okomoto, Ana Carolina Gil, Rodrigo Alencar, Rodrigo Vaz, Rubens Espejo (membro de coração), Izabela Oliveira, Isadora Souza e Lilian Breschigliaro e as professoras Gabriela Gramkow e Elisa Zaneratto Rosa.

Às minhas amigas e amigos dos outros núcleos, com quem compartilhei as alegrias e as angústias das disciplinas, novos conhecimentos e muito afeto, especialmente: Andresa Cazarine Mendes, Gislene, Aline Pereira, Carla, Luciane Jabur, Flávia Eugênio, Ivani Oliveira, Franklin, Juliana Berezoschi e Roberta Arlotta.

À Karina Scaramboni, foi maravilhoso compartilhar parte deste caminho com você! Muito obrigada pelas contribuições neste trabalho e, mais do que isso, pela sua amizade sempre sensível e atenta a mim, pela sua risada que ilumina quem está ao seu redor, por ter me acalmado em tantos momentos, por ter me levado para conhecer a BVO, por me apresentar tantos lugares e tantas pessoas incríveis.

À Sulamita Jesus Assunção, por me ensinar tanto, pelos abraços, risadas e por ser essa luz intensa e alegre!

À Aline Matheus Veloso, muito obrigada por ter me dado o que eu precisava e nem sabia pedir. Muito obrigada pelas tantas reflexões que partilhou comigo, que sempre me ensinaram tanto, muito obrigada por ter me ensinado a fazer roteiro de escrita, muito obrigada por ter me ajudado a pensar este trabalho! E, claro, muito obrigada por ter me levado pra conhecer o Ilê., por ter me ensinado sobre cabelo cacheado, sobre lençóis, sutiãs e tantas outras coisas.

À Antonia Sivanilda e Elaine Lima, mulheres tão especiais que encontrei no caminho, com quem aprendo tanto e de quem recebo tanto afeto.

À Thaís Fernanda, pessoa que transborda afeto e alegria, por ter compartilhado suas histórias comigo, por ter me acalmado em momentos que precisei, por ser tão especial.

Às minhas amigas fiéis Mariana Adrião Cavalcanti e Renata Brasil Soares, pelo apoio, pela amizade, pela compreensão e incentivo. Muita gratidão por ter vocês na minha vida. E obrigada, Re, por emprestar o escritório da sua casa de vez em quando para que eu pudesse escrever.

À minha família, e fonte de apoio e de amor inesgotável, sem a qual nada seria possível. Especialmente à minha avó, pela preocupação, incentivo e pães de queijos caseiros; ao meu avô, pelas palhaçadas que sempre me fazem rir; à minha prima irmã Thaisa, que me acompanha desde sempre; e à minha prima irmã mais velha Bruna, pelas conversas e pelo apoio sempre tão importantes para mim.

Aos meus pais e ao meu irmão Caio, por terem me apoiado desde o início deste trabalho, material e emocionalmente, e por serem meu porto seguro de amor. Sem vocês nada disso seria possível.

Ao meu amado companheiro, Rodrigo Brasil Soares, presença constante do contraponto na minha vida, que nunca me deixa faltar apoio e amor! Muito obrigada por me emprestar o quarto silencioso com ar-condicionado para escrever no verão, pelas caronas, pelos almoços, por tanta compreensão, carinho e amor.

RESUMO

RODRIGUES, Ana Paula Santana. "Encosta aí, ladrão": violência policial contra adolescentes e jovens em medida socioeducativa. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

A presente pesquisa tem como objetivo caracterizar a violência policial com os adolescentes e jovens em cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (MSE-MA) na cidade de São Paulo, analisando como os jovens vivem e narram essas experiências de violência e como elas produzem certos vetores de subjetivação. Apoiamo-nos, para tanto, na revisão de literatura sobre este tema e, mais especificamente, nos trabalhos que discutem como os adolescentes e jovens em cumprimento de MSE-MA são alvos frequentes de abordagens violentas da polícia, que se dão com práticas de agressões físicas e psicológicas, humilhação e tortura. Entrevistamos três jovens que já cumpriram MSE-MA para conhecer as experiências de violência policial vividas por eles e os efeitos que essas experiências produziram. As narrativas dos jovens, analisadas em eixos temáticos, nos permitiram traçar duas dimensões de análise: uma que diz respeito aos relatos dos jovens sobre um certo *modus operandi* da polícia e seus selecionados e como eles analisam essa atuação; e outra que diz respeito aos afetos mobilizados e a certos vetores de subjetivação conformados por essas experiências. A partir dos conceitos de incriminação e sujeição criminal de Michel Misse, pudemos verificar que existe nessa relação um processo em que os policiais tomam esses jovens como portadores de uma subjetividade criminosa, como sujeitos perigosos, irrecuperáveis, "bandidos". Considerados como "bandidos", contra eles qualquer ação violenta pode ser feita e, no limite, eles podem ser mortos. Nas experiências dos três jovens que vivem a experiência de "incriminação, não identificamos elementos que sugiram, por sua vez, processos de subjetivação identificados ao lugar da sujeição criminal. Mas, nos três jovens, o que se evidencia é este esforço de elaboração do traumático de forma a forjar alguma inscrição política de suas vidas.

Palavras chave: juventude, medidas socioeducativas, sujeição criminal, subjetivação.

ABSTRACT

RODRIGUES, Ana Paula Santana. "Encosta aí, ladrão": violência policial contra adolescentes e jovens em medida socioeducativa. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

This research aims at describing the violence within the police treatment regarding the youth facing socio-educational measures in liberty in São Paulo, analysing how the youth lives and narrates these violent experiences and how these experiences produce certain vectors of subjectivation. The research was based on the revisitation of the literature of this theme and, more specifically on papers that discuss how the youth facing socio-educational measures in liberty are commonly adressed by the police's violent approaches, that happens with physics and psychological aggressions, humiliation and torture. We've interviewed three juveniles that have already faced socio-educational measures in liberty on their experiences of police violence and the affections that these experiences have produced. The youth's narrative, analyzed in thematic axes, allowed us to trace two dimensions of analysis: one of them regarding the youth's narrative about certain *modus operandi* of the police and its targets and the way the youth analyses this operation; and the other one is about the affections mobilized and certain vectors of subjectivation shaped by these experiences. Based on the concepts of "incrimination" and "criminal subjection", as defined by Michel Misse, we could see that the police officers take these juveniles as bearers of a criminal subjectivity, as dangerous people, irrecoverable, "thugs". Considered "thugs", any violent action against them is justified and, on the limit, they can be murdered. We did not identify elements of subjectivation process related to the "criminal subjection" condition in the experiences of these three juveniles living under the "incrimination" condition. But, what is clear on the three of them is the effort of elaboration on the traumatic in order to produce some sort of political inscription of their lives.

Keywords: youth, socio-educational measures, criminal subjection, subjectivation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 VIOLÊNCIA POLICIAL E ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	27
1.1 Violência policial no Brasil	28
1.1.1 Estudos sobre violência policial em São Paulo	32
1.1.2 A violência policial em números: dados sobre letalidade policial	36
1.1.3 A violência policial demarcando fronteiras: as margens como alvo	42
1.2 Os jovens negros e periféricos como alvo principal da violência policial	50
1.3 Os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas como alvos sistemáticos da abordagem e da violência policial	54
CAPÍTULO 2 A violência policial na perspectiva dos jovens: entre incriminação e sujeição criminal.....	67
2.1 Dos adolescentes/jovens participantes.....	67
2.1.1 Robert Silva.....	67
2.1.2 Fernando	71
2.1.3 Otávio	72
2.2 Espaço ferido: locus de incriminação	75
2.3 "Viver em espaços feridos": do alvo, da sistemática e do <i>modus operandi</i> das abordagens policiais	79
2.3.1 Os selecionados: os "com passagem", território e raça	79
2.3.2 <i>Modus operandi</i> : esculachos, violências físicas e forjamentos	88
2.3.3 "Vai pendurar um troféu lá que ele me bateu"	106
2.4 Dos afetos e dos modos de subjetivação	110
2.4.1 Dos afetos mobilizados.....	110
2.4.2 Das táticas: "saber se policiar melhor"	118
2.4.3 Subjetivação	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS	142
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	145
ANEXO	151

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Taxas de mortes em decorrência de intervenção policial, por distrito policial na cidade de São Paulo, entre 2013 e 2016	39
Figura 2 - Taxas de mortes em decorrência de intervenção policial, por distrito policial na cidade de São Paulo, em 2016:	40

INTRODUÇÃO

Vamos falar sério!

Vamos falar sério, o que é que tá em jogo,
é o fim da violência, ou o extermínio do meu povo?

Nunca existiu igualdade social,
e agora o que eles querem é a redução penal?

Diminuição, reclusão, é pura enganação,
o objetivo do Estado é o extermínio dos irmãos.
Extermínio dos meus pares destruindo vários lares
e na mídia indigesta de achismos tem milhares.

Situação revoltante que nunca virou notícia,
agora nossa infância já é caso de polícia.

O jornalista põe na tela, sente o peso das novelas,
transformando em bandido os molecotes da favela.

E os meninos vão pra ilha e o sangue que se espalha,
alimenta e fortalece o movimento dos canalhas.

Nesse jogo mal jogado, de que lado você está?
Reprodução da covardia? Ou ampliação do olhar?

(Vagner Souza, Chellmi-SP e Sthefânia Carvalho)

Ana Paula: Como foi pra você falar sobre isso?

Otávio: De boa. Não sei se ficou bom pra você. (risos)

Assim se encerrou uma das entrevistas realizadas para este trabalho. Ouço nessa resposta de Otávio a devolução à minha pergunta: "Como é que foi pra você ouvir tudo isso?". Como ficar bom depois de ter ouvido tantas histórias de violência vividas por meninos tão jovens? Neste trabalho, busco digerir o que ouvi deles nas entrevistas, quando os atendia no Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto e também nos espaços que tratam da questão do campo socioeducativo e da violência policial contra a juventude negra, pobre e periférica.

Como pontuado por Peter Spink (2003), "a pesquisa nasce da curiosidade e da experiência tomados como processos sociais e intersubjetivos de fazer uma experiência

ou refletir sobre uma experiência" (p. 26). Assim, a presente pesquisa se funda em uma inquietação que surgiu no meu cotidiano de trabalho enquanto técnica social de um Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (MSE-MA)¹, atendendo a adolescentes e jovens² em cumprimento de medidas socioeducativas e seus familiares. No cotidiano do Serviço de MSE-MA, que atendia bairros da periferia sul da cidade de São Paulo, nos deparávamos com um contexto de violações de direitos dos mais diversos tipos, como recusa de vagas nas escolas em razão de os adolescentes terem passado pela internação na Fundação Casa, por ainda estarem cumprindo medida socioeducativa; estigmatização dos adolescentes e de seus familiares nos mais diversos espaços, como escola, equipamentos de saúde, transporte público, emprego etc.; falta de saneamento básico; entre outras situações, mas um dos contextos chamava mais a atenção – talvez pela brutalidade e pelo forte sentimento de impotência que nos gerava – afetando a mim e a meus colegas de equipe em especial: as situações de violência que os adolescentes, e muitas vezes suas famílias, sofriam de policiais. Frequentemente, os adolescentes e jovens atendidos chegavam agitados e nervosos por terem acabado de sofrer abordagem policial nos arredores do Serviço de MSE-MA. As abordagens incluíam ofensas, danificação de objetos pessoais dos adolescentes (como documentos pessoais, bilhete único, peças de roupas etc.), ocorrendo, em algumas situações, agressões físicas e ameaças de serem "flagrados" com drogas por meio de situações "forjadas" ou de que se fossem vistos pela região novamente, os policiais "dariam um sumiço" (sic) neles. Houve um período em que diversos adolescentes deixaram de comparecer ao Serviço de MSE-MA em razão de tais ameaças. Era também comum que, em dias de atendimento, algum tempo depois de os adolescentes terem saído do serviço, suas mães ligassem relatando que eles haviam sofrido abordagem policial violenta no caminho de volta para suas casas.

¹ É previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n. 8.069/90, que se verificada a prática de ato infracional ("conduta descrita como crime ou contravenção penal", segundo o art. 103 do ECA) por um adolescente (sujeito entre 12 e 18 anos de idade), a autoridade competente pode aplicar-lhe uma medida socioeducativa. No art. 112 do ECA, são previstas seis medidas, a saber: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; e internação em estabelecimento educacional. Os Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (MSE-MA) são responsáveis pelo acompanhamento dos adolescentes e jovens que cumprem as medidas de liberdade assistida e/ou prestação de serviços à comunidade. Os adolescentes e jovens são encaminhados a estes serviços pelo Poder Judiciário. Os Serviços de MSE-MA são executados pelo Poder Executivo Municipal. No caso do município de São Paulo, a execução destes serviços é terceirizada e realizada por ONGs conveniadas à prefeitura e supervisionadas por ela.

² Referimo-nos a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, considerando o parágrafo único do art. 2º do ECA, que prevê que: "Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade". Consideramos, portanto, como jovens os indivíduos entre 18 e 21 anos, que se encontram em cumprimento de medida socioeducativa.

Os adolescentes e jovens eram alvos da polícia de forma geral, mas muitos também contavam que eram especialmente perseguidos pelos policiais que os apreenderam, ou seja, que sabiam que eles "tinham passagem"³.

Como forma de proteção, as mães que conseguiam acompanhavam seus filhos aos atendimentos, pois percebiam que sua presença evitava as abordagens. Uma estratégia adotada pelos adolescentes era mudar os caminhos para chegar ao serviço, para não encontrar com os policiais agressores. A equipe técnica do serviço, por sua vez, sempre que tinha conhecimento, acompanhava as abordagens policiais que aconteciam nos arredores do serviço, buscando garantir algum tipo de proteção aos adolescentes. Essa estratégia, no entanto, era mais eficaz quando o técnico advogado estava presente e apresentava-se ao policial com sua carteira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), pois aí o policial o cumprimentava e explicava o motivo da abordagem. Sem a presença do técnico advogado, os policiais tratavam os técnicos que chegavam ao local da abordagem de modo ríspido e exigiam que ficassem a uma determinada distância deles e do adolescente abordado. Houve uma situação em que uma técnica assistente social estava acompanhando um adolescente que atendia ao ponto de ônibus e policiais abordaram o menino. Quando ela se manteve perto e se apresentou como assistente social que o acompanhava, o policial abordou-a também, dizendo que "se ela estava com ele, era para ir para a parede também e entregar seus documentos pessoais para que ele conferisse".

³ Segundo os jovens entrevistados, em todas as abordagens policiais, é perguntado se eles "têm passagem", ou seja, se eles já foram apreendidos e/ou se possuem algum processo com a Justiça. Veremos que essa é uma questão especialmente importante neste trabalho, pois "ter passagem" implica aos adolescentes e jovens mais violência nas abordagens policiais e, possivelmente, um maior número de abordagens também. Identificamos aqui uma seletividade na ação policial que mira esses jovens e é mais dura e violenta com eles. Soares e Ribeiro (2018), a partir da revisão de pesquisas, discutem que as instituições do sistema de justiça criminal brasileiro produzem o crime e o criminoso de forma seletiva. Essa discussão parte da concepção de que o crime é uma construção social. Não são todas as ações que são consideradas como crimes em nossa sociedade, nem são todos os agentes dessas ações que serão submetidos a processos formais de acusação e condenação. As pesquisas discutidas pelas autoras apontam que indivíduos jovens, negros, pobres e moradores de áreas periféricas da cidade são mais suscetíveis ao rótulo de criminoso pelas polícias e pelo Poder Judiciário, sendo também os mais suscetíveis a serem violentados e mortos em abordagens policiais, a serem presos provisoriamente ou condenados à prisão. As autoras explicam essa seleção por meio da teoria da rotulação, entendendo que, no sistema de justiça criminal brasileiro, a rotulação de um sujeito é anterior ao seu processo de incriminação, fazendo com que ele seja selecionado para ser abordado pela polícia e cair nas malhas da justiça criminal. As autoras se apoiam no conceito de "sujeição criminal", de Michel Misse, a partir do qual compreendem que o sistema de justiça criminal brasileiro, que tem nas organizações policiais sua porta de entrada, funciona a partir da seleção dos indivíduos que compõem o tipo social propenso a cometer crimes. A escolha desses indivíduos é concentrada entre aqueles que compartilham o estereótipo de "bandido" em nossa sociedade, aqueles com as características apontadas acima. O conceito da "sujeição criminal" é central também na presente pesquisa e será melhor desenvolvido posteriormente.

Era parte importante do atendimento no Serviço de MSE-MA trabalhar a raiva e a revolta produzidas nos adolescentes e jovens frente a essas situações violentas. Houve um período em que diariamente um ou mais adolescentes atendidos relatavam situações em que foram violentados pela polícia de alguma forma. Tais situações também geravam revolta na própria equipe, além de preocupação, angústia e impotência diante das situações relatadas.

Por meio da realização de capacitações e supervisões que focavam especificamente as questões da segurança pública e da violência policial e da união com outros Serviços de MSE-MA da região e da cidade, especialmente no espaço da Articulação das Entidades que Executam os Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto no Município de São Paulo (Articulação)⁴, fomos identificando que as situações de violência policial aconteciam nos territórios de todos os Serviços de MSE-MA da cidade, com adolescentes e famílias atendidos por esses serviços, o que nos fez pensar que se trata de um modo de funcionamento das instituições policiais.

Tal experiência, que afeta o cotidiano dos jovens e se torna visível para os profissionais tem sido, mais recentemente, por sua vez, objeto de uma produção de dados que busca romper com a invisibilidade da situação, colocando em análise o ativo ocultamento do papel do Estado, especialmente o do aparato policial na letalidade juvenil. De fato, tem se constituído uma luta – dos jovens, das famílias afetadas, dos movimentos sociais, das entidades de defesa dos Direitos Humanos e dos atores das políticas públicas – a produção de informação neste âmbito, para dar visibilidade à violência de Estado/policial. Tornar públicas as ações violentas do Estado, que produzem as mortes dessas vidas jovens, constitui um trabalho de produção de memória e enfrentamento às forças repressivas e autoritárias que construíram, em certos momentos históricos, regimes de verdade que associam pobreza, raça e periculosidade, para legitimar que essas vidas jovens, negras e periféricas são matáveis (AGUIAR, 2017). Para falar sobre essa luta, Aguiar (2017) retoma Foucault: "falar a esse respeito – forçar a rede de informações institucional, nomear, dizer quem fez, o que fez, denunciar o alvo - é a primeira inversão

⁴A Articulação das Entidades que Executam os Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto no Município de São Paulo é um grupo composto por trabalhadores de Serviços de MSE-MA do Município, que se reúne desde 1999-2000, discutindo e intervindo coletivamente em questões relacionadas aos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto e na política socioeducativa em meio aberto. Trata-se, portanto, de instituição representativa dos Serviços de MSE-MA do Município. Minha participação na Articulação será retomada posteriormente.

de poder, é um primeiro passo para outras lutas contra o poder" (FOUCAULT, 2008, p. 75-76, apud, AGUIAR, 2017).

Neste sentido, o presente estudo repousa na necessidade de ampliar a caracterização sobre como tem operado a violência policial contra os adolescentes e jovens inseridos no sistema socioeducativo, assim como na necessidade de analisar os efeitos dessa violência no cotidiano dos adolescentes e jovens, mais especialmente seu sofrimento e as formas de resistência e de subjetivação forjadas pelos adolescentes, trazendo a contribuição da Psicologia Social para esta discussão.

Buscamos responder às seguintes questões: Como tem operado a violência policial na relação com os adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto no município de São Paulo? Como os adolescentes e jovens vivem e narram estas experiências? Que saberes desenvolvem e que estratégias forjam para lidar com a polícia? Como são afetados por essa relação marcada pela violência?

Mais especificamente, pretendemos: contextualizar a organização e as funções da polícia no Brasil, buscando compreender nesse contexto a violência policial; caracterizar como tem operado a violência policial na relação com os adolescentes e jovens em cumprimento de MSE-MA; identificar e analisar dimensões de sofrimento que essas experiências têm gerado na vida desses adolescentes e jovens.

Este projeto se insere na linha de pesquisa *Infância, adolescência, Psicologia e Justiça* do Núcleo de Pesquisa em Lógicas Institucionais e Coletivas que focaliza trajetórias institucionais de crianças e adolescentes nos sistemas de saúde, assistência social e justiça e efeitos da violência de Estado, utilizando aportes da Análise Institucional.

O presente trabalho está estruturado da seguinte forma: no próximo tópico, explicitamos o modo de construção da pesquisa, apoiada na noção de campo-tema (SPINK, 2003), considerando, assim, todos os espaços, discussões e conversas importantes para a construção das ideias e análises que compõem a argumentação que desenvolvemos neste texto. Entre essas conversas, explicitamos como foram feitas as entrevistas sobre experiências de violência policial com três jovens que já cumpriram alguma medida socioeducativa em meio aberto, guiadas por pistas da História Oral. No capítulo 1, a partir de revisão da literatura, apresentamos a discussão sobre violência policial no Brasil e em São Paulo, com dados sobre letalidade policial e as características de suas vítimas, predominantemente jovens, negros, pobres e moradores de áreas periféricas da cidade. Em seguida, apresentamos dados sobre a juventude como principal

alvo dos homicídios e da violência policial no Brasil e em São Paulo. Por fim, abordamos a violência policial contra adolescentes e jovens inseridos no sistema socioeducativo, apresentando pesquisas que demonstram como esses adolescentes e jovens são, de fato, alvos de diversas práticas violentas por parte de agentes das forças policiais. No capítulo 2, apresentamos as entrevistas realizadas com os jovens e a análise do que eles enunciam em suas narrativas. Primeiramente, fazemos uma breve apresentação de cada jovem entrevistado. Depois, na realização da análise, dois planos de narrativa foram privilegiados: no primeiro, destacamos as narrativas dos jovens sobre o *modus operandi* da polícia e sobre a vida num tipo de espaço que podemos chamar, como Ferrandiz (2002), de *espaço ferido*, ressaltando os saberes dos jovens sobre a experiência de ser alvo de humilhação, esculacho, violência psicológica e física. Os conceitos de incriminação e sujeição criminal de Michel Misse também foram utilizados para a análise deste plano. Dividimos este primeiro plano em três tópicos: o primeiro evidencia as falas dos jovens sobre os principais alvos dessas práticas violentas; o segundo demonstra um certo *modus operandi* das práticas policiais na relação com esses jovens, a partir dos relatos que eles fazem das violências policiais que sofreram; e o terceiro traz falas dos jovens que evidenciam certas análises que eles fazem sobre a violência policial. No segundo plano, buscamos evidenciar os modos pelos quais as experiências de violência vividas pelos jovens na relação com a polícia conformam certos vetores de subjetivação. Também dividimos este segundo plano em três tópicos: o primeiro trata das afetações e dos sentimentos produzidos na relação dos jovens com a polícia; o segundo de certas táticas que eles desenvolvem para lidar com os policiais e tentar evitar abordagens e violências; e o terceiro trata dos certos vetores de subjetivação conformados nessas experiências. Para a análise, retomamos o conceito de sujeição criminal de Michel Misse e apoiamo-nos nas formulações de Daniel Péricles Arruda sobre processos de subjetivação da juventude periférica.

Das conversas que compõem a pesquisa: aportes metodológicos

Trabalhamos com a noção de campo-tema, proposta por Peter Kevin Spink (2003). A partir desta noção, o campo começa para a Psicologia Social quando nos conectamos à temática que nos propomos a pesquisar, sendo o campo "o argumento no qual estamos inseridos; argumento este que tem múltiplas faces e materialidades, que acontece em muitos lugares diferentes" (p. 28). Nesse sentido, campo-tema é um

"complexo de redes de sentidos que se interconectam" (p. 28) e que incluem as diversas conversas que compõem o campo-tema:

Nada acontece num vácuo; todas as conversas, todos os eventos, mediados ou não, acontecem em lugares, em espaços e tempos, e alguns podem ser mais centrais ao campo-tema de que outros, mais acessíveis de que outros ou mais conhecidos de que outros. Algumas conversas acontecem em filas de ônibus, no balcão da padaria, nos corredores das universidades; outras são mediadas por jornais, revistas, rádio e televisão e outras por meio de achados, de documentos de arquivo e de artefatos, partes das conversas do tempo longo presentes nas histórias das idéias [sic]. Alguns até podem acontecer com hora marcada, com blocos de anotações ou gravadores. (SPINK, 2003, p. 29)

A conversa que propomos a fazer no texto desta dissertação é composta por muitas outras conversas: conversas com os adolescentes e jovens e seus familiares no período em que eu atuava no Serviço de MSE-MA, conversas com parceiros de trabalho do sistema socioeducativo, conversas com parceiros do núcleo de pesquisa, conversas com amigas e amigos que partilham o interesse pelo tema aqui tratado, conversas com a banca de qualificação, conversas com as ideias de autores que estudam este tema, conversas com os jovens que aceitaram falar sobre as experiências vividas por eles nas abordagens policiais para esta discussão... E ainda muitas outras que serão explicitadas neste item.

Acompanhando Spink (2003), quando relatamos, buscamos mais informações, conversamos, produzimos uma pesquisa, também produzimos o campo-tema, fazemos parte de seu processo e de seus eventos no tempo. Neste sentido, mais uma vez reforçamos a ideia de que a pesquisa é composta por conversas, em oposição à ideia de dados, porque não existem fatos empíricos esperando passivamente e independentemente para serem observados e interpretados:

Não há dados, mas há, ao contrário, pedaços ou fragmentos de conversas: conversas no presente, conversas no passado; conversas presentes nas materialidades; conversas que já viraram eventos, artefatos e instituições; conversas ainda em formação; e, mais importante ainda, conversas sobre conversas. Não há múltiplas formas de coleta de dados e, sim, múltiplas maneiras de conversar com socialidades e materialidades em que buscamos entrecruzá-las, juntando os fragmentos para ampliar as vozes, argumentos e possibilidades presentes. (SPINK, 2003, p. 37)

Ao produzir uma pesquisa em Psicologia Social sobre as experiências de violência policial vividas por adolescentes e jovens inseridos no sistema socioeducativo, estamos argumentando que este campo-tema merece a atenção da Psicologia⁵ e estamos nos propondo a contribuir com ele a partir desse lugar, considerando que este é um campo-

⁵ "Uma disciplina acadêmica é somente isto: uma disciplina; nem mais ou menos importante, superior ou inferior a qualquer outra prática de análise e discussão instituída. É mais uma maneira de contribuir para o dia-a-dia [sic]." (SPINK, 2003, p. 26)

tema bastante complexo, que também é composto por conversas de muitas outras disciplinas, tais como Sociologia, Antropologia, Direito, igualmente importantes e que muito contribuíram para as ideias e análises aqui desenvolvidas, além das conversas que acontecem em muitos outros espaços não acadêmicos, como aqueles que tivemos a oportunidade de conhecer e de participar, fundamentais para a construção deste texto.

A Articulação dos Serviços de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto e o GT Violência

Há dois espaços muito importantes para a presente pesquisa, dos quais participei ao longo do tempo em que trabalhei como técnica social no Serviço de MSE-MA e continuei participando durante o desenvolvimento deste trabalho. Um deles é a Articulação, grupo que reúne mensalmente trabalhadores de diversos Serviços de MSE-MA da cidade de São Paulo. Nessas reuniões, são pautados diversos temas concernentes ao trabalho socioeducativo, assim como são pensadas e articuladas ações referentes ao que é discutido. Participo deste grupo desde minha entrada no Serviço de MSE-MA, no início de 2014, até os dias atuais, agora não mais como trabalhadora do sistema socioeducativo, mas como militante e pesquisadora, posição também entendida como de luta. Desde o início de minha participação, eram frequentes nas reuniões mensais da Articulação os relatos dos técnicos e gerentes dos Serviços sobre situações de violência policial que aconteciam com os adolescentes e jovens atendidos, na maior parte das vezes, mas também com seus familiares e com os próprios profissionais dos Serviços. As situações de violência policial aconteciam nos mais diversos territórios da cidade, regiões mais periféricas, mais centrais, no local de moradia dos adolescentes e jovens, nos arredores dos Serviços de MSE-MA, e até em frente ao Serviço. O sentimento mais forte compartilhado pelos profissionais era o da impotência. Frequentemente esses profissionais falavam que não sabiam como responder aos relatos de violências feitos pelos adolescentes e jovens e por suas famílias. Não sabiam responder em parte por não conhecerem que fluxos institucionais poderiam ser acionados e seguidos para denunciar e solucionar tais situações, em parte pela falta de confiança nos órgãos públicos responsáveis por fiscalizar e corrigir tais ações da polícia, e ainda por entenderem que em uma situação de denúncia, os jovens e as famílias são a parte mais frágil do processo, ficando expostos e vulneráveis a retaliações, suscetíveis a mais violência. Em 2014, o grupo realizou um levantamento de informações que ouviu adolescentes e técnicos sobre

diversas dimensões do atendimento socioeducativo para realizar um diagnóstico desse atendimento na cidade, a fim de embasar a construção do Plano Municipal Decenal de Atendimento Socioeducativo, que estava sendo elaborado à época. Nesse estudo, (ALBUQUERQUE et al., 2014), a questão da violência policial também apareceu com destaque.

Com o objetivo de denunciar tais situações, a Articulação participou de uma reunião, em 2015, com o Relator Especial da ONU sobre tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos e degradantes, Juan E. Mendez, que estava no Brasil⁶. Nessa ocasião, a Articulação entregou ao relator um dossiê com relatos de diversas situações de tortura cometidas por policiais contra os adolescentes, jovens e famílias atendidos pelos Serviços de MSE-MA nas quatro zonas da cidade. A intenção de fazer a denúncia a partir deste dossiê era proteger as vítimas das situações de violência, já que nenhuma foi identificada e não se apresentava nenhum caso em específico, demonstrando que as situações de violência policial não eram características de determinadas regiões, mas representavam um modo de atuação da polícia relacionado aos adolescentes e jovens que cumpriam MSE-MA de modo geral.

Para que a ação não parasse na construção do dossiê e para que as questões trazidas pelos profissionais nas reuniões pudessem ser pensadas mais profundamente, de modo coletivo, a Articulação criou um Grupo de Trabalho específico para pensar a questão da Violência de Estado contra os adolescentes e jovens atendidos pelos Serviços de MSE-MA da cidade, que é o outro espaço importante para a construção desta pesquisa, o GT Violência, do qual eu participo desde o início, em 2015, até hoje. O GT Violência, então, passou a ser um espaço voltado especificamente à discussão da questão da violência policial, dada a grande proporção que esse problema tomava no cotidiano de trabalho dos Serviços de MSE-MA. Nas reuniões do grupo, são relatadas situações de violência que acontecem nos territórios e são pensadas coletivamente formas de lidar com elas. Para isso, o GT Violência se articulou e agregou em seu grupo também outros profissionais, instituições, grupos e coletivos que trabalhavam com os adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e/ou que militavam na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, tais como Defensoria Pública, Ministério Público, Coletivo Juventude e Resistência, entre outros. O trabalho do GT Violência, em seu início, era voltado ao fortalecimento das equipes de profissionais dos Serviços de MSE-MA da

⁶ Estive nessa reunião e as informações procedem dessa participação.

cidade para lidar com as situações de violência policial contra os adolescentes e jovens atendidos, por meio de eventos de formação, em que se discutia sobre fluxos de atendimento e denúncia, análises de conjuntura, racismo, entre outros. Estes eventos tiveram ampla participação de serviços da cidade de São Paulo e também de outras cidades, o que levou o grupo a entender que havia uma grande demanda por discussão sobre violência de Estado não somente entre os Serviços de MSE-MA da cidade de São Paulo, mas entre outros serviços e locais do estado. Depois de alguns grandes eventos realizados, o grupo decidiu investir em formas de discussão mais próximas e passou a ir aos Serviços de MSE-MA participar de reuniões de equipe, de grupos de adolescentes e de reuniões de família para conversar sobre violência policial. Outra ação realizada pelo GT foi a participação na construção de um Sarau em uma praça da zona norte da cidade. Trata-se de um evento que já acontece mensalmente nessa praça ao qual o GT se uniu, com o intuito de aproximar os profissionais e os adolescentes e jovens dos Serviços de MSE-MA daquela região dos coletivos de jovens locais, que já realizam ações de resistência contra a violência policial. Atualmente, o GT Violência está se dedicando ao levantamento e à sistematização das situações de violência policial contra os adolescentes e jovens que cumprem MSE-MA na cidade de São Paulo. O GT Violência tem papel de destaque na construção desta pesquisa, tanto por ser espaço de discussão potente e qualificado sobre o tema aqui discutido, agregando muitos elementos importantes para a composição do campo-tema, como por ter sido o espaço em que desenvolvi com o grupo reflexões e ações que compõem as inquietações e as reflexões aqui descritas. Tanto a Articulação como o GT Violência são espaços de ação política "nesse verdadeiro campo de batalha chamado sistema socioeducativo"⁷, como definem Malvasi et al. (2018, p. 79).

A participação no GT incluiu a presença nas reuniões mensais do grupo; a construção conjunta e a participação no Sarau no mês de maio/2017; visitas a quatro Serviços de MSE-MA da cidade de São Paulo para conversas com as equipes profissionais e com adolescentes/jovens e familiares sobre violência de Estado; e reuniões

⁷ Malvasi et al. (2018) situam este sistema da seguinte forma: "O sistema socioeducativo constitui um campo político complexo que articula distintos atores institucionais, com conexões entre programas de atendimento, poder judiciário, Ministério Público e conselhos de direitos, polícias e secretarias municipais e estaduais (principalmente das áreas de saúde e assistência social) e parcerias entre órgãos governamentais e não governamentais. Trata-se, portanto, de uma imbricada rede de relações e disputas que marcam o sistema socioeducativo. No cerne de todo este emaranhado, há (idealmente) o adolescente autor de ato infracional, o sujeito de direitos para o qual todo o sistema deve convergir" (p. 78). Os autores também pontuam que, além das disputas entre estes atores, há fervorosas disputas entre as áreas do conhecimento presentes neste sistema: Psicologia, Serviço Social, Educação, Direito, Antropologia, Sociologia e Ciências da Saúde.

do grupo com Defensores Públicos e Promotores para discussão sobre a violência policial contra adolescentes e jovens atendidos pelos Serviços de MSE-MA.

A Rede de Proteção e Resistência ao Genocídio e outros eventos

Durante a elaboração da pesquisa, participamos também de diversos eventos e espaços de debate sobre o tema e/ou temas afins, tais como criminologia, racismo, encarceramento, entre outros. Um evento muito importante para a discussão aqui realizada foi o I Seminário Internacional Juventudes e Vulnerabilidades: Homicídios, Encarceramento e Preconceitos⁸. O Seminário contou com a participação de diversos estudiosos sobre os temas elencados e de diversos integrantes de coletivos e movimentos sociais que discutem e trabalham com as juventudes e as diversas formas de violência de que são vítimas. No último dia do Seminário, a proposta foi pensar em ações concretas para o enfrentamento ao genocídio das juventudes negras/indígenas, pobres e periféricas. A partir disso, surgiu a Rede de Proteção e Resistência ao Genocídio, conectando diversos grupos, coletivos, serviços e atores que trabalham com a garantia de direitos e as juventudes nos diversos territórios da cidade e do estado de São Paulo, com o objetivo de fortalecer as ações desses grupos e pensar conjuntamente estratégias e formas de combater a violência praticada pelo Estado contra as juventudes negras, indígenas, pobres e periféricas. Participamos de alguns eventos e reuniões da Rede de Proteção e Resistência contra o Genocídio⁹.

Os jovens Robert Silva, Fernando e Otávio

Outras conversas que compõem este trabalho, muito importantes, ocorreram com os jovens que vivenciam a violência policial em seus cotidianos. Escolhemos conversar com três jovens já conhecidos e com quem já havia um vínculo positivo construído. Foram eles Robert Silva, Fernando e Otávio. Os três já cumpriram alguma medida socioeducativa em meio aberto e foram atendidos no Serviço de MSE-MA em que eu atuava. Os critérios para a escolha deles, além do vínculo prévio, foi eles terem passado

⁸ O Seminário aconteceu nos dias 7, 8 e 9 de junho de 2017, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, nos dois primeiros dias, e na Escola de Samba Combinados de Sapopemba no último dia. Estivemos presentes nos três dias de Seminário.

⁹ Como definido na página da Rede no Facebook: "Uma rede em defesa da vida, articulada por diversos movimentos sociais, profissionais e moradores em busca de Proteção e Resistência contra o Genocídio".

por situações de violência policial durante o período de cumprimento da medida socioeducativa e ainda ser possível contatá-los. Entendemos que era preciso haver um vínculo prévio e positivo construído, por se tratar de um tema delicado, do qual muitos jovens não falam com pessoas desconhecidas, cujos propósitos eles não conhecem, pois isso pode colocá-los em risco. De Fernando e Otávio, eu fui a técnica de referência durante o período de cumprimento da MSE-MA, de Robert Silva não, mas nos aproximamos nas oficinas de Graffiti e Street Art que eram oferecidas no serviço e de que eu participava como apoiadora. Guiamo-nos por pistas da História Oral para a realização de entrevistas individuais com os jovens.

Meihs e Holanda (2015), ao elencarem os principais conceitos de História Oral, definem um deles como: "uma prática de apreensão de narrativas feita através do uso de meios eletrônicos e destinada a: recolher testemunhos, promover análises de processos sociais do presente, e facilitar o conhecimento do meio imediato" (p. 18). Portelli (2009) fala da relação intensa que existe entre a oralidade e a democracia, por ser a voz o meio de comunicação que todos os seres humanos possuem e controlam de alguma forma. Segundo o autor:

[...] quando buscamos fontes orais, as buscamos em primeiro lugar porque na oralidade encontramos a forma de comunicar específica de todos os que estão excluídos, marginalizados, na mídia e no discurso público. Buscamos fontes orais porque queremos que essas vozes – que, sim, existem, porém ninguém as escuta, ou poucos as escutam – tenham acesso à esfera pública, ao discurso público, e o modifiquem radicalmente. (PORTELLI, 2009, p. 3)

É nessa perspectiva que entrevistamos os jovens, não querendo dar "voz aos sem voz", mas buscando amplificar suas vozes, levando-as "ao espaço público do discurso e da palavra" (PORTELLI, 2009). E este, para o autor, é um trabalho político, pois se trata do direito de falar, de ser escutado e de ter um papel no discurso público, nas instituições políticas e na democracia. Portelli (2009) considera que o mais importante das pesquisas com fontes orais é que se trata de um trabalho de relação entre seres humanos. Segundo Rodrigues (2011), para Portelli, é construído "um discurso dialógico" entre o "pesquisador-entrevistador", que possui um plano de pesquisa e questionamentos precisos – que podem se transformar em razão de conflitos, alianças e negociações – e o "narrador-entrevistado", que tem, por sua vez, expectativas, fantasias e reações ao que é proposto.

Quando a proposta foi apresentada para cada um dos jovens entrevistados, todos aceitaram participar prontamente e Robert Silva e Otávio também se disponibilizaram, por vontade própria, a chamar outros amigos para serem entrevistados, caso fosse

necessário. Durante as entrevistas, observamos que o fato de nem eu nem eles estarmos mais ligados ao Serviço de MSE-MA possibilitou maior abertura e liberdade nas narrativas. Dizemos isso, porque, apesar de ao longo do trabalho no Serviço de MSE-MA ter sido desenvolvido um bom vínculo entre mim e os jovens aqui entrevistados, o que possibilitou a reaproximação e as novas conversas para a presente pesquisa, enquanto ocupava a posição de técnica eu operava uma política pública, era, portanto, uma operadora do Estado na ponta¹⁰, e era, ainda, responsável por produzir relatórios sobre os adolescentes que eu acompanhava, a serem encaminhados para os juízes, que decidiam pelo encerramento ou pela manutenção da medida socioeducativa deles.¹¹ Além disso, a MSE-MA é uma obrigação a ser cumprida pelos adolescentes e pode representar uma extensão das relações que foram vivenciadas na Fundação Casa, no caso dos que passaram pela experiência de internação. Não era raro que adolescentes chegassem ao Serviço de MSE-MA de cabeça baixa, chamando a equipe técnica de senhor e senhora, reproduzindo o modo como é exigido que eles se comportem na Fundação Casa. Era necessário um árduo trabalho para desconstruir esses conceitos e estabelecer uma relação de confiança com os adolescentes. Esses fatores atravessavam a relação com eles e, assim, tanto eu como eles tínhamos outras posições e outras *implicações*¹² com o campo socioeducativo, diferentes das que temos hoje.

Nas entrevistas, conversamos sobre a relação que os jovens e a comunidade onde vivem têm com a polícia, sobre como eles veem a atuação da polícia, sobre interações

¹⁰ Apesar de me considerar, como definido por Malvasi et al. (2018), do grupo de técnicos de medidas socioeducativas que são "operadores do Estado, que, a um só tempo, fazem Estado na 'ponta', mas que também lutam contra o Estado, participando de coletivos de ativistas, movimentos sociais e grupos de pesquisa" (p. 94).

¹¹ Malvasi et al. (2018) fazem uma interessante elaboração sobre como os técnicos de medidas socioeducativas são vistos por diferentes atores do sistema socioeducativo, ocupando um posto estratégico, que reflete as lutas travadas por agentes neste campo: "Do ponto de vista dos adolescentes atendidos, os técnicos são os responsáveis pela liberdade ou, em outros termos, pelo encerramento da medida socioeducativa. Dessa perspectiva, são culpabilizados pela manutenção da mesma quando esta não cessa. Do ponto de vista de juízes do Departamento de Execuções da Infância e Juventude, como dizem os próprios técnicos, 'somos aqueles que contam mentiras, que tentam aliviar a barra dos meninos, que protegem os adolescentes'. Ao mesmo tempo, pelo fato de serem responsáveis pela produção dos relatórios que são encaminhados aos magistrados, são atores centrais para o funcionamento da mecânica do próprio sistema de justiça, que apoia as decisões nos relatórios elaborados por tais profissionais, mesmo desconfiando das relações travadas entre estes e os adolescentes. Já para os familiares dos jovens, os técnicos são aqueles que devem auxiliar na imposição de limites aos seus filhos, mas também prestar-lhes assistência e cuidado, encaminhando os adolescentes para inúmeros equipamentos de saúde, assistência e educação, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e as instituições escolares. [...] Por sua vez, do ângulo das forças policiais, tais profissionais – e os serviços de medidas socioeducativas, de modo geral – são vistos como 'defensores de bandidos', contribuindo mais para a reincidência do que para a ressocialização." (p. 88)

¹² Este é um conceito da Análise Institucional, que será explicitado adiante.

que já tiveram com policiais e que os marcaram, sobre afetos que essas experiências lhes despertaram, entre outras questões. Foi realizada uma entrevista com cada jovem, apenas com Robert Silva aconteceram duas entrevistas, porque achamos importante fazer mais uma conversa com ele sobre suas produções artísticas. Os locais em que as entrevistas aconteceram foi negociado com cada jovem, de acordo com a disponibilidade e a comodidade para eles: as duas entrevistas com Robert Silva aconteceram na casa dele; com Otávio, na casa da mãe dele; e com Fernando, na sala da casa de uma amiga minha, disponibilizada por ela, próxima ao bairro onde ele mora. Os relatos sobre o contato com cada jovem e sobre como aconteceram as entrevistas será feito no capítulo 2, na apresentação de cada um deles.

Os cuidados éticos foram criteriosamente observados para a realização desta pesquisa, com especial atenção ao fato de que um dos sujeitos entrevistados era adolescente e, principalmente, tendo em vista os receios advindos da visibilidade de situações envolvendo a polícia. O sigilo das informações obtidas foi garantido, assim como a confidencialidade da identidade dos participantes, e o cuidado com a análise e a veiculação dos dados obtidos, conforme preconiza a Resolução n. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta as pesquisas envolvendo seres humanos.

Esta pesquisa foi submetida à análise do Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, iniciando os contatos com os sujeitos a serem entrevistados somente após sua aprovação. No contato com os jovens, a pesquisa foi apresentada, sendo esclarecidos seus objetivos e procedimentos metodológicos. Após o esclarecimento, foi solicitado que eles (e, no caso de Fernando, sua mãe também) assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que contém informações sobre a pesquisa, assim como acerca da confidencialidade, do não oferecimento de riscos de qualquer espécie aos participantes e da possibilidade de desistência a qualquer momento, se assim desejassem.

A implicação da pesquisadora e o fazer diarístico

No decorrer da pesquisa, nas reuniões, eventos, encontros com os jovens, escrevemos diários de campo, registrando um pouco do como tudo isso foi acontecendo, das reflexões suscitadas, dos afetos mobilizados. Lourau (1993) chama os diários de escritas "fora do texto", porque estão à margem do texto oficial. Neles, são registradas as condições de produção da pesquisa, as relações que se estabelecem, os afetos, e, por isso,

são tão importantes. Trechos dos diários compõem o texto e em alguns momentos, quando reproduzidos literalmente, são destacados e identificados como tal.

Reuniões, eventos, grupos, anotações, encontros, pessoas... O presente trabalho é construído, então, a partir desses "saberes da encruzilhada", situados nesse trânsito "nas fronteiras porosas entre pesquisa, militância e política", como discutido por Malvasi et al. (2018, p. 94).

Retomando a noção de campo-tema, ao escrever este trabalho, nós também compomos e produzimos o campo-tema, atividade que, como dito por Spink (2003), só o mal avisado pode pensar que é neutra.

Nesse sentido, para a construção desta pesquisa, apoiamo-nos em conceitos da Análise Institucional, especialmente na noção de implicação. Segundo Lourau (1993), a História das Ciências demonstra que as implicações do pesquisador em situação de pesquisa são o essencial do trabalho científico, pois é sabido hoje que "o cientista confere à ciência seus próprios valores, independente da posição ideológica que possui" (LOURAU, 1993). Analisar nossas implicações, então, é analisar os "lugares" que ocupamos, ativamente, neste mundo" (p. 14) e falar das implicações com a pesquisa é falar sobre as condições em que ela acontece:

A Análise Institucional tenta, timidamente, ser um pouco mais científica. Quer dizer, tenta não fazer um isolamento entre o ato de pesquisar e o momento em que a pesquisa acontece na construção do conhecimento. Quando falamos em implicação com uma pesquisa, nos referimos ao conjunto de condições da pesquisa. [...] a ciência é um instrumento de poder político. Por conseguinte, as implicações políticas e libidinais e, é claro, materiais (financeiras) são uma realidade do ato científico. (LOURAU, 1993, p. 16-17)

Nesse sentido, a Análise Institucional não esconde que é política e reconhece que a chamada objetividade da ciência, a "neutralidade axiológica" não existe. A noção de implicação coloca uma recusa a qualquer intenção de neutralidade, já que "as implicações **sempre** fazem parte do processo de pesquisa" (LOURAU, 1993, p. 17, grifo do autor).

Monceau (2008) adverte que não devemos confundir implicação com engajamento, ou investimento. Nós já somos implicados com o que pesquisamos, querendo ou não, o que devemos analisar é como, o modo como estamos implicados. Assim, toda a descrição sobre a experiência de trabalho no campo socioeducativo, os grupos que compomos, as relações com os jovens estão narradas levando em conta a análise do como estamos implicadas com esse campo-tema. A construção sobre a questão a ser estudada nesta pesquisa se dá por esses diversos espaços e posições, fazendo com

que este texto faça referência a esse "conjunto de relações, lutas e forças" (MALVASI et al., 2018, p. 77), que não são neutras, são posicionadas politicamente pela luta e defesa intransigente dos direitos das crianças, adolescentes e jovens do país, especialmente a juventude pobre, negra e moradora das periferias das cidades e do país, pelo direito de viver da juventude de nosso país, focando, aqui, nos adolescentes e jovens inseridos no sistema socioeducativo.

CAPÍTULO 1 VIOLÊNCIA POLICIAL E ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Sabendo da notícia da morte de Pedro, resolvo visitar sua mãe. Cheguei à frente da casa dela. A porta estava aberta e a cozinha cheia de caixas de papelão, com as cadeiras em cima da mesa. Chamei pelo nome dela e uma mulher veio me atender. Era Cleonice, irmã de dona Kátia, que me convidou para entrar. Encontrei dona Kátia "em carne viva". [...] Dona Kátia veio até mim e eu a abracei. E ela me perguntava "Por que mataram meu filho? Por que a polícia matou meu filho?". Eu, ingenuamente, achei que encontraria uma mãe triste, mas mais fechada, embotada. Dona Kátia estava sangrando, gritando, muito triste e muito revoltada. [...] Ela gritava que a polícia havia matado o filho dela, dizia "Pode isso, Ana Paula? A polícia vem, mata o filho da gente e fica por isso mesmo. Eles mentiram, o hospital mentiu, todo mundo mentiu." [...] Dona Kátia pediu para a irmã pegar a pasta com os documentos de Pedro e me deu, para que eu visse sua certidão de óbito. Nesse momento, sentamos em duas cadeiras na cozinha e ela se acalmou um pouco. Ela reclamou que na certidão não saiu que Pedro havia tomado tiros. Li a certidão e no local da causa da morte, estava escrito: "Hemorragia aguda. Agente perfuro - Consistente".

Em alguns momentos dona Kátia chorava muito e gritava "Tá certo a polícia vir e matar o filho da gente?", "A polícia mata e fica por isso mesmo (fazia gestos com as mãos de "tanto faz"). Foi só mais um neguinho. A polícia mata e ó (fez um gesto com as mãos que eu interpretei como "lavar as mãos")". E dizia: "Meu filho não vai mais voltar, Ana Paula. O Pedro morreu. Por que com a gente? Por que isso aconteceu com a gente? Meu filho não tava certo, mas não precisava ter matado ele".

[...] Cleonice disse que disseram que foram dados 7 tiros e que 6 o atingiram. Apesar de ter dito isso, elas falaram de 5 tiros (dois nas costas, dois no peito e um na cabeça). Cleonice disse que depois de tomar os dois primeiros tiros, Pedro se rendeu e pediu para que os policiais não o matassem. Perguntei como elas sabiam disso e ela disse que muitas pessoas viram, porque era 8h da manhã, mas ninguém vai falar nada, porque tem medo da polícia. Cleonice disse que os policiais afastaram a mãe de Pedro, mandando-a buscar o documento e levando-a para delegacias, para terminar de matá-lo, pois o certo era ela ter ido junto com ele na ambulância.

Dona Kátia falou com muita revolta também sobre uma reportagem que saiu sobre o ocorrido, em que o policial disse que só sabia que era menor, mas que não sabia o nome, não sabia se tinha familiares. E ela disse: "Como não, se eu fui lá?"

[...] Dona Kátia disse que queria denunciar, mas que ninguém que estava presente ia abrir a boca, por medo da polícia. E aí voltava a dizer: "Foi só mais um neguinho".

(Diário de campo - 1º/4/2017)

Neste capítulo, apresentamos brevemente o contexto de violência policial no Brasil e em São Paulo, para depois focalizar a juventude neste contexto e, por fim, especificamente os adolescentes e jovens inseridos no sistema socioeducativo.

1.1 Violência policial no Brasil

A questão da violência policial é reconhecidamente um problema no Brasil e vem sendo estudada e discutida há algum tempo por diversos autores, em diversas perspectivas de compreensão e análise.

Caldeira (2000) observa que as forças policiais brasileiras sempre usaram de violência e nunca pautaram seu trabalho "em termos de respeito aos direitos dos cidadãos", entendo, junto com Pinheiro, Izumino e Fernandes (1991), que a polícia no Brasil utiliza métodos violentos para o controle da sociedade civil, problema a ser enfrentado em um país que se declara adepto de um regime político democrático. Mesquita Neto (1999) observa que as Forças Armadas e as polícias desempenharam papel fundamental na sustentação de regimes autoritários nos países latino-americanos e defende que o controle da violência, especialmente da violência exercida por esses dois grupos, é uma das condições necessárias para a consolidação de regimes políticos democráticos.

Mesquita Neto (1999) destaca que, durante o regime autoritário no Brasil (entre os anos de 1964-1985), a violência policial era tolerada ou até promovida pelo governo federal como forma de controle político, sendo exercida especialmente contra os opositores do regime. Na transição para a democracia, a violência policial não deixou de existir e passou a ter outro uso: enquanto diminuiu e até deixou de existir em algumas regiões do país como instrumento de controle político, passou a ser usada como instrumento de controle social, afetando principalmente a população pobre e marginalizada. O autor observa que a violência policial preocupava de modo crescente cada vez mais cidadãos, jornalistas, governantes e também policiais, por ser exercida por agentes do Estado que deveriam garantir a segurança pública, aqueles a quem os cidadãos confiavam a responsabilidade do controle da violência.

O período da ditadura militar é bastante citado quando se fala sobre violência policial, no entanto, assim como já afirmado por Caldeira (2000), Soares (2015) pontua que a violência policial não surgiu no Brasil com a ditadura militar:

Observe-se aqui um ponto relevante: a ditadura não inventou a tortura e as execuções extrajudiciais ou a ideia de que vivemos uma guerra contra inimigos internos. Tais práticas perversas e as correspondentes concepções, racistas e autoritárias, têm a idade das instituições policiais no Brasil e, até mesmo antes de sua criação, já tinham curso. A ditadura militar e civil de 1964 simplesmente reorganizou os aparatos policiais, intensificou sua tradicional violência, autorizando-a e a adestrando, e expandiu o espectro de sua abrangência, que

passou a incluir militantes de classe média. Ainda assim, foi esse regime que instituiu o modelo atualmente em vigência. (p. 28)

Diversos autores (MESQUITA Neto, 1999; PINHEIRO, IZUMINO e FERNANDES, 1991; PINHEIRO, 1997; CALDEIRA, 2000; SOARES, 2015) reconhecem que as classes populares, vistas como classes perigosas, são as destinatárias preferenciais da violência da polícia. Caldeira (2000), Reishoffer e Bicalho (2009) destacam que, junto com o processo de democratização do Estado brasileiro, na década de 1980, teve início em todo o mundo uma nova ordem socioeconômica: o modelo neoliberal. Neste modelo, construído sobre mercados livres, aumento da produtividade e acúmulo do capital, as proteções sociais perdem espaço e há aumento do desemprego, em razão da implantação de mecanismos de aumento da produtividade, como a robotização da indústria. Nesse contexto, "aqueles que já não dispunham das mínimas garantias de sobrevivência, agora irão compor a imensa lista de desempregados e excluídos" (REISHOFFER e BICALHO, 2009, p. 432). A segurança pública tem, então, como alvo aqueles que ameaçam o sossego dos consumidores, personagens principais dessa nova ordem, e aqueles que não fazem parte desse grupo:

Percebe-se que a ordem social não é caracterizada como a efetiva consolidação das mínimas condições de cidadania para todos, mas, sim, como defesa do direito de consumir de alguns. É o que Wacquant (2001, p. 7) denominou como "a remediação de um 'mais Estado' policial e penal a um 'menos Estado' econômico e social" [...]. É quando as questões sociais se tornam questões de polícia. Os "inimigos" da ordem são estes que ousam transpor as barreiras do consumo e estão continuamente expostos à violência policial. (BICALHO e RISHOFFER, 2009, p. 434)

Segundo os autores, o controle social, por meio do Estado Penal, adota as lógicas da "guerra" e do "inimigo interno" em defesa da ordem do consumo e do mercado, identificando agora não mais o comunista, como nos tempos de ditadura militar, mas o jovem, negro e pobre como a figura atual da ameaça. Nesse sentido, Pinheiro, Izumino e Fernandes (1991) e Pinheiro (1997) analisam que a violência policial é usada pelas classes dominantes (classes média e alta) como forma de controlar as classes populares, vistas pelas primeiras como perigosas, como uma ameaça constante, que deve ser mantida sob controle a qualquer custo (PINHEIRO, 1997).

As evidências de que o arbítrio e violência da polícia tendem a ser mais frequentes contra as classes populares se acentuam, com a devida tolerância ou mesmo incentivo das classes dominantes, que contam com a polícia para manter sob controle as "classes perigosas". Este cenário foi descrito por Aryeh Neier, diretor executivo da *America's Right Watch*, como uma política de guarda-fronteiras das classes dominantes e dos seus territórios. Essas práticas também podem demonstrar a continuidade da violência e opressão do Estado

sobre as classes populares, expressão de uma política de contenção social baseada no uso indiscriminado e tolerado da força como método de prevenção de comportamentos inconvenientes com a ordem, sob a máscara da repressão ao crime comum. (PINHEIRO, IZUMINO e FERNANDES, 1991, p. 106)

Chauí (2017) nos ajuda a entender o funcionamento violento da sociedade brasileira, do qual a violência policial faz parte. A autora afirma que a violência se produz na própria estrutura da sociedade brasileira, em nossas instituições sociais e políticas, porém isso é ocultado e negado a todo tempo pelo que ela chama de *mito*¹³ da não violência brasileira. Segundo Chauí (2018), existe em nossa sociedade esse poderoso mito, construído desde muito cedo em nossa história, que se alicerça na declaração de que nos fundamos em uma "história feita sem sangue"¹⁴. Esse mito nos concebe como um povo pacífico, bom, unido, generoso, sensual, acolhedor, que não conhece o racismo, o machismo, a homofobia e respeita todas as pessoas, sem discriminar suas diferenças étnicas, religiosas, profissionais, de classe social, ou de orientação sexual. Esse mito nos constitui e nos sustenta, portanto, como um povo "essencialmente não violento" (p. 37). O que acontece é que, ao nos conceber desta forma, não apenas são ocultados diversos aspectos da nossa história, como a violência é colocada em um lugar exterior, fora da sociedade brasileira e fora de seu lugar de produção, que é a própria estrutura da sociedade.

Nessa lógica, pelo fato de a sociedade brasileira se reconhecer como essencialmente não violenta, afirma-se que, se houver violência, esta é cometida por gente que não faz parte da nação (mesmo que seja nascido e criado no Brasil), produzindo-se um corte entre "um nós-brasileiros-não-violentos e um eles-não-brasileiros-violentos" (CHAUI, 2018, p. 40), sendo "eles" os vândalos, bandidos que não fazem parte dos

¹³ Chauí (2018) explica por que utiliza a palavra "mito". Tendo como base a palavra grega *mythos*, que é uma narrativa sobre a origem do mundo e de um grupo social, a autora entende que um mito se cristaliza em crenças interiorizadas que passam a ser não só uma explicação da realidade, mas a própria realidade, tornando, assim, invisível a realidade existente. Um mito é produzido e é produtor de ações sociais, "produz valores, ideias, comportamentos e práticas que o reiteram na e pela ação dos membros da sociedade" (p. 38). Assim, ele opera como uma solução imaginária, tornando suportáveis e justificáveis as tensões e contradições sociais.

¹⁴ Chauí (2018) afirma que, enquanto nos outros países das Américas aconteceram revoluções sangrentas para derrubar o colonialismo, no Brasil bastou que o herdeiro da coroa portuguesa gritasse "Independência ou morte!" para que julgássemos não viver mais na condição colonial e que um marechal gritasse "Viva a República!" para que acreditássemos estar livres do poder imperial. A autora observa, no entanto, que essas narrativas ocultam tanto que essas passagens do colonialismo para o Império e do Império para a República foram feitas por golpes de Estado (o que marca nossa história política do século XX e início do XXI), como as diversas revoltas e rebeliões que aconteceram e também marcaram nossa história política (entre as mencionadas pela autora estão as revoltas dos escravos que deram origem aos quilombos, a Inconfidência Mineira, a Revolta Farroupilha e muitas outras).

brasileiros¹⁵. A violência fica circunscrita ao campo da criminalidade, considerando-se crime os ataques à propriedade privada (portanto, furtos, roubos e depredação) e o assassinato (no caso, o latrocínio). Determina-se, então, que os agentes violentos são os ladrões e os assassinos, de modo geral pertencentes às classes populares, e, assim, legitima-se a ação da polícia contra elas, porque a força policial serve para defender os "nós-brasileiros-não-violentos" dos "eles-não-brasileiros-violentos". Desta forma, além de demarcar um grupo específico como violento, não se considera como violência a gritante desigualdade social, a falta ou a precariedade de moradia para determinada parcela da população, a falta ou a precariedade de recursos para o atendimento adequado da população nos serviços públicos de saúde, de educação, de assistência social, o racismo, o machismo, a homofobia...

Em resumo, a violência não é percebida ali mesmo onde se origina e ali mesmo onde se define como violência propriamente dita, isto é, como **toda prática e toda ideia que reduza um sujeito à condição de coisa, que viole interior e exteriormente o ser de alguém, que perpetue relações sociais de profunda desigualdade econômica, social e cultural, isto é, de ausência de direitos**. Mais do que isso, a sociedade brasileira não percebe que as próprias explicações oferecidas são violentas porque está cega para o lugar efetivo de produção da violência, isto é, **a estrutura da sociedade brasileira**. Dessa maneira, as desigualdades econômicas, sociais e culturais, as exclusões econômicas, políticas e sociais, a corrupção como forma de funcionamento das instituições, o racismo, o machismo, a intolerância religiosa, sexual e política não são consideradas formas de violência, isto é, a sociedade brasileira não é percebida como estruturalmente violenta e a violência aparece como um fato esporádico de superfície. (CHAUÍ, 2018, p. 41, grifos meus)

Para explicar a violência estrutural em nossa sociedade, Chauí (2018) destaca que é importante que consideremos que a violência não é só física, mas também simbólica, que tem a ver com o modo como nos estruturamos em termo de valores, regras e normas. "Conservando as marcas da sociedade colonial escravista" (p. 42), a sociedade brasileira funciona em uma estrutura que segue o modelo do núcleo familiar da classe dominante, em que o espaço privado (que é o da vontade arbitrária) predomina sobre o espaço público (que seria o da lei e dos direitos), estrutura essa que a autora chama de *despótica*. Chauí (2018) descreve nossa sociedade como fortemente hierarquizada em todos os aspectos, seguindo o modelo da família patriarcal. Estruturada dessa forma, as relações sociais e

¹⁵ Caldeira (1991), ao analisar como se construiu a associação de direitos humanos a "privilégios de bandidos" na sociedade brasileira, vai além e afirma que, no estereótipo da sociedade brasileira, aqueles considerados como criminosos, bandidos, são vistos não só como pertencentes às bordas da sociedade, mas também às bordas da humanidade. São menos que humanos, não são humanos e, portanto, não merecem ter direitos. Aqui, podemos ver o mote de uma frase comumente dita por quem se declara contrário aos direitos humanos, que é: "Direitos humanos para humanos direitos". Os "bandidos" não fazem parte desse grupo "direito".

intersubjetivas se realizam como relações entre um superior, que manda, e um inferior, que deve obedecer, sendo as diferenças e assimetrias sempre transformadas em desigualdades. As relações entre aqueles que se veem como iguais são de cumplicidade e parentesco, e as relações entre aqueles que se veem como desiguais tomam forma de favor, clientela, tutela, ou cooptação e, se essa desigualdade for muito marcada, a relação toma a forma da opressão.

Dessa maneira, micropoderes despóticos capilarizam em toda a sociedade a violência, que, partindo da e na família, se espalha para a escola, o hospital, as relações de trabalho, os meios de comunicação, o comportamento social nas ruas, o tratamento dado aos cidadãos pela burocracia estatal e vem cristalizar-se nas instituições públicas e no desprezo do mercado pelos direitos do consumidor. A violência policial é apenas mais um caso do despotismo que estrutura toda a sociedade, ou seja, não é uma exceção escandalosa e sim faz parte da regra da sociabilidade brasileira. (CHAUÍ, 2017, p. 43)

E, como já observado pela autora, a violência policial é legitimada contra determinados grupos das classes populares (negros, indígenas, trabalhadores urbanos e rurais, "crianças sem infância", mulheres, prostitutas, homossexuais e pequenos criminosos), que "carregam os estigmas da suspeita, da culpa e da incriminação permanentes", pois "imperam uma ideologia segundo a qual a miséria é causa de violência, as classes ditas 'desfavorecidas' sendo consideradas potencialmente violentas e criminosas" (p. 48). Chauí (2018) traz essa importante contribuição de ampliar nosso olhar para a estrutura violenta da sociedade brasileira, da qual a violência policial faz parte, pois é onde se produz, se perpetua e se legitima.

1.1.1 Estudos sobre violência policial em São Paulo

Como a presente pesquisa trata da realidade paulistana, apresentaremos alguns estudos sobre a atividade e a violência policial realizados no estado e na cidade de São Paulo.

Para um breve olhar histórico sobre a atividade policial¹⁶ em São Paulo, apoiamos-nos em estudo de Boris Fausto (1983), que buscou estabelecer características gerais do controle social e da criminalidade no período entre os anos de 1890 e 1924¹⁷. O autor

¹⁶ Ainda que neste artigo, o autor não faça referência a práticas violentas por parte da polícia, ele evidencia a seletividade da ação policial que teria como seus principais alvos as classes populares, ou seja, os indivíduos não inseridos em trabalho formal, em grande parte negros, no período pós-abolição.

¹⁷ Fausto (1983) observa que foi nesse período que São Paulo passou de "burgo de estudantes" à segunda maior cidade do país" (p. 195).

afirma que, segundo dados de censos nacionais de 1872, 1890, 1900 e 1920 e do censo da cidade de São Paulo de 1893, São Paulo passou de 26 mil habitantes em 1872 para 579 mil em 1920. Segundo Fausto (1983), este grande crescimento "se deveu sobretudo ao intenso afluxo de imigrantes estrangeiros, em especial nas últimas décadas do século passado [século XIX] [...] e da expansão no centro-sul do Brasil da agricultura destinada ao mercado externo" (p. 195-6). O autor aposta no trabalho com estatísticas criminais oficiais, entendendo o caráter indicativo dos números e não pretendendo rigor empírico¹⁸ e percebendo que, no trabalho com elas, abre-se "caminho para o conhecimento da atividade do aparelho repressivo como agente de controle social" (p. 197). O autor se concentra na análise das prisões e inquéritos de crimes e contravenções penais, que seriam "os 'crimes sem vítima', na expressão dos sociólogos americanos" (p. 197).

Analisando os dados, o autor indica que, entre os anos de 1892 e 1916, 83,8% das prisões (149.245) aconteceram pela prática de contravenções ou para averiguações, enquanto 16,2% (28.875) foram por acusação de algum crime. Fausto (1983) entende que esse alto número de prisões por contravenções e para averiguações demonstra grande preocupação por parte da polícia com a ordem pública, que é vista como ameaçada pelos que infringem as normas do trabalho e "pela indefinida figura dos 'suspeitos'" (p.197). Para entender a natureza das preocupações policiais com a ordem pública, Fausto (1982) analisa os dados das três principais contravenções que são alvo de aprisionamento: a vadiagem, a desordem e a embriaguez. No período entre 1892 e 1896, as desordens motivaram o maior número de prisões por contravenções (55,8%), seguidas da embriaguez (25,5%) e da vadiagem (18,7%). Essa ordem muda no período entre 1912 e 1916, quando a embriaguez passa a liderar (40,7%), seguida da desordem (32,6%) e da vadiagem (26,7%)¹⁹. Mesmo a vadiagem estando em terceiro lugar na quantidade de prisões por contravenções em ambos os períodos, a partir da análise dos relatórios oficiais produzidos na época por chefes de polícia e secretários da justiça, Fausto (1983) afirma que é a vadiagem o objeto de maior preocupação da elite governante. O autor observa que

¹⁸ O autor aponta que existe uma distância entre "criminalidade real" e "criminalidade apurada" e que é certo "que as estatísticas expressam às vezes a ênfase ou o desinteresse do aparelho policial em reprimir comportamentos considerados delituosos e não efetivas flutuações destes comportamentos" (p. 196).

¹⁹ Fausto (1982) arrisca a hipótese (entendendo que há fluidez nas distinções entre as contravenções, já que os desordeiros estão com frequência bêbados) de que as desordens predominam no primeiro período, por este ter sido o momento da imigração em massa, quando havia um grande contingente de pessoas recém-chegadas à cidade, submetidas a muitas tensões e acreditando que nesse período fossem mais frequentes as rixas, ou seja, brigas coletivas entre grupos familiares e grupos vizinhos, que podem se aproximar da desordem. "As desordens tenderiam a cair ao longo dos anos, crescendo em contrapartida a embriaguez como expressão de frustrações acumuladas, de condutas individuais e com maior carga autodestrutiva" (p. 202).

é a partir da última década do século XIX, quando São Paulo já está bem urbanizada e passa a ter relevância do ponto de vista econômico, que a vadiagem ganha destaque especial e os vadios passam a representar uma categoria à parte de contraventores, dotados de astúcia, atrevimento e maldade. A vadiagem é referida nos relatórios policiais como o "viveiro natural da delinquência", sendo considerada um modo de ser delinquente que afronta "a lei suprema do trabalho" (p. 202):

A repressão à vadiagem na capital de São Paulo, assinalada a partir dos relatórios oficiais da última década do século [XIX], resulta de dois processos conjugados: a libertação dos escravos e o enorme crescimento da cidade, através do afluxo maciço de imigrantes pobres. No contexto brasileiro, e não apenas nele, a plebe urbana formada por desocupados, subempregados, pequenos delinquentes, aventureiros, constituiu quase sempre o setor deserdado, visto pelas elites como potencialmente perigoso. (FAUSTO, 1983, p. 205)

Há um único relatório analisado pelo autor que cruza os dados entre presos por contravenção e nacionalidade, em que se pode observar que os brasileiros representam a maioria dos presos por vadiagem (71,3%), enquanto os estrangeiros predominam entre os presos por desordens (60%) e por embriaguez (52,8%). Os dados referentes aos processos por vadiagem entre os anos 1907 e 1908 também indicam os brasileiros como majoritários. O autor defende que esses dados "dão alguma consistência à hipótese de que a massa de vadios era formada por uma população destituída predominantemente nacional, onde talvez fosse possível encontrar um número significativo de pretos e mulatos, marginalizados de atividades econômicas atraentes nos anos pré e pós-Abolição" (p. 207)²⁰.

Quanto aos dados relativos aos crimes, no período entre 1892 e 1916, predominam as prisões por crimes contra a propriedade (54,6%), seguidos pelos crimes de sangue (39,5%)²¹. Essa ordem, no entanto, se inverte nos dados sobre inquiridos entre os anos de 1893 e 1923, em que o autor afirma que é possível perceber que as pessoas são mais penalmente responsabilizadas pelos crimes de sangue (66%) do que pelos crimes contra a propriedade (13,6%). Comparando os dados de inquiridos segundo a natureza dos crimes de dois períodos, entre 1893 e 1895 e entre 1921 e 1923, o autor identifica que

²⁰ Embora os relatórios analisados não tenham informações sobre a cor dos presos por vadiagem, o autor indica que outros estudos indicam que as autoridades sempre fizeram aproximação entre a vadiagem e a população negra, quando os juízes faziam referências como "crioulo forro" e "preto vadio" em suas descrições.

²¹ O autor não esclarece muito bem o que seriam os crimes de sangue, apenas diz que a maioria deles é representada pelos ferimentos e que os estudos sobre criminalidade associam estes crimes às chamadas sociedades tradicionais e às pequenas cidades.

acontece aumento nos números absolutos de todos os crimes, mas a representação de cada tipo de crime na porcentagem do total muda bastante: os crimes de sangue passam de 554 (59,9%) para 1.203 (50,5%), os crimes contra a propriedade passam de 264 (28,6%) para 424 (17,9%), e os crimes sexuais passam de 28 (3%) para 541 (22,7%), trocando de posição com os crimes contra a propriedade. Fausto (1983) entende que essa queda da responsabilização penal por crimes contra a propriedade pode ser relacionada à maior ênfase dada pelas autoridades policiais a esses crimes no último decênio do século XIX, época de grandes mudanças sociais, em razão do fim da escravatura e do grande movimento imigratório para São Paulo.

Fazendo uma análise geral, o autor conclui o artigo dizendo:

Do ponto de vista da ação mais geral do aparelho repressivo, um ponto deve ser destacado. O grande peso proporcional das prisões contravencionais e para averiguações mostra que, ontem como hoje, a atividade cotidiana do aparelho repressivo é tão ou mais importante para o controle das camadas pobres da população do que a exercida nas greves e outras formas de manifestação coletiva. (FAUSTO, 1983, p. 210)

Avançando para o fim do século, Pinheiro, Izumino e Fernandes (1991) analisam a questão da violência cometida pela polícia, a partir de São Paulo, focando em um aspecto específico dessa violência, que são as mortes de policiais e não policiais²² em conflitos, no período entre os anos 1980-81 e 1989. A pesquisa aborda a atuação da Polícia Militar, porque ela tem maior participação nos conflitos com mortes. Inicialmente, os autores já apontam a grande dimensão do problema, destacando que, no período estudado pela pesquisa, segundo dados oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo, foram mortas mais de 3.900 pessoas, o que dá uma média de 1,2 morte por dia, e mais de 5.500 ficaram feridas, policiais e não policiais²³. Para analisar o uso da violência pela e contra a polícia, os autores utilizam como indicador a média da proporção entre a morte de policiais e de não policiais. Ainda com base nos dados oficiais, essa média é de 11,5 não policiais mortos para cada policial morto. Em sua análise, os autores compararam essa média com alguns outros locais: em Nova York, a proporção foi de 7,8 entre os anos de 1978 e 1985, na Austrália foi de 2,3 entre os anos de 1974 e 1988 e na Jamaica chegou

²² "O termo não policiais engloba os considerados apenas suspeitos, os criminosos ou quaisquer outros que não sejam ligados às instituições policiais [...]." (PINHEIRO, IZUMINO e FERNANDES, 1991, p. 97)

²³ Os autores, ao compararem esses números com os de outras cidades e países, concluem que são extremamente elevados. Citando duas comparações feitas, na Austrália, entre os anos de 1974 e 1988 (período maior do que o analisado pela pesquisa), foram mortos 49 civis e 21 policiais. Em Nova York, foram mortos 12 civis no ano de 1985, enquanto em São Paulo, 585, segundo os dados oficiais da Polícia Militar.

a 20 para um no ano de 1985, que foi também o ano com maior índice de mortes em São Paulo, no período analisado, chegando a 17,2. Os autores observam que é esperado que morram menos policiais do que não policiais, já que os primeiros são treinados para ação em situações de confronto, além disso, entendem que não existe uma proporção ótima entre esses números de mortes, mas analisam que a proporção sugere que a polícia pode estar usando a violência por motivos outros, que extrapolam a proteção da própria vida e/ou de terceiros em casos de emergências. Outro indicador utilizado foi a relação entre mortos e feridos policiais e não policiais. Identificou-se nos dados oficiais que, no período de 1982 a 1987, a proporção entre policiais foi de 17,4 policiais feridos para cada morto. Já entre os não policiais, a proporção foi de 0,4, ou seja, mais de dois não policiais mortos para cada ferido, indicando que a polícia mata de duas a três vezes mais do que fere. Assim, os autores entendem que esses dados indicam que a polícia utilizou suas armas além do necessário para apenas deter o suspeito e que existe uma disposição por parte dos policiais de atirar para matar. Analisando as variações anuais dos números de mortes, os autores observam que, com exceção do ano de 1985, há uma relação proporcional direta entre os índices, quando aumentam as mortes de não policiais aumentam também a de policiais e vice-versa. Apesar de entenderem que seria necessário um período maior de avaliação desses índices para conclusões mais consistentes, os autores entendem que "os dados indicam que se pode estabelecer como hipótese que as variações na quantidade de mortes se devam, em boa parte, à atuação da própria polícia" (p. 99). Em suas conclusões preliminares, os autores indicam que existe uma ênfase na ação repressiva por parte da polícia, em detrimento da preventiva e que essa ação não aumenta, nem garante a segurança dos cidadãos, mas ao contrário, produz mortes desnecessárias e aumenta o risco de vida inclusive dos próprios policiais.

1.1.2 A violência policial em números: dados sobre letalidade policial

Analisando o cenário atual, buscamos dados sobre letalidade policial no Brasil²⁴. Segundo dados do Anuário de Segurança Pública 2017²⁵, no ano de 2016, 4.222 pessoas

²⁴ Assim como observado por Boris Fausto (1983) em sua pesquisa, consideramos os dados como indicativos da realidade, não como retratos fiéis dela. Observamos que se trata de dados fornecidos por órgãos integrantes do Sistema de Segurança Pública.

²⁵ Os Anuários de Segurança Pública são relatórios produzidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em que constam dados quantitativos sobre mortes violentas intencionais que acontecem no país, letalidade policial, vitimização policial, entre outros relacionados à segurança pública. Além dos Anuários, os Atlas da Violência, publicados anualmente, também fornecem dados sobre letalidade policial. Ocorre que,

foram mortas no Brasil em decorrência de intervenções das polícias civil e militar, em serviço e fora de serviço. Este número é 25,8% maior do que o registrado em 2015. Em 2017, o número de civis mortos em decorrência de intervenção policial aumentou para 5.144 e o de policiais mortos caiu para 367 (FBSP, 2018).

Focando no estado de São Paulo, encontramos uma realidade curiosa e alarmante. No decorrer das duas primeiras décadas do século XXI, os índices de homicídio no estado vêm se reduzindo de forma progressiva e consistente²⁶, enquanto os índices de letalidade policial vêm crescendo. Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública, entre os anos de 2001 e 2016, o número de vítimas de homicídio doloso caiu 65% no estado de São Paulo e a letalidade policial aumentou 42% no mesmo período (NUNES, 2018). A capital, que é a cidade paulista que apresenta os maiores números tanto de vítimas de homicídio doloso como de letalidade policial, apresentou uma redução de 83,7% de casos de homicídios dolosos entre 2001 e 2016, enquanto os casos de morte em decorrência de intervenção policial aumentaram 13,7% (NUNES, 2018). Pode-se perceber, então, que as mortes em decorrência de intervenção policial têm aumentado seu percentual de participação no número de mortes violentas que ocorrem no estado e na cidade. Segundo dados do 12º Anuário de Segurança Pública, em 2016, foram registradas 857 mortes no estado de São Paulo em decorrência de intervenções policiais, representando 17,4% do total de mortes violentas intencionais. Em 2017, esse número sobe para 940 mortes, 19,5% do total de mortes violentas intencionais. Na capital, as proporções são ainda

comparando os dados dos dois documentos, percebe-se que há uma grande disparidade, sendo os números que constam nos Anuários significativamente maiores que os dos Atlas. Como exemplo, em relação ao ano de 2016, o Atlas da Violência registrou 1.374 pessoas mortas em decorrência de intervenção policial no Brasil, enquanto o Anuário de Segurança Pública registrou, ao menos, 4.222 vítimas, observando-se uma diferença de 67,5% entre os dois dados. Isso acontece, porque o Atlas da Violência utiliza como fonte o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde. Nas edições de 2017 e 2018, os autores do Atlas da Violência pontuaram que existe subnotificação significativa nos dados do SIM sobre letalidade policial e que é importante rever os protocolos de registro dessas situações pela área da saúde, porém entendem que possivelmente o perito não conta com informações suficientes sobre a autoria do homicídio no momento do registro do óbito, que acaba sendo classificado como morte por agressão. Já o Anuário utiliza como fontes de dados as Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social, a Ouvidoria de Polícia da Bahia, a Polícia Civil do Distrito Federal, a Polícia Militar do Sergipe, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Não estamos querendo dizer que os dados fornecidos aos Anuários sejam totalmente fiéis à realidade, mas como são produzidos por órgãos ligados à Segurança Pública, já registram as mortes como decorrência de intervenção policial. Por causa dessa grande diferença entre os dois documentos, optamos por utilizar os dados dos Anuários de Segurança Pública, entendendo que eles trazem dados mais completos, ainda que apenas indicativos da realidade.

²⁶ Essa redução é apontada e destacada por diversos documentos que registram dados de homicídios no Brasil, tais como os Atlas da Violência 2017 e 2018, a edição especial do Anuário de Segurança Pública e o Mapa da Violência 2016. Tomando por base apenas um deles para demonstrar, segundo dados do Mapa da Violência 2016, entre os anos de 2004 e 2014, o estado de São Paulo apresentou queda, de ano para ano, no número de homicídios por arma de fogo, de 7.611 em 2004 para 3.524 em 2014, redução de 57,7%.

maiores: em 2016, foram registradas 438 mortes em decorrência de intervenção policial, representando 30,2% do total de mortes violentas intencionais; em 2017, o número de mortes sobe para 446, representando 33,2% de todas as mortes violentas intencionais. Com estes números, é possível corroborar uma observação feita por Caldeira (2000), em estudo focado no estado de São Paulo, de que "a polícia é parte do problema da violência". A autora prossegue afirmando que a polícia utiliza "métodos violentos, ilegais ou extralegais" para o controle da população civil, tendo como alvo principal as classes trabalhadoras.

A partir dos dados do estado de São Paulo, Nunes (2018) reconhece que o alto índice de letalidade policial é um problema que se concentra em regiões específicas do estado. Segundo os dados referentes ao ano de 2016, a maior parte das cidades paulistas não registrou nenhum caso de morte em decorrência de intervenção policial, enquanto 20 municípios concentram cerca de 70% dos casos. São eles: a capital, os municípios da Região Metropolitana de São Paulo, a Baixada Santista e algumas regiões do interior do estado, como Ribeirão Preto e São José dos Campos.

A partir de mapas desenvolvidos por Nunes (2018), que demonstram como se distribuem as taxas de mortes decorrentes de intervenção policial por distritos policiais da cidade de São Paulo, podemos perceber na Figura 1, além do agravamento da letalidade policial entre 2013 e 2016, que as mortes têm seus índices mais elevados em distritos periféricos da cidade.

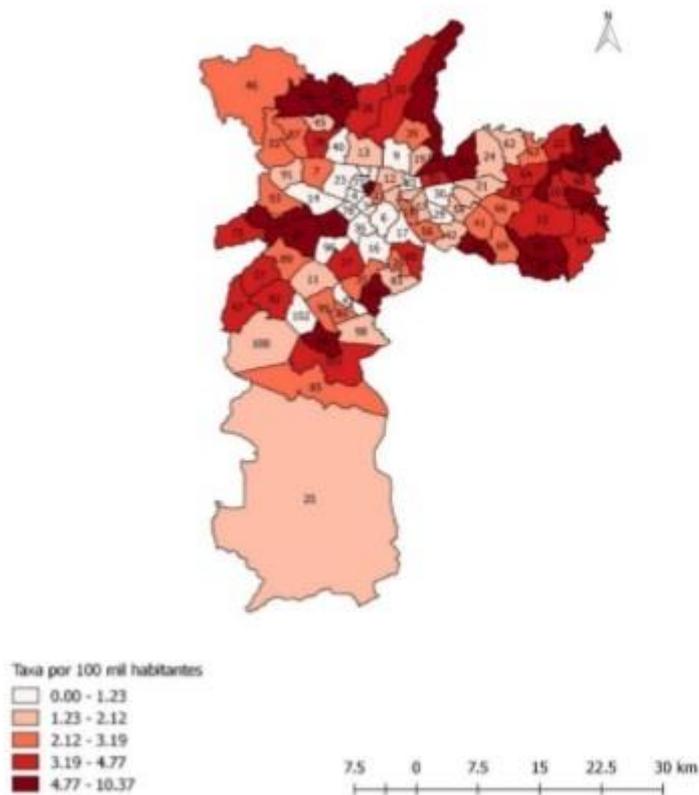
Figura 1 - Taxas de mortes em decorrência de intervenção policial, por distrito policial na cidade de São Paulo, entre 2013 e 2016



Fonte: Nunes, 2018, p. 75.

Analisando os dados do ano de 2016, Nunes (2018) observa que as piores taxas se concentram nos extremos das zonas sul e leste da cidade e aponta que um dado muito preocupante é que há distritos dessas regiões que apresentam taxas com valores superiores a 10 por 100 mil habitantes, maiores que a taxa média de homicídios do estado, que foi de 8,9 em 2016.

Figura 2 - Taxas de mortes em decorrência de intervenção policial, por distrito policial na cidade de São Paulo, em 2016:



Fonte: Nunes, 2018, p. 75.

Analisando a Figura 2, podemos perceber que, com exceção de um distrito localizado no centro da cidade, os bairros mais centrais apresentam baixas taxas de letalidade policial, próximas de zero, inclusive.

Pelo fato de 2017 ter sido o ano com mais mortes de civis em decorrência de intervenções policiais em São Paulo desde 1992 (quando foram registradas 1.470 mortes de civis por policiais no estado)²⁷, a Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo²⁸ realizou uma pesquisa para analisar a letalidade e a vitimização policial no estado. Segundo a pesquisa, desde 2014, o número de mortes de civis em decorrência de

²⁷ Importante observar que esse foi o ano do acontecimento que ficou conhecido como "massacre do Carandiru", em que 111 presos foram brutalmente assassinados por policiais dentro da Casa de Detenção de São Paulo, o Carandiru.

²⁸ Criada pelo artigo 2º, inciso III, da Lei Complementar n. 826/97, a Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo (pioneira no país) é um órgão externo à Polícia, que atua com autonomia e independência, constituindo-se principalmente como um canal de recebimento e encaminhamento de denúncias da população sobre atos irregulares praticados pelas polícias civil e militar. Além dessa função, a Ouvidoria atua para formular análises e propostas para a Secretaria de Segurança Pública. Informações do site: <<http://www.ssp.sp.gov.br/ouvidoria/Oque.aspx>>. Acesso em: 12 fev. 2019.

intervenção policial vem crescendo²⁹. Para analisar esse aumento, foram analisados dados técnicos produzidos pelas próprias polícias, tais como Boletins de Ocorrência, inquéritos policiais, laudos, entre outros, verificando as circunstâncias em que as ocorrências aconteceram. A pesquisa indica que, segundo a classificação de indícios da Ouvidoria da Polícia, em 77% das ocorrências, há indício de uso excessivo da força letal pela polícia (31,07% de excesso em ocorrências sem confronto armado e 46,12% de excesso na legítima defesa). Noventa e quatro por cento dos policiais envolvidos nas ocorrências eram militares e 6% policiais civis, em sua maioria (45,85%) com idade entre 26 e 35 anos, seguidos pelos acima de 35 anos (45,45%). Quanto às circunstâncias, foi registrado nos documentos analisados que 73% das vítimas estavam em condição de delito, enquanto 27% (206 vítimas) não estavam objetivamente cometendo delitos (eram "suspeitos"). Os registros de vítimas que estavam cometendo delitos apontam que, em sua grande maioria, eram crimes contra o patrimônio (furtos, roubos e roubos de veículos e/ou motos). Quanto aos locais em que as mortes ocorreram, lembrando que a pesquisa abrange todo o estado de São Paulo, a maior parte das vítimas (276 pessoas, que representam 36,51% do total) foram mortas na capital do estado, seguida de municípios da região metropolitana (ao todo 224 civis mortos na região da Grande São Paulo, o que representa 30% do total pesquisado; entre esses municípios, os que mais tiveram mortes foram Santo André, Guarulhos e Mogi das Cruzes), seguindo a tendência verificada por Bueno (2017). As mortes ocorridas no município de São Paulo (276 no total) distribuíram-se pelas zonas da seguinte forma: 99 vítimas na zona leste, 54 na zona sul, 52 na zona oeste, 52 na zona norte e 19 na região central, acompanhando também a tendência observada por Bueno (2018) nos anos anteriores.

Na conclusão da pesquisa, a Ouvidoria retoma a história de construção das polícias brasileiras, que foram formadas no Período Imperial, sendo compostas por cidadãos com propriedades e riqueza e que atuavam para defender o patrimônio e os cidadãos das oligarquias, reprimendo a população pobre e marginalizada. O estudo relembra também a tardia e ainda recente abolição formal da escravidão, e que foram

²⁹ Sobre a vitimização policial, a pesquisa registra que, entre 2011 e 2017, o número de policiais civis e militares mortos em serviço foi se reduzindo gradativamente. A maior incidência de mortes de policiais tem acontecido nos momentos em que eles estão de folga. Em 2017, três policiais militares morreram por homicídio em serviço. Outros oito policiais militares morreram em serviço, mas por outras causas (três por acidente de trânsito, quatro por morte natural e um por morte acidental). Já em dias de folga, 39 policiais militares foram mortos por homicídio, ou em razão de intervenção policial. No mesmo ano, três policiais civis foram mortos por homicídio em serviço, enquanto sete foram mortos em dias de folga. Ao todo, em 2017, seis policiais foram mortos em serviço, enquanto 46 foram mortos em dias de folga (OUVIDORIA, 2018).

necessárias leis para que fossem abolidas as práticas de penas cruéis destinadas aos negros, que não eram vistos como seres humanos em nossa sociedade. Com o fim da escravidão, o homem liberto passou a ser discriminado social e racialmente, sendo até hoje visto como suspeito, como um criminoso em potencial. A partir dos dados levantados e analisados, a Ouvidoria entende que os órgãos de Segurança Pública continuam carregando e reproduzindo esses valores e conceitos históricos em seu modo de ação: "o uso da força letal por policiais não é aleatório, ela tem foco, nas ações de flagrante delito, na população pobre, em especial nas periferias, sobretudo os jovens negros" (p. 53). Por fim, a pesquisa entende que "a violência policial letal é estrutural e cultural" (p. 53).

1.1.3 A violência policial demarcando fronteiras: as margens como alvo

A grande incidência de violência policial nos territórios periféricos da cidade é uma questão que merece atenção e esforço de análise, por indicar que as práticas violentas da polícia não são aleatórias, mas têm endereço certo.

Juliana Farias (2008), ao analisar a alta recorrência de casos de violência policial nas favelas cariocas e a frequente violação do direito à vida da população desses territórios, indica que aos moradores de favelas é concedido um "tratamento especial" por parte do Estado e também de outros setores da sociedade. A autora busca demonstrar como os moradores das favelas foram transformados em uma população "matável"³⁰, por meio da análise das práticas da polícia nesses territórios, entendendo que a polícia "é um dos pontos de apoio a partir dos quais se garante 'governamentalização' do Estado" (FARIAS, 2008, p. 16).

Fazendo um parêntese nas análises de Farias (2008), no contexto paulista, o "tratamento especial" aos moradores das periferias da cidade de São Paulo foi abertamente admitido pelo tenente-coronel Ricardo Augusto Nascimento de Mello, à

³⁰ Farias (2008) explica a utilização desse termo a partir da noção de *homo sacer*, recuperada pelo filósofo Giorgio Agamben, que diz respeito a "uma obscura figura do direito romano arcaico, na qual a vida humana é incluída no ordenamento unicamente sob a forma de sua exclusão (ou seja, de sua absoluta matabilidade)" (AGAMBEN, 2002, p. 16, apud Farias, 2008, p. 2). A autora explica que na tradução se faz a equivalência dessa noção à "vida matável" e é nesse sentido que ela se aplica à sua argumentação e não na forma original em que foi escrita. Farias (2008) observa que utiliza a expressão "matável" para se referir ao conjunto de moradores das favelas com restrições, porque contemporaneamente a noção de *homo sacer* tem sido utilizada como referência a situações extremas, como as experiências vividas nos campos de concentração nazistas e que esse não é o caso da população a que ela se refere. A utilização do termo "matável" diz respeito à análise de determinados aspectos do cotidiano dos moradores das favelas, em especial à sua relação com a polícia.

época nomeado como novo comandante da Rota³¹, ao ser entrevistado em agosto de 2017. Segundo o tenente-coronel, os policiais militares adotam formas diferentes de abordar e falar com moradores de regiões nobres e das periferias da cidade: "É uma outra realidade. São pessoas diferentes que transitam por lá. A forma de ele abordar tem que ser diferente. Se ele [policial] for abordar uma pessoa [na periferia] da mesma forma que ele for abordar uma pessoa aqui nos Jardins [região nobre de São Paulo], ele vai ter dificuldade. Ele não vai ser respeitado", e continuou: "Da mesma forma, se eu coloco um [policial] da periferia para lidar, falar com a mesma forma, com a mesma linguagem que uma pessoa da periferia fala aqui nos Jardins, ele pode estar sendo grosseiro com uma pessoa do Jardins que está ali, andando", complementou. "O policial tem que se adaptar àquele meio que ele está naquele momento".³²

Voltando à análise de Farias (2008), a autora se apoia na via analítica da "antropologia das margens"³³, que propõe "investigar modalidades específicas da presença do Estado em territórios considerados marginais" (p. 11). A ideia de "margens", nessa perspectiva, não se limita aos aspectos geográficos, que delimitam os territórios centrais e os periféricos, mas são compreendidas a partir das seguintes alternativas:

- 1) periferias habitadas por pessoas consideradas insuficientemente socializadas de acordo com as leis e a ordem vigentes; 2) lugares onde os direitos podem ser violados através de dinâmicas distintas de interação das pessoas com documentos, práticas e palavras do Estado; e 3) um espaço localizado entre corpos, leis e disciplina. (FARIAS, 2008, p. 12)

Farias (2008) explica que, segundo Das e Poole, a perspectiva assumida pela "antropologia das margens" "indica que determinadas populações marginais se configuram a partir de um envolvimento com o Estado que marca a transformação das exceções em regra" (p. 12). Podemos entender a violência policial como essa suposta exceção, em um estado democrático de direito, que é regra nos territórios periféricos das cidades do país.

³¹ Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar. Segundo a pesquisa da Ouvidoria, a Rota foi a responsável pela maior parte das mortes em decorrência de intervenção policial que aconteceram no estado de SP em 2017, mesmo ano da entrevista do tenente-coronel.

³² "Abordagem nos jardins tem de ser diferente da periferia, diz novo comandante da Rota". Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/08/24/abordagem-no-jardins-e-na-periferia-tem-de-ser-diferente-diz-novo-comandante-da-rota.htm>>. Acesso em: 17 fev. 2019.

³³ Essa perspectiva tem como referência as antropólogas Veena Das e Deborah Poole, que organizaram a obra *Anthropology in the Margins of the State*, de 2004, que surgiu a partir de um seminário realizado na School of American Research, que teve a participação de "pesquisadores dispostos a refletir sobre o desenvolvimento de etnografias de um Estado que está encravado em práticas, linguagens e lugares considerados às margens do Estado nacional" (FARIAS, 2008, p. 11).

A autora analisa os resultados de uma pesquisa sobre a letalidade da ação policial no Rio de Janeiro, produzida em 1997 pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER)³⁴. Segundo os resultados dessa pesquisa, foi possível identificar que a polícia agia de formas diferentes na favela e no "asfalto", produzindo seis vezes mais mortes nas favelas. Quanto à vitimização dos policiais foi identificado que morriam mais policiais em ações no "asfalto" do que em ações na favela. A partir desses dados, os pesquisadores indicaram que havia uma clara intenção de matar por parte dos policiais nas intervenções que realizavam nos territórios das favelas e que os tiros que eles disparavam não eram fruto de tensão por um risco que corriam, mas balas com destino certo. Para analisar esse aspecto que a pesquisa aponta de uma divisão da cidade, que demarca e opõe morro e "asfalto", Farias (2008) utilizou a noção de "metáfora de guerra", proposta por Márcia Leite, que indica que setores da sociedade aceitam essa divisão e oposição desses polos da cidade (além da oposição entre favelados e cidadãos, bandidos e policiais), que faz com que os adeptos dessa perspectiva assistam passivos e aceitem a violência policial cometida contra os grupos estigmatizados (LEITE, 2000, apud FARIAS, 2008). Segundo esta análise, "as novas modalidades de violência presentes no Rio de Janeiro eram diretamente associadas às dinâmicas do tráfico de drogas" e, assim, "os territórios das favelas eram identificados como focos irradiadores desta violência e as políticas de segurança pública eram percebidas como ineficientes" (p. 18). Nessa lógica, as relações da população carioca com o espaço urbano foram redefinidas e a sociabilidade entre os concidadãos foram alteradas. Parte dos cariocas e diferentes setores da mídia passaram a apoiar o uso abusivo da força pela polícia nos territórios das favelas, o que serviu de incentivo e respaldo para um tratamento diferenciado dos moradores desses territórios.

Bem distante da ideia de cidadania universal, este modelo coloca em questão as interpretações da "violência urbana" no Rio de Janeiro realizadas a partir da leitura de um mal-funcionamento [sic] do Estado. [...] Em um contexto de "cidadania de geometria variável", a atuação do Estado difere de acordo com a posição econômica, social e política dos cidadãos, isto é, desenvolve-se sempre "em situação". Nas 'margens', o Estado não estaria deixando de "cumprir suas obrigações" – elas apenas passavam a ser cumpridas de acordo com a perspectiva dominante naquele momento: as exigências por tomada de medidas emergenciais soavam mais alto que a aclamação por "um pacto estável e universalista". (FARIAS, 2008, p. 19)

³⁴ Segundo Farias (2008), essa pesquisa foi encomendada pelas Comissões de Segurança Pública e de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, motivada pelo fato de ter se estabelecido "uma ligação entre o aumento do número de mortos por 'Autos de Resistência' e a gratificação por bravura instituída por decreto em novembro de 1995" (p. 17). Os resultados apresentados pela pesquisa confluíram com a hipótese de que essas premiações por bravura estavam incentivando os confrontos armados, tendo apontado até promoções de policiais que cometeram execuções de forma criminosa.

Outra diferença entre a atuação da polícia na favela e no "asfalto", identificada pela pesquisa analisada por Farias (2008), diz respeito ao número de mortes que eram classificadas como "auto de resistência" em cada um dos espaços: fora da favela, 37% dos casos foram registrados dessa forma, enquanto nas favelas, isso aconteceu em 62% dos casos. A autora considera que a questão do "auto de resistência" é privilegiada para a compreensão da "modalidade de presença do Estado nas favelas através da atuação da polícia" (p. 20). Isso porque se trata de uma Ordem de Serviço que foi regulamentada inicialmente pela Superintendência da Polícia Judiciária do então estado da Guanabara (em 2 de outubro de 1969) e posteriormente teve seu conteúdo ampliado por uma portaria do Secretário de Segurança Pública (em 1974), que estabelecia que o policial não poderia ser preso em flagrante nem indiciado, o que, de acordo com o juiz Sérgio Verani, é ilegal. Além disso, ainda segundo o juiz, a portaria é marcada por uma inconstitucionalidade, pois a Constituição Federal e os Códigos Penal e de Processo Penal de nada valem, uma vez que o próprio Secretário de Segurança Pública legisla para o policial que mata (FARIAS, 2008). Assim, seguindo os apontamentos de Das e Poole, Farias (2008) afirma que "o "auto de resistência" pode ser entendido como um exemplo concreto da manutenção de um processo de construção e reconstrução do Estado através das suas práticas de escrita" (p. 20).

A autora demonstra que a polícia militar segue realizando incursões violentas nas favelas cariocas, que são relatadas e denunciadas em diversos relatórios produzidos por organizações de Direitos Humanos nacionais e internacionais e descreve um circuito que mantém o "processo de extermínio" dos moradores das favelas cariocas: policiais realizam incursões violentas nas favelas, enquanto outros já estão na delegacia registrando mais um "auto de resistência", enquanto outros são absolvidos no Fórum do Rio de Janeiro pelo júri popular, composto por representantes da sociedade civil que apoiam as ações violentas das polícias nas favelas, e assim continua... A autora finaliza dizendo que "em uma engrenagem como esta, se articulam "micro-poderes" [sic] e 'biopoder', fazendo dos moradores de favelas uma população 'matável'" (FARIAS, 2008, p. 22).

Das margens cariocas para as fronteiras paulistanas. Feltran (2011), a partir de extenso estudo etnográfico realizado em Sapopemba (distrito da periferia leste da cidade de São Paulo), propõe estudar as "margens", que ele denomina *fronteiras*, da política contemporânea no Brasil, e, mais especificamente, a relação entre as periferias de São

Paulo e a política³⁵. Seus estudos nos interessam porque, com base nessa relação, o autor pontua os sentidos políticos da violência que atinge as periferias. O autor escolhe estudar essa relação a partir da trajetória do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente "Mônica Paião Trevisan" (Cedeca Sapopemba)³⁶, entidade de defesa de direitos do distrito, que faz essa mediação entre a população de Sapopemba e o mundo das instituições políticas. O autor destaca que a relação entre periferias e mundo público foi historicamente marcada por conflito. Assim como assinalado por Farias (2008), Feltran (2011) observa que, na tematização pública, as periferias e favelas são associadas com homicídios, tráfico de drogas, guerras com a polícia, adolescentes armados, sendo figuradas como territórios de desordem, em que se reproduz uma "violência *banal*". Dessa forma, esses locais são vistos como espaços apartados do funcionamento dito "normal" da sociedade. Nessa figuração pública, o autor destaca que não importa de que capital do país se esteja falando, os personagens das periferias são vistos como homogêneos e representam a falta de tranquilidade. Em seu estudo, Feltran (2011) considera as periferias como clivagens que são parte do mundo social, não estão fora dele, mas observa que não há como não notar que existe um descompasso entre as periferias urbanas e o "mundo público"³⁷ e que, em uma sociedade hierárquica como a nossa, é necessário lidar com um série de polaridades:

o descompasso entre a norma igualitária e a desigualdade social, o paradoxo entre os modos de vida popular e sua figuração pública, a contradição entre a lógica do direito e a repressão da polícia, a distância entre a pretensão normativa de pluralismo e os bloqueios seletivos no acesso à legitimidade social. (p. 13)

³⁵ Feltran (2011) explicita que entende política como "o jogo de conflitos desencadeados na conformação da cena pública, em sua manutenção e transformação" (p. 12) e observa que, em sociedades hierárquicas, como é o caso da brasileira, com grande assimetria na divisão de poder, em que a desigualdade é respaldada pelo funcionamento estatal, a política é mais do que a disputa de poder em terrenos institucionais, existindo um conflito anterior, que é o da disputa pela conformação dos critérios que estabelecerão o que é o mundo público, o que faz parte dele, quem é legítimo para participar dele: "Logo, não se trata apenas das disputas entre atores constituídos sobre um terreno dado, mas *também* da disputa subjacente à própria instituição desses terrenos e atores" (p. 12). Essa é uma formulação importante, pois Feltran analisa, a partir da trajetória do Cedeca Sapopemba, que a ação política no contexto das favelas (no contexto das "margens" da política), além de disputar poder em territórios institucionais demarcados, tais como as eleições e as políticas públicas, se assenta fundamentalmente na disputa pela legitimidade e pela instituição de seus territórios e sujeitos: "[...] os 'militantes de favela' têm de constantemente forjar sua aparição como sujeitos, lidando com fronteiras impostas pela gestão e, no limite, pela violência" (FELTRAN, 2010a, p. 227).

³⁶ O Cedeca Sapopemba é uma entidade de defesa de direitos, localizada na periferia leste da cidade de São Paulo, que, além de acolher e atender a população do local onde atua, tem uma história de realização de denúncias de situações de violência, especialmente violência policial, cometidas contra os moradores dos locais em que o Cedeca atua. Para mais informações, ver: Feltran (2010a) e Feltran (2011).

³⁷ O autor designa como *mundo público* "um espaço de visibilidade, circulação e confronto de discursos, em que se disputa e exerce poder" (p. 13) e demarca que, em sociedades bastante desiguais, como é o caso da sociedade brasileira, representa apenas uma parte dos atores e interesses presentes no mundo social.

O autor assinala ainda que é muito claro que algo aparta os indivíduos das periferias do todo social, definindo assim a noção das *fronteiras* que se conformam entre as periferias da cidade de São Paulo e o mundo público:

Tenho trabalhado com a noção de *fronteira* como categoria analítica para auxiliar a demarcação destas clivagens entre periferias e política, ou das *margens* da política. Ao mesmo tempo em que denota uma separação, a categoria *fronteira* preserva a possibilidade de fluxos, controlados, entre as parcelas separadas. A metáfora da fronteira interessa, ainda, por preservar a noção de conflito, latente como política ou gestão em condições de estabilidade da linha que a demarca, mas passível de se tornar violência caso se radicalize [...]. (FELTRAN, 2010a, p. 228)

No decorrer do trabalho etnográfico, o autor identifica a violência como um dos dispositivos que opera a mediação nas fronteiras entre as periferias e o mundo público³⁸. Para chegar a isso, Feltran (2010a) pontua grandes mudanças que aconteceram nas dinâmicas sociais das periferias no decorrer de trinta anos, entre meados de 1970/1980 e 2010. Retomando muito brevemente as mudanças que o autor aponta entre as décadas de 1970 1980, as periferias da capital foram majoritariamente ocupadas por migrantes de outras regiões do país, que vieram para tentar melhorar de vida na cidade. Na época, esse grupo se ancorava majoritariamente em valores católicos e tinha um projeto familiar de ascensão social pelo trabalho industrial. A promessa era de que as classes trabalhadoras, inscritas na dinâmica salarial, teriam acesso aos direitos sociais. Trinta anos depois, o autor observa mudanças expressivas: os moradores das periferias já são paulistanos, nascidos e criados ali; muitos migraram do catolicismo para a teologia neopentecostal, a capacidade de consumo aumentou bastante devido à expansão do crédito popular, e os jovens se conectam a novos espaços de construção identitária, graças às novas tecnologias de informação. Quanto ao projeto operário, este foi radicalmente modificado por fortes crises de emprego e pela estabilização do desemprego estrutural. Para a maioria dos filhos

³⁸ Feltran (2010a) trata de três dispositivos de mediação entre as periferias e o mundo público, que ele identifica em sua pesquisa etnográfica: um é a *luta política*, realizada pelas ações dos "novos movimentos sociais" das periferias, desde o fim dos anos 1970, que portavam o anseio de integração da "classe trabalhadora", para que a promessa de ampliação do acesso a direitos sociais se efetivasse, e faziam a mediação entre a população das periferias e as instituições políticas; outro é a *gestão social*, que surge como protagonista a partir de meados da década de 1990, e tem a ver com os convênios realizados entre os governos e organizações civis de base, oriundas muitas vezes de antigos movimentos sociais, para a implementação de "projetos sociais": serviços de profissionalização de jovens, de apoio familiar, de contraturno escolar (aqui também se encontram os serviços de medidas socioeducativas, executados por essas ONGs em São Paulo, como já explicitado anteriormente), para fazer um "gerenciamento estatal e não governamental de populações específicas das periferias" (p. 204); e, por fim, o dispositivo da *violência*, presente ou latente na repressão policial às periferias e que é hoje regulada nesses territórios sobretudo pelo próprio "mundo do crime". O autor destaca que a diferenciação entre esses dispositivos é apenas analítica, com o fim de conferir inteligibilidade a essas dinâmicas que coexistem no tempo e no espaço.

de operários que Feltran (2010a) encontrou na pesquisa, a promessa do acesso a direitos sociais nunca foi cumprida e os jovens encontram-se nas franjas do mercado de trabalho. A situação de grande disponibilidade de emprego fabril na década de 1970, mudou para escassos empregos instáveis em 2010, geralmente terceirizados ou no setor de serviços, que agora exigem alta escolaridade, especialização e flexibilidade. Os mercados que se expandiram para os moradores da favela são desprotegidos e frequentemente ilegais, caso do varejo de drogas ilícitas. O "mundo do crime" surge como a atividade melhor remunerada e com mais vagas de trabalho para os jovens moradores das periferias (FELTRAN, 2010a). No decorrer desses trinta anos, a desigualdade social entre ricos e pobres seguiu intocada e a promessa de integração da população desses territórios e de acesso aos direitos sociais foi frustrada. É nesse cenário de frustração de promessas e revisão de projetos coletivos, que Feltran (2010a) identifica que os movimentos sociais, que representavam essas populações e faziam a mediação das demandas das periferias ao mundo público, são colocados em questão e os dispositivos de mediação da *gestão social* e da *violência* assumem posição mais protagonista. Aqui, olharemos apenas para o dispositivo da violência, que é o que nos interessa neste tópico.

O que aparece como novidade no cenário normativo das periferias a partir dos anos 1990 é a "expansão do mundo do crime". Com ele, além da expansão do varejo de drogas ilícitas, "o crime" passa a ser legitimado progressivamente como instância normativa e fiscal das regras de convívio" (p. 208). Reaparece a lógica instrumental do uso da força muito intensamente nas relações internas às periferias, "a 'violência urbana' se torna representação coletiva nas cidades e as taxas de homicídio explodem" (FELTRAN, 2010a, p. 209). O autor observa que não seria necessário às populações desses territórios lançar mão do uso da força privada, no limite letal, para resolução de conflitos pessoais, se os indivíduos se sentissem inscritos numa ordem regida pelo direito, porque a força pública poderia ser acionada como forma de proteção. Ocorre que, no trabalho etnográfico, o que ele encontrou foram pessoas que sabiam pela experiência que as polícias não protegem as favelas. Assim, elas tinham que se proteger por conta própria:

A expansão da violência interpessoal e sua especialização recente nas favelas de São Paulo, nas quais tribunais conduzidos pelo "mundo do crime" são legitimados como operação de justiça, parecem-me, pois, intimamente relacionadas à frustração do projeto de inscrição dos "trabalhadores" no mundo do direito. (FELTRAN, 2010a, p. 209)

O autor pontua que, na virada do século, a repressão nas *fronteiras* se ampliou, tencionando as margens e fazendo surgir mais e mais "suspeitos"³⁹. É nessa virada do século que acontece também a emergência do Primeiro Comando da Capital (PCC)⁴⁰ como ordenador do "mundo do crime" nas "margens" urbanas paulistanas. Com a hegemonia do PCC, acontece uma "pacificação" nas relações internas ao "crime", porque deixam de acontecer disputas violentas de territórios entre gangues e, como já observado, ele passa a interferir "*ativamente* nos conflitos sociais das periferias, desde a sociabilidade cotidiana até o mundo dos negócios e dos atores públicos" (FELTRAN, 2011, p. 172)⁴¹.

Nas pesquisas realizadas na última década [...] constata-se que o padrão de depoimentos de moradores das periferias sobre o "mundo do crime" se deslocou. Algo que era antes alheio às "famílias" e distante dos "trabalhadores" passou a aparecer nos cotidianos de todos os moradores da nova geração. Modos de organização, antes mais restritos às prisões, ganharam aderência no tecido social das favelas. Normas antes exclusivas do universo daqueles considerados "bandidos" passaram a abordar também a sociabilidade de jovens não inseridos nos mercados ilícitos. Dinâmicas, portanto, antes externas à "comunidade" passaram a ser lidas como constitutivas dela. (FELTRAN, 2010b, p. 63)

Uma questão importante é que o "crime" passa a disputar a significação da vida de moradores jovens das periferias com as famílias, os ambientes de trabalho, os movimentos sociais, as igrejas, as leis e o judiciário. Ele consegue responder a parte significativa das expectativas reformuladas pelos mais jovens e mais pobres moradores das periferias e passa a se mostrar como uma possibilidade concreta de gerar renda, de consumir, de obter e ofertar proteção e justiça, adrenalina, diversão e sexo (FELTRAN, 2011). Importante pontuar que mesmo com essa inscrição e capilarização do "mundo do

³⁹ Feltran (2010a) aponta como uma evidência disso a quadruplicação do encarceramento de jovens adultos das periferias de São Paulo desde meados dos anos 1990. Trassi e Malvasi (2010) se apoiam em Wacquant para falar sobre a criminalização da pobreza na era neoliberal: "[...] na era neoliberal, o Estado tornou-se responsável pela gestão policial e penal dos mais pobres, a fim de apoiar o novo regime de assalariamento precário e mal pago executado pelo mercado. Para uma pessoa ser suspeita basta não ter emprego e não ser consumidor" (p. 66).

⁴⁰ Principal facção criminoso de São Paulo.

⁴¹ Feltran (2010b), Telles e Hirata (2010) entendem que um dos modos da interferência do PCC no cotidiano dos territórios periféricos foi a regulação dos homicídios nesses locais. Os autores observam em suas pesquisas etnográficas, realizadas em territórios periféricos da cidade de São Paulo, que no início dos anos 2000, houve uma mudança no discurso dos moradores desses territórios. Se antes eles contabilizavam vizinhos, amigos e parentes que haviam sido mortos em disputas de gangues nos bairros, em desacertos em assuntos do crime, ou ainda executados pela polícia, nesse momento, eles diziam que as mortes pelos dois primeiros motivos não aconteciam mais, porque não se podia mais matar. Feltran (2010b) entende que essa regulação do homicídio é operada pelo PCC, que instituiu como princípio nos seus territórios que a morte de alguém só deve ser decidida em sentença coletiva, nos "debates" e "tribunais" compostos pelas pessoas envolvidas nos conflitos e por pessoas respeitadas do Comando. Existe uma complexidade nesses dispositivos de mediação e regulação que não será discutida aqui, mas essa análise é realizada nas publicações citadas.

crime" nos territórios periféricos, existe nos bairros uma divisão social e pública entre os moradores que demarca quem são os "trabalhadores" e quem são os "bandidos".

A violência incide nas populações periféricas para manter a demarcação das fronteiras, quando essas incomodam a força pública, especialmente quando os acordos entre essas forças e o crime local não são cumpridos, ou quando há denúncias contra a polícia, caso do Cedeca Sapopemba. O controle dos territórios pelo PCC com certeza tenciona as relações das populações desses locais com as polícias, as relações dos meninos com as polícias. E aí, para as polícias e para alguns setores da sociedade, não importa se eles são de fato envolvidos com o crime ou não, todos os corpos de jovens periféricos são considerados alvos preferenciais da violência policial, que é praticada e legitimada socialmente contra eles.

1.2 Os jovens negros e periféricos como alvo principal da violência policial

Os jovens são a maior parte das vítimas de violência letal no Brasil. Ano a ano, vem-se registrando o aumento do número de mortes violentas no país e os jovens sempre representam grande parte delas. Segundo dados do Atlas da Violência 2017⁴², em 2015, 59.080 pessoas foram vítimas de homicídio⁴³ no Brasil, das quais 31.264 eram jovens entre 15 e 29 anos (92% eram homens). Nesse ano, os homicídios representaram grande parte da causa de mortalidade da juventude masculina (47,8% do total de óbitos de jovens entre 15 e 29 anos, e 53,8% da causa dos óbitos se considerados os meninos entre 15 e 19 anos). No ano seguinte, o Atlas da Violência 2018 registrou 62.517 vítimas de homicídio no Brasil, dados relativos a 2016. Dessas vítimas, 33.590 eram jovens entre 15 e 29 anos (53% do total), 94,6% do sexo masculino⁴⁴.

Não se trata de uma situação nova. O Mapa da Violência 2016 (WAISELFISZ, 2016)⁴⁵ apresenta dados de 1980 até 2014 e, em todos os anos desse período, a porcentagem de jovens entre 15 e 29 anos vítimas de homicídio por arma de fogo é bastante alta, oscilando entre 49,4% e 60,9% em relação ao total de vítimas do Brasil.

⁴² Os Atlas da Violência baseiam-se nos dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS).

⁴³ Segundo os Atlas da Violência de 2017 e 2018, este conceito agrupa as categorias Agressões (110) e Intervenções Legais (112) do CID-BR-10, segundo o SIM/SVS/MS.

⁴⁴ A taxa de mortalidade da população em geral atingiu a elevada marca de 30,3 mortes por 100 mil habitantes em 2016. No caso dos jovens entre 15 e 29 anos, essa taxa é de 142,7 por 100 mil habitantes, ou 280,6 por 100 mil, considerando apenas a subpopulação de homens jovens.

⁴⁵ Também se baseia nos dados do SIM/MS, por considerar que esse Sistema apresenta um aceitável grau de fidedignidade e elevado grau de sistematização e cobertura.

Enquanto o número total de vítimas de homicídio por arma de fogo no Brasil passou de 6.104 em 1980 para 42.291 em 2014, apresentando um alarmante crescimento de 592,8%, o número de vítimas entre 15 e 29 anos passou, nesse mesmo período, de 3.159 para 25.255⁴⁶, com crescimento de 699,5%. Para Waiselfisz (2016), um fator que torna esse dado mais preocupante é que, segundo estimativas do IBGE, os jovens entre 15 e 29 anos representavam nesse período 26% da população total do país, sendo que a participação média desses jovens no total de homicídios por arma de fogo era de 58%.

Além de atingir preferencialmente homens jovens, a violência letal tem maior incidência sobre os jovens negros. O Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ) 2017⁴⁷, com base dados de 2015, demonstra que o risco de um jovem negro (pretos e pardos) ser vítima de homicídio no Brasil é 2,7 vezes maior do que de um jovem branco. Segundo o documento, em 2015, a taxa de mortalidade de jovens brancos foi de 31,89 para cada 100 mil jovens brancos, enquanto a taxa dos jovens negros foi de 86,34 para cada 100 mil jovens negros da população. Considerando dados da população em geral, o Atlas da Violência 2018 indica que, entre os anos de 2006 e 2016, a taxa de homicídios de pessoas negras no Brasil aumentou 23,1%, enquanto, no mesmo período, a taxa de pessoas não negras (brancos, amarelos e indígenas) caiu 6,8%.

De forma geral, o perfil das vítimas da letalidade policial segue as mesmas tendências das vítimas de homicídios. Segundo dados do Anuário de Segurança Pública 2017, ano-base 2016, as pessoas mortas em decorrência de intervenção policial eram em sua grande maioria homens (99,3%), muito jovens (81,8% tinham entre 12 e 29 anos) e negros (76,2%)⁴⁸.

⁴⁶ Analisando os dados de 2014, Waiselfisz (2016) identifica que a escalada nas taxas de homicídio por arma de fogo começa na idade dos 13 anos e tem seu pico aos 20 anos, quando atinge a taxa de 67,4 mortes por 100 mil jovens.

⁴⁷ Indicador desenvolvido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em parceria com a Secretaria Nacional de Juventude, a pedido da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência, e a Cultura (UNESCO). O índice agrega dados relativos às dimensões consideradas chave na determinação da vulnerabilidade dos jovens à violência, que são: taxas de mortalidade por homicídio e acidentes de trânsito, frequência à escola e situação de emprego, pobreza no município e desigualdade. O IVJ 2017 foi construído com base nos dados do ano de 2015 e abrange a população brasileira entre 15 e 29 anos (idade estabelecida pelo Estatuto da Juventude – Lei n. 12.852/2013 como população jovem no Brasil).

⁴⁸ No mesmo ano, foram registradas 453 mortes de policiais civis e militares por homicídio, número que também apresentou crescimento em relação ao ano anterior de 23,1%. Entre os policiais mortos, a grande maioria também era homem (98,2%), não tão jovens, já adultos (32,7% tinham entre 40 e 49 anos, e 30,0% entre 30 e 39 anos) e negros (56%). Considerando que as pessoas mortas em decorrência de intervenção policial são não policiais e dividindo o número de mortos não policiais pelo de policiais, chegamos à proporção de 9,3 não policiais mortos para cada policial. Pode-se perceber um aumento semelhante de mortes de não policiais e de policiais, o que condiz com a tendência já observada por Pinheiro, Izumino e Fernandes (1991) de que os índices de mortes de não policiais e policiais são diretamente proporcionais. O que não se observa em 2017, quando, em relação ao ano anterior, o número de mortes de civis em decorrência de intervenções policiais aumentou 20%, enquanto o número de policiais mortos caiu 4,9%.

Focando no estado de São Paulo, a pesquisa desenvolvida pela Ouvidoria de Polícia indica que em 2017 as vítimas da letalidade policial foram 99% homens, 65% jovens (16% tinham até 17 anos e 49% tinham entre 18 e 25 anos) e 65% eram negros. Nas conclusões finais, a Ouvidoria acrescenta que a maioria desses jovens negros eram pobres⁴⁹ e residentes das periferias da cidade.

Nunes (2018), a partir dos dados sobre mortes em decorrência de intervenção policial entre 2013 e 2016, afirma que a maior parte das vítimas tinha entre 15 e 19 anos e que é possível afirmar que, nesse período, 16,4% das vítimas tinham no máximo 17 anos. Com relação à cor das vítimas, a autora verifica que, no estado de São Paulo, os brancos representam 63,1% da população e são 30% das vítimas, enquanto os negros representam 36,9% da população e são 66,5% das vítimas fatais em decorrência de intervenção policial. No estado de São Paulo, a taxa de mortalidade decorrente de ações da polícia é 3,5 vezes maior entre os negros que em relação aos não negros. Nunes (2018) faz ainda referência a um estudo que foi realizado por Reinach, Rondinone e Moya-Latorre (2017), no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), que associou dados de território e raça à distribuição das mortes pela polícia na cidade de São Paulo:

O estudo demonstra que os distritos do centro expandido da capital paulista – que apresentam menor quantidade de casos de MDIP – concentram também 80% da população branca. Já 60% da população negra reside nas periferias da cidade, em distritos mais distantes do centro, onde a polícia produz mais mortes. Outro elemento trazido pelos autores apresenta a concentração da população jovem por região, indicando que ela se concentra majoritariamente nas regiões periféricas da cidade, enquanto a maioria dos moradores do centro expandido tem mais de 25 anos. (BUENO, 2018, p. 78)

Uma pesquisa (SINHORETTO, SILVESTRE e SCHLITTLER, 2014) desenvolvida pelo Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos da Universidade Federal de São Carlos (GEVAC/UFSCar) confirmou a figura atual da ameaça, referida por Reishoffer e Bicalho (2009), como os alvos principais da violência policial. A pesquisa teve como objetivo investigar a existência de mecanismos de produção da desigualdade racial na atividade policial em São Paulo. Para alcançar esse objetivo, tal estudo coletou e analisou dados quantitativos sobre a letalidade policial e as prisões em flagrante realizadas pela polícia. O estudo tomou estes dois indicadores para análise, em razão da inexistência de dados disponíveis sobre a atividade de abordagem

⁴⁹ A partir dos dados de escolaridade das vítimas, a Ouvidoria (2018) infere que se tratava de pessoas pobres. Os dados mostram que 99% das vítimas foram classificadas como analfabetas ou que cursaram o Ensino Fundamental ou o Ensino Médio. A maior parte (75,72%) frequentou a escola apenas durante o ensino fundamental.

policial. A pesquisa demonstra que as vítimas da letalidade policial são "predominantemente negras (61%), homens (97%) e jovens, entre 15 e 29 anos de idade". No caso das prisões em flagrante, observa-se também maior incidência sobre a população negra. No ano de 2012, para cada 100 mil habitantes brancos residentes no estado de São Paulo com 18 anos ou mais, 14 estavam presos, enquanto para cada 100 mil habitantes negros nas mesmas condições, 35 estavam presos. A partir dos dados analisados, o estudo concluiu que: "Verifica-se racismo institucional⁵⁰ no modo como o sistema de segurança pública opera, identificando os jovens negros como perigosos e os colocando como alvos de uma política violenta, fatal" (p. 28). Além dos estudos que tratam desta questão, a violência policial tem sido tema frequente nas mídias alternativas⁵¹ e também nas grandes mídias⁵², o que mostra sua pregnância, ensejando estudos sobre seus efeitos na conformação do imaginário social sobre a violência.

Apesar de a violência policial apresentar altos índices de letalidade, é importante destacar que esta é a forma extrema dessa violência, seu modo-limite, o que chama muito a atenção pela brutalidade. No entanto, nesta pesquisa, vamos tratar das diversas formas de violência exercidas pela polícia contra a população, entendendo-as como todas as ideias e práticas que reduzem um sujeito à condição de coisa, que violem seu ser interior e exteriormente, como já dito por Chauí (2018), abarcando, além da dimensão física, as dimensões psíquica e simbólica que a violência envolve. Consideramos, então, como violência abordagens sistemáticas, xingamentos, estigmatizações, ameaças, ofensas, suborno, e, também, claro, as agressões físicas, que serão relatadas no próximo tópico, que tratará especificamente da violência policial contra os adolescentes e jovens inseridos no sistema socioeducativo.

⁵⁰ Pode-se definir racismo institucional como "o fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas devido a sua cor, cultura, origem racial ou étnica" (DFID e CRI, 2007, p. 2).

⁵¹ BARROS, Ciro; BARCELOS, Iuri; SILVA, José Cícero da. 396 mortes pela PM paulista: as histórias por trás dos BOs. **A Pública**. São Paulo, 10 de dezembro de 2015. Disponível em: <<http://apublica.org/2015/12/396-mortes-e-o-padrao-da-pm-paulista/>>. Acesso em: 23 out. 2016.
SANSÃO, Luiza. Polícia do Rio é a segunda que mais mata no país. **Ponte**. Rio de Janeiro, 29 de outubro de 2016. Disponível em: <<http://ponte.org/policia-do-rio-e-a-segunda-que-mais-mata-no-pais/>>. Acesso em: 2 nov. 2016.

⁵² Edição do dia 24/02/2015 do programa Profissão Repórter, exibido pela TV Globo, retratou que "mortes por policiais militares tiveram aumento de 80% em um ano em SP". Disponível em: <<http://g1.globo.com/profissao-reporter/noticia/2015/02/policia-mata-80-mais-em-2014-do-que-no-ano-anterior-em-sao-paulo.html>>. Acesso em: 26 set. 2016.

ROSSI, Amanda; BRITO, Luísa. Uma em cada 4 pessoas assassinadas em SP foi morta pela polícia. G1. São Paulo, 25 de abril de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/04/uma-em-cada-4-pessoas-assassinadas-em-sp-foi-morta-pela-policia.html>>. Acesso em: 26 set. 2016.

1.3 Os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas como alvos sistemáticos da abordagem e da violência policial

Neste item, vamos apresentar dados de quatro pesquisas específicas sobre a violência policial envolvendo adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Três delas foram realizadas na cidade de São Paulo e a outra no Distrito Federal, o que demonstra que, assim como o problema da violência e da letalidade policial é algo que atravessa todo o território brasileiro, a violência policial contra os adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas também não é restrita a um local, ou um fato isolado, apesar de incidir com mais intensidade em determinados contextos. Para compor a caracterização da questão, apresentaremos também uma sistematização das situações apresentadas no "Relatório sobre práticas de tortura cometidas por policiais na cidade de São Paulo", que foi produzido pela Articulação e entregue ao *Relator Especial da ONU sobre tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos e degradantes* em 2015. Articularemos nossa análise com as informações discutidas nessas produções, abrangendo situações que foram relatadas nas reuniões do GT Violência e da Articulação, nas visitas aos Serviços de MSE-MA de que participamos e em relatos feitos por adolescentes e seus familiares no período em que atuei no Serviço de MSE-MA.

Entre dezembro de 2005 e fevereiro de 2006, o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDECA) de Interlagos promoveu uma pesquisa com os adolescentes que acompanhava em cumprimento de MSE-MA. O Cedeca Interlagos decidiu fazer essa pesquisa para sistematizar os diversos relatos de violência policial que recebia cotidianamente dos adolescentes e jovens atendidos na região sul da cidade de São Paulo (distritos de Socorro, Cidade Dutra, Grajaú, Parelheiros e Marsilac). A pesquisa foi realizada com 116 adolescentes. Os adolescentes eram de ambos os sexos, com idades entre 12 e 20 anos. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas semiabertas. A pesquisa descreve diversos aspectos do processo de abordagem policial dos adolescentes e do tratamento que recebem quando são apreendidos e permanecem na delegacia. Esse estudo é importante, porque demonstra com dados quantitativos e qualitativos que a violência policial é um problema constante na vida dos adolescentes e jovens moradores das periferias de São Paulo que cumprem medidas socioeducativas. Concluiu-se que todos os adolescentes e jovens sofreram violência policial tanto na abordagem como na delegacia. Vamos destacar alguns dados que consideramos

relevantes. Quando perguntados sobre quantas vezes já haviam sido abordados pela polícia, 78% dos entrevistados responderam que haviam sido abordados quatro vezes ou mais. Os autores supõem que, entendendo que a primeira ou a segunda abordagem pode ter sido decorrente do ato infracional que levou o adolescente ao cumprimento da medida socioeducativa, grande número de adolescentes é abordado sem a decorrência da prática de ato infracional. Assim, entendem que essa prática da polícia reforça a compreensão de que os adolescentes que vivem nas periferias da cidade são considerados "um grupo 'naturalmente' suspeito" (p. 27), cristalizando uma estigmatização desses adolescentes e jovens.

Buscando caracterizar como são as abordagens policiais sofridas por esses adolescentes, foi perguntado se eles sofreram algum tipo de agressão durante a abordagem. Apenas 5% dos adolescentes responderam que não. Os outros 95% responderam que sofreram agressões físicas (51%), psicológicas (43%) e sexuais (1%). Entre os que foram agredidos, metade disse que a agressão aconteceu por causa do ato infracional e a outra metade que não foi decorrente de tal ato. Os autores apontam que esse dado demarca as agressões que aconteceram no momento da apreensão do adolescente e as que aconteceram em abordagens rotineiras, mas ressaltam que, em nenhuma das duas situações, a agressão é justificável, constituindo violação de direitos previstos pelo ECA. Sobre o local em que as agressões aconteceram, 71% dos entrevistados declararam que foi na rua, 9% em suas casas e 5% no carro, enquanto eram transportados pela polícia. Esses dados nos remetem a Evandro, que era atendido no Serviço de MSE-MA, em que eu atuava. Evandro morava em uma viela que terminava em uma casa, que era um ponto de venda de drogas. A casa de sua família era ao lado desse ponto. Ele e a mãe contaram em um atendimento que um dia em que a polícia entrou na viela em busca do ponto de venda de drogas, invadiu a casa da família de Evandro, que estava com a porta aberta e começou a agredir o adolescente com socos e chutes, na frente de todos da família. Os policiais diziam que aquilo era para servir de exemplo para os outros irmãos mais novos de Evandro. Em seguida, foram embora. Voltando para os dados da pesquisa, ainda sobre o local onde foram agredidos, 15% dos adolescentes responderam que aconteceu em outros locais não identificados no questionário. Os autores entenderam que este último dado dá margem à interpretação de que em alguns casos os adolescentes e jovens são levados a lugares ermos e isolados, em que a prática violenta não será testemunhada.

Sobre o tipo de polícia que os agrediu, 70% dos adolescentes declararam que foi a Polícia Militar, 27% a Guarda Civil Metropolitana e 3% a Polícia Civil. Os autores ressaltam a ação violenta da Polícia Militar e observam que dados produzidos por outras pesquisas, realizadas por agências internacionais, apontam-na como a mais violenta.

Além das agressões sofridas, 29% dos adolescentes declararam que na abordagem tiveram materiais ou documentos pessoais danificados pelos policiais. Esse dado faz lembrar uma situação que aconteceu com Vitor. Em um atendimento, ele e sua mãe, dona Ivone, contaram que, durante um final de semana, o adolescente estava na porta de sua casa, como costumava ficar com os amigos aos sábados e domingos, quando uma viatura policial chegou. Vitor disse que os policiais foram chamados pela vizinhança por causa do bar que havia em frente à sua casa e que estava tocando música em alto volume. No entanto, quando a viatura chegou, os policiais logo abordaram Vitor e seus dois amigos e perguntaram quem tinha passagem. Vitor respondeu que tinha e, então, um policial ficou conversando com seus dois amigos e o outro afastou-o dos outros dois e ficou conversando com ele. O policial perguntou o que ele havia feito, se continuava cometendo atos infracionais, se estava cumprindo medida socioeducativa e se estava frequentando a escola. O adolescente respondeu que não cometia mais atos infracionais e que estava frequentando o Serviço de MSE-MA e a escola. O policial pegou seu documento, levou para a viatura e verificou que não havia nenhuma irregularidade em seu nome. Quando retornou para lhe devolver o documento, pegou o boné que Vitor estava usando, cortou com um canivete e jogou no chão. Depois, os policiais foram embora. A mãe de Vitor contava essa situação com revolta, dizendo que havia comprado aquele boné para o filho com seu salário e que ela e o filho ficaram no prejuízo. Dona Ivone era uma das mães que acompanhava o filho semanalmente ao Serviço de MSE-MA para evitar abordagens. Ainda sobre a danificação de objetos pessoais pelos policiais, mais recentemente, participando da reunião de famílias de um SMSE-MA, localizado na periferia sul da cidade de São Paulo, as mães elencaram como uma das ilegalidades cometidas pelos policiais contra seus filhos, e contra outros adolescentes e jovens da região onde vivem, a subtração de documentos de identificação, o que as preocupava, pois temiam que os policiais usassem os documentos para prejudicar seus filhos, além de se revoltarem por terem de acompanhar os filhos para retirar novo documento.

Voltando aos dados da pesquisa realizada pelo Cedeca Interlagos, sobre a permanência na delegacia, 21% dos adolescentes entrevistados afirmaram que permaneceram por mais de 24 horas e 44% não ficou em local separado de adultos,

demonstrando novamente a violação ao estabelecido pelo ECA⁵³. Os adolescentes relataram ainda que sofreram violência no período em que permaneceram na delegacia, 51% sofreu violência psicológica, 48% violência física e 1% violência sexual. Os autores do estudo entendem que existe um entrelaçamento entre os diversos tipos de violência, sendo difícil apresentar as definições de cada tipo de forma isolada, mas explicaram que, ao falar de violência sexual, se referem a qualquer ação que passe pela questão da sexualidade, como piadas, questionamentos sobre o tipo de roupa, olhares estranhos etc., não se limitando a ações como atentado violento ao pudor, estupro, entre outras. Sobre a violência psicológica, foram consideradas dessa forma situações de humilhação, ameaça aos adolescentes e a seus familiares, diminuição da competência social do adolescente, entre outras. A violência física se apresenta de forma objetiva e, segundo os adolescentes, era habitual no cotidiano de diversas comunidades.

O segundo estudo que vamos discutir foi realizado mais recentemente, entre agosto e setembro de 2014, pela Articulação. O grupo realizou um levantamento de informações (ALBUQUERQUE et al., 2014) sobre as medidas socioeducativas em meio aberto da cidade para embasar o marco situacional do Plano Decenal Municipal de Atendimento Socioeducativo de São Paulo, que estava sendo elaborado à época. O estudo buscou identificar aspectos problemáticos da política socioeducativa e reunir propostas para solucioná-los por meio de questionários a serem respondidos pelos adolescentes atendidos pelos SMSE-MA e pelos técnicos sociais que atuavam nos serviços. Um dos eixos abordados pelos questionários foi o da Segurança Pública, pelo fato de essa política ser reconhecida pelo grupo da Articulação como um nó problemático no atendimento aos adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa e por ser uma das políticas que compõem o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. Responderam aos questionários 79 adolescentes e 125 técnicos de 30 SMSE-MA da cidade⁵⁴. Focando no eixo da Segurança Pública, foi apontado pelos técnicos dos SMSE-

⁵³ Art. 175. Em caso de não liberação, a autoridade policial encaminhará, desde logo, o adolescente ao representante do Ministério Público, juntamente com cópia do auto de apreensão ou boletim de ocorrência. §1º Sendo impossível a apresentação imediata, a autoridade policial encaminhará o adolescente à entidade de atendimento, que fará a apresentação ao representante do Ministério Público no prazo de vinte e quatro horas.

§2º Nas localidades onde não houver entidade de atendimento, a apresentação far-se-á pela autoridade policial. À falta de repartição policial especializada, o adolescente aguardará a apresentação em dependência separada da destinada a maiores, não podendo, em qualquer hipótese, exceder o prazo referido no parágrafo anterior.

⁵⁴ Havia, à época, 57 SMSE-MA na cidade de São Paulo. Todos foram convidados a participar da pesquisa, não sendo compulsória a participação.

MA que as práticas policiais são marcadas por abordagens violentas, que se operam com ataques verbais, intimidação psicológica, ameaças e agressões aos adolescentes e jovens:

Exemplificando, podemos apontar casos como adolescentes que chegam aos serviços com suas roupas e documentos rasgados, ou por vezes subtraídos; relatos de espancamento, de crimes forjados e de ameaças de morte; eventos de corrupção; entre outros episódios graves no sentido da legalidade. (ALBUQUERQUE et al., 2014, p. 49)

Entre os adolescentes que responderam ao questionário, 74% declararam que a abordagem policial no momento da apreensão que os levou ao cumprimento da medida socioeducativa foi violenta, tendo 67% sofrido agressão física. Também foram relatados outros tipos de violência durante a abordagem, como xingamentos (75%), ameaças (53%) e desrespeito em função da cor e/ou da orientação sexual do adolescente (aproximadamente, 10%). Quando apreendidos, 18% dos adolescentes entrevistados relataram que permaneceram na delegacia por mais de 24 horas e 30% declararam que ficaram nas mesmas dependências de adultos presos, encontrando-se aqui as mesmas violações ao ECA encontradas pela pesquisa do Cedeca Interlagos oito anos antes. Além da situação da abordagem policial em que eles foram apreendidos, foi perguntado aos adolescentes se eles são abordados pela polícia com frequência em seu cotidiano, ao que 47% responderam que sim e, entre esses, 39% declararam que são abordados pela polícia entre uma e três vezes por mês. Nessas abordagens, 22% dos adolescentes disseram que já foram conduzidos à delegacia fora de situações de flagrante ou busca e apreensão e 24% já foram levados por policiais a locais diferentes da delegacia. Essa última alternativa refere-se à mesma situação descrita pelo estudo do Cedeca Interlagos, em que os adolescentes relatavam que eram levados por policiais para locais isolados para serem agredidos e torturados.

Os dados produzidos pelo estudo da Articulação conversam e reforçam o que foi apresentado pela pesquisa promovida pelo Cedeca Interlagos, demonstrando que, com o passar do tempo, as mesmas violências e violações continuaram a acontecer.

O terceiro estudo realizado na capital de São Paulo foi desenvolvido entre 2016 e 2017 pelo Núcleo de Assessoria Técnica Psicossocial do Ministério Público do Estado de São Paulo (NAT-MP/SP). Neste estudo, todos os Serviços de MSE-MA da cidade de São Paulo (61 à época) foram visitados e, nessas visitas, adolescentes, técnicos e gerentes foram entrevistados sobre diversas questões que dizem respeito direta ou indiretamente ao atendimento no sistema socioeducativo. A questão da violência policial apareceu nas

respostas dos adolescentes e dos profissionais dos Serviços de MSE-MA do município. Dos 161 adolescentes entrevistados, pouco mais de 65% afirmou ter sofrido violência verbal e/ou física de policiais, com predominância da última. A maioria dos adolescentes se referiu à Polícia Militar como autora das violências, o que os autores do estudo entendem como decorrência da função ostensiva que cabe à PM, que é quem faz as abordagens nas ruas. As práticas relatadas pelos adolescentes, técnicos e gerentes entrevistados, classificadas pelos autores do estudo como irregulares, ilegais e que revelam o despreparo dos policiais em lidar com o público adolescente, foram:

[...] abordagens frequentes realizadas com desrespeito e violência, inclusive nas imediações dos SMSE-MAs; agressões físicas e psicológicas; apreensão indevida; assassinato; danificação de pertences e documentos pessoais; extorsão; forjamento de atos infracionais ou ameaça de fazê-lo; invasão de domicílio; intimidação e disparos com armas de fogo durante as abordagens; invasão de SMSE-MAs; ocorrência de ameaças, inclusive de morte; perseguição policial relacionada a preconceitos; promoção de conflitos nas comunidades onde os adolescentes residem; torturas psicológicas e físicas. (NAT, 2018)

Além dessas, consta no relatório do NAT-MP/SP que técnicos de Serviços de MSE-MA das zonas sul e leste da cidade relataram que houve situações em que os policiais tiraram fotos de adolescentes e as apresentaram a vítimas de atos infracionais.

A partir das falas dos entrevistados, o estudo identificou ainda que

Além da raça/cor, região de moradia e situação socioeconômica, aspectos como formas de se vestir, falar e se comportar; uso de tatuagens; uso de substâncias ilícitas; histórico de cometimento de ato infracional; e cumprimento de medida socioeducativa são determinantes para a frequência das abordagens policiais, bem como do nível de violência utilizada. (NAT, 2018)

No dossiê produzido pela Articulação, intitulado *Relatório sobre práticas de tortura cometidas por policiais na cidade de São Paulo*, entregue ao Relator Especial da ONU em 2015, são apresentados 54 relatos, organizados pelas quatro zonas da cidade: sul, norte, leste e oeste⁵⁵. O documento é apresentado como uma "*amostra da prática policial para com os adolescentes e jovens dos bolsões de pobreza da cidade*" (p. 1-2). Os relatos que constam no documento foram feitos pelos adolescentes e jovens aos profissionais que os acompanhavam no Serviço de MSE-MA em que eram atendidos, foram escritos pelos próprios adolescentes, ou ainda registrados por filmagem, gravada em um CD-ROM, e entregue ao Relator junto com o relatório impresso. Os nomes

⁵⁵ Há ainda um relato sobre uma situação que aconteceu em Santo André, região metropolitana de São Paulo. Há ainda três relatos que apontam situações de violência vividas pelos adolescentes em unidades de internação da Fundação Casa.

verdadeiros dos adolescentes e jovens foram preservados, sendo usadas as letras iniciais de seu nome ou pseudônimos. As situações registradas dizem respeito ao período entre janeiro de 2013 e julho de 2015.

As situações de violência promovidas por agentes policiais registradas no relatório produzido pela Articulação aconteceram em sua grande maioria na rua, em ocasiões em que os adolescentes estavam transitando, indo ou voltando do Serviço de MSE-MA, da escola, ou de festas. Há também situações em que os policiais interromperam festas e levaram as pessoas para a rua, outras em que os policiais invadiram a residência dos adolescentes ou de seus familiares e ainda outras que aconteceram nas dependências de delegacias. Os horários eram variados, ocorrendo durante a manhã, a tarde, a noite e a madrugada, mas em um dos relatos, o adolescente diz que percebe que durante a madrugada a incidência é maior, em razão de haver poucas pessoas na rua para testemunhar os acontecimentos.

A Polícia Militar é a mais citada como autora das torturas. Em diversos relatos, são citadas a Força Tática, a Ronda Ostensiva com Apoio de Motocicletas (ROCAM) e a Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA)⁵⁶. A Polícia Civil foi citada em raras situações ocorridas na rua e inferimos que é a autora de violências dentro das delegacias. Em diversos casos, é relatado que frequentemente os adolescentes sofrem abordagens policiais – em um dos casos, todas as semanas no caminho para o Serviço de MSE-MA – sendo essas sempre marcadas pela violência. As ações praticadas são dos mais diversos tipos e incluem:

- Agressões físicas: socos na barriga, no rosto, na cabeça, na boca de adolescentes que usam aparelho dental; chutes no rosto, por todo o corpo; tapas no rosto; chave de braço; tiros de arma de fogo – fora de situação de troca de tiros.
- Condução dos adolescentes para terrenos afastados e abandonados para praticar agressões.

⁵⁶ Segundo o *site* da Polícia Militar do Estado de São Paulo, o policiamento é organizado por diferentes programas, que são subdivisões dos tipos de policiamento ostensivo, focados em determinados objetivos. A Força Tática é um desses programas "que recebe a fração de força de patrulha reforçada, treinada para ações táticas de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública [...]. Realiza o patrulhamento tático motorizado, executado com viatura de maior porte e com reforço de armamento e equipamento [...]". A ROCAM é outro desses programas, que é empregado "principalmente nos grandes corredores de trânsito dos municípios mais populosos, bem como nas áreas de interesse de segurança pública dos municípios do estado, segundo a análise e o estudo das variáveis indicadoras de criminalidade [...]". Disponível em: <<https://policiamilitar.sp.gov.br>>. Acesso em: 2 set. 2018.

- Agressões verbais: adolescentes chamados de "vagabundo", "ladrão", "macaco", no caso de adolescentes negros. Debocham de adolescentes agredidos e machucados.
- Ameaças: de matar o adolescente, caso o veja na rua novamente; de não chegar a tempo ao hospital para que ele obtenha socorro, nos casos em que ele é ferido; de forjar que o adolescente esteja cometendo algum ato infracional; de raspar as tatuagens do adolescente; aos familiares, para obter informações sobre o adolescente.
- Subtração de objetos dos adolescentes: dinheiro, peças de roupas, celular, justificado pelo fato de o adolescente não possuir a nota fiscal.
- Danificação de objetos dos adolescentes: roupas, bilhete único, carteirinha do Serviço de MSE-MA. Sobre este tópico, em conversa com adolescentes e familiares de um Serviço de MSE-MA da zona sul da cidade, eles relataram que em uma ocasião diversos jovens de uma mesma região estavam na fila de um supermercado para tentar uma vaga de emprego, quando policiais – já conhecidos por eles e que também já os conheciam – se aproximaram, os reconheceram, os retiraram da fila e rasgaram seus currículos.
- Tentativa de forjar que o adolescente está cometendo algum ato infracional. Nas reuniões da Articulação são frequentes os relatos de casos de adolescentes e familiares que chegam ao atendimento no Serviço de MSE-MA afirmando firmemente que o adolescente não cometeu o ato infracional pelo qual foi acusado e julgado e que o delito foi "forjado" pelos policiais. Técnicos também relataram ter presenciado policiais tentando colocar drogas ilícitas em posse dos adolescentes.
- Portar fotos dos adolescentes e perguntar sobre eles para pessoas na rua.
- Perseguição a familiares dos adolescentes em busca de informações sobre eles.

Foi relatado ainda um caso em que o adolescente foi baleado e os policiais ficaram filmando e debochando dele, enquanto o atendimento médico não chegava. Em alguns relatos, consta que os policiais já chegavam agredindo os adolescentes ou até atirando. Em diversas situações, os policiais ameaçavam os adolescentes, exigindo que eles entregassem a localização de pontos de vendas de drogas ilícitas na região onde moram, que lhes passassem informações de nomes e endereços de pessoas envolvidas com essas

vendas, ou que lhes falassem onde estava a droga, acusando o adolescente de estar envolvido com a venda.

Podemos perceber que os relatos convergem para os estudos citados, demonstrando uma repetição do padrão de atuação da polícia com esses adolescentes e jovens.

Como este relatório apresenta relatos, focando no aspecto qualitativo, em alguns casos, foram registrados sentimentos dos adolescentes e jovens que sofreram as violências e algumas sequelas decorrentes da situação vivida. Quando registrados, os sentimentos que mais apareceram foram o medo e a raiva. Constam casos em que os adolescentes deixaram de sair de casa por algum tempo, apresentaram perturbações durante o sono, febre e tremores, ou tiveram reações de caráter traumático ao verem a polícia⁵⁷.

Vamos agora analisar os dados produzidos pela pesquisa realizada no Distrito Federal. Essa pesquisa amplia nosso olhar ao envolver outra cidade, em outro estado, com o fim de estudar as situações de violência e violações, no entanto, verifica-se que são muito similares às de São Paulo. A pesquisa foi promovida pela Seção de Medidas Socioeducativas (SEMSE) da 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal com o objetivo de sistematizar os relatos que os profissionais dessa seção ouviam diariamente dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas sobre as agressões que sofriam de policiais civis e militares. A pesquisa foi realizada entre os anos de 2005 e 2008 e produziu dados quantitativos e qualitativos. Cento e vinte adolescentes e jovens entre 12 e 20 anos em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (23,4% do total), atendidos pelo SEMSE, que afirmaram ter sofrido violência policial em decorrência da prática de atos infracionais, responderam a um questionário focado na questão da violência policial. Posteriormente, foi realizado um grupo focal com alguns desses adolescentes com o objetivo de ouvir as opiniões, as vivências e as percepções deles sobre a questão estudada. Por fim, foram analisados dados do "Cadastro dos Adolescentes em Conflito com a Lei" (p. 36) de 73 adolescentes para a construção de perfil social dos adolescentes e jovens atendidos pelo SEMSE.

As respostas aos questionários revelaram que os atos violentos mais praticados pelos policiais eram tapas (17,9%) e socos (14,6%). Foram relatados diversos outros tipos de atos violentos, entre eles, enforcamento (3,84%), arrancamento da unha do adolescente

⁵⁷ Em uma das situações, ao ver a viatura da Rota – grupo que o violentou – na rua, o adolescente paralisou e urinou na roupa. Em outra situação, em que o adolescente foi agredido na cabeça, ele ficou sem falar por algum tempo, precisando de atendimento médico para retomar a fala.

(3,84%), abuso sexual (3,84%) e fratura (3,84%). Dos adolescentes que responderam ao questionário, 78,44% disseram ter sofrido de dois a doze atos violentos de policiais.

A região mais atingida pelas agressões físicas é a cabeça/rosto (38%). Como consequências dos atos dos policiais, foram relatados hematomas (31%), dores (26%) e inchaço (17%). Os pesquisadores relatam que foram pouco citadas consequências de caráter psicológico e destacaram que um jovem falou que entrou em depressão após ter sofrido a violência, deixando de conversar com familiares e de frequentar a escola.

Sobre a categoria de policiais autores da violência, assim como nos estudos do Cedeca Interlagos e do NAT-MP/SP, aparece a Polícia Militar na maior parte dos casos, 58%, seguida pela Polícia Civil, em 38% dos casos, e por ambas em 4% dos casos.

Um dado novo que aparece nessa pesquisa e não apareceu nas citadas anteriormente é sobre a denúncia. Questionados se denunciaram a violência que sofreram, 79,17% responderam que não, indicando como principais motivos para não denunciar a crença de que não adianta (36,6%), o medo de retaliação (36,6%) e a falta de conhecimento de que tinham direito de denunciar (20%). Os autores entendem que a crença de que a denúncia não adianta reflete a falta de credibilidade dos jovens nas instituições do Sistema de Garantia de Direitos. É citada a fala de uma adolescente que relata que o policial disse para ela que não adiantaria denunciar, porque teria que dar muitas provas. Essa é outra questão que vem sendo relatada pelos técnicos dos SMSE-MA da cidade de São Paulo em relação, especialmente, aos casos em que os adolescentes e jovens são mortos pela polícia. Algumas mães vão denunciar para a Corregedoria da Polícia Militar, que as informa que devem recolher as provas para levar para eles e aí sim eles cuidarão do caso. A questão da retaliação fez lembrar a mãe de um adolescente que, indignada com a truculência com que a polícia tratou seu filho, decidiu denunciar a ação à Corregedoria da Polícia. Essa mãe acabou retirando a denúncia, porque uma dupla de policiais ficava constantemente passando em sua rua e perguntando aos vizinhos por ela e seu filho. Quando informou a Corregedoria, por telefone, de que desejava retirar a denúncia, foi informada de que seriam levados documentos para ela assinar, confirmando a retirada da denúncia. Dias depois, a mesma dupla de policiais que passava frequentemente em sua rua levou os papéis para ela assinar.

Voltando à pesquisa realizada no Distrito Federal, os autores concluem que

A indignação dos jovens está relacionada à atuação de parte desses agentes públicos, que, ao realizar a justiça por seus próprios meios, desconsideram o trâmite legal, fazendo uso de abordagem ilegítima, ilegal, de exclusão e reprodutora da cultura de violência. (p. 79)

Propõem, ao final, como soluções para que não mais ocorra a violência policial contra os adolescentes e jovens, o aprimoramento dos trâmites de denúncia, a elaboração de normas, regulamentos e políticas claras de atuação para as instituições policiais, dentro de marcos de referências legais e institucionais, e a participação de diversos segmentos sociais na elaboração da política de segurança pública.

Se focalizamos acima a violência policial contra alguns segmentos da juventude, especialmente os negros, periféricos e em conflito com a lei, é importante lembrar, como sinalizam Trassi e Malvasi (2010), que a associação juventude-violência atinge mais amplamente os jovens e merece reflexão. Os autores discutem como, desde o século XIX (nos Estados Unidos e em países europeus, como França e Alemanha), a juventude⁵⁸ é vista como objeto de preocupação. Os autores pontuam que existe um paradoxo: ao mesmo tempo que a adolescência e a juventude são objetos de admiração e idealização, sendo referências de comportamento e consumo para as gerações mais velhas, são vistas como perigosas ou potencialmente perigosas. Essa associação juventude-violência se faz presente em sociedades ricas e pobres ao redor de todo o mundo, atravessando as classes sociais, sendo, no entanto, mais intensa quando se trata de adolescentes e jovens pobres. Ela é construída por estudos acadêmicos, políticas públicas e, com um importante papel, pela mídia, que sobrevaloriza e amplia as atividades de pequenos grupos de adolescentes e jovens, o que acaba criando um clima de medo em relação a eles. Os autores afirmam, então, que os jovens têm sido recorrentemente pensados como ameaçadores da ordem social, associados à violência e à criminalidade e que esse enfoque volta-se geralmente para jovens pobres e que vivem em contextos urbanos e em condições de vulnerabilidade. Essa abordagem dos jovens também é predominante no Brasil, onde é habitual vincular a vida dos jovens pobres à violência, à criminalidade e ao tráfico de drogas⁵⁹. Como consequência desse processo, o que acontece é a crescente criminalização da juventude pobre e a maior incidência de violência contra ela (o que pudemos observar nos dados aqui apresentados). "Os jovens das periferias brasileiras são os que mais sofrem com esse

⁵⁸ Importante pontuar que estamos nos referindo à juventude, mas acreditamos que não existe uma juventude universal. Isso pôde ser visto nos dados, inclusive. A violência letal e a violência policial incidem sobre determinada parcela da juventude, com determinada condição econômica, determinado endereço e determinada cor. Trassi e Malvasi (2010), ao tratarem da noção de juventude, pontuam que "a juventude, para além de suas peculiaridades nas diferentes sociedades e culturas, abrange uma multiplicidade de situações e sujeitos/grupos diferentes que precisa ser considerada e se tornar visível" (p. 30). Nesse sentido, consideram que há muitos modos de ser/estar adolescente e jovem no mundo. "Em outras palavras, as condições econômicas, sociais, culturais e jurídicas produzem adolescências e juventudes" (p. 30).

⁵⁹ Os autores apontam que comumente é utilizado o termo "menor" para se referir às crianças e adolescentes pobres, o que pode ser visto como derivação de uma representação social destes como despossuídos.

processo de estereotipação como criminosos por *sinais diacríticos* (cor de pele, estilo de roupa e acessórios, por exemplo), a negação de seus direitos e a naturalização da punição sobre seu corpo" (TRASSI e MALVASI, 2010, p. 51).

Assim como analisado anteriormente por Chauí (2018), Trassi e Malvasi (2010) afirmam que o problema real está na estrutura da sociedade. Os autores apontam que "a conduta dos mais jovens membros de nossa sociedade expressa ambiguidades, contradições e potenciais da ordem social vigente" (p. 61) e que ela é fruto do aprendizado que esses jovens recebem do "mundo adulto". Logo, se os jovens apresentam comportamentos de desrespeito à vida do semelhante, de violência contra o outro, de uso abusivo de drogas, por exemplo, isso deve ser compreendido como "um sintoma de algo grave que ocorre no tecido social e nos indivíduos" (p. 61). Portanto, para uma resolução efetiva, ao invés de personalizar os problemas e apontar os jovens como bodes expiatórios, dever-se-ia realizar uma "crítica social emancipatória que não visasse determinadas categorias de pessoas – os adolescentes, por exemplo – mas quisesse transformar as formas dominantes da reprodução e da relação social [...]" (TRASSI, 2006, apud, TRASSI e MALVASI, 2010). Os autores observam que, pelo menos desde a década de 1990, a responsabilidade pública vem se esmiuçando em um discurso que individualiza "problemas sociais". Essa também é uma característica do modelo de gestão da era neoliberal. Os autores pegam como exemplo o tratamento dado aos adolescentes em conflito com a lei, que nos interessa, pois é deles que falamos neste trabalho. Neste modo de gestão, o ato infracional é tomado "como um problema de polícia e/ou resultado de 'patologias'" (p. 67) e atribui-se ao "jovem autor de ato infracional" a identidade de "delinquente". Ao tomar a questão dessa forma, desconsideram-se as macrodeterminações sociais e políticas e responsabiliza-se única e exclusivamente o sujeito. Esse procedimento conta com argumentos "científicos" que caracterizam os jovens como perigosos, porque os consideram membros de comunidades com padrões de socialização diferentes, de famílias "desequilibradas" e com distúrbios no desenvolvimento psicossocial. "Como consequência, a resposta do Estado não são políticas públicas que garantam o exercício de direitos, mas que tratem os 'desviantes', porque neles reside a tendência à 'delinquência'" (p. 67). Os autores apontam que esses processos limitam a ideia de insegurança aos aspectos psicológico e criminal, desconsiderando ou até excluindo a insegurança social e econômica. Trassi e Malvasi (2010) alertam que se os programas e as políticas públicas voltadas para esses jovens não atentarem ao sofrimento e à rebeldia que são manifestadas por esses jovens em termos de

conflito social, continuarão a fazer uma leitura do ato infracional estritamente normativa e, assim, será difícil visualizar e capturar o que está para além do indivíduo que comete o ato infracional. Trassi e Malvasi (2010) pontuam: existem adolescentes e jovens que possuem graves prejuízos em seu desenvolvimento pessoal e social, em razão de uma história de privações, violências e negligências em sua vida; e existem adolescentes e jovens autores de atos infracionais – em decorrência ou não de uma história de privações e violências e/ou por causa da falta de experiências e modelos significativos para a construção de suas identidades pessoais e sociais – que devem ser responsabilizados por seus atos, porque possuem capacidade de discernimento em suas ações (e essa responsabilização já está prevista no ECA). No entanto, isso não isenta o Estado da responsabilidade pública junto aos adolescentes e jovens. Além disso, os autores observam que atos infracionais e crimes são cometidos por adolescentes e jovens de todas as classes sociais em todos os territórios da cidade, no entanto, só são "pegos" pela polícia aqueles que vivem em "territórios em que há maior controle do "Estado-Penal": a periferia e o gueto, áreas dominadas" (p. 68).

Vale lembrar, novamente, que o crime é um sintoma de conjunto de situações cotidianas que os jovens experimentam e que, se vamos além das aparências e das explicações *causa-efeito*, podem revelar precariedades institucionais (escola, família), fracasso de instituições reguladoras da convivência social (o sistema de justiça) e ambivalências da sociedade brasileira.

[...] o fenômeno da violência [...] é um fenômeno multideterminado. [...] se tomarmos os discursos difundidos pela mídia e presentes no dia a dia das pessoas, não podemos deixar de considerar que valores e práticas dominantes no mundo, que surgiram a partir da gestão neoliberal do Estado e do mercado, relacionam as expressões da violência atual exclusivamente a determinados segmentos da população. Os adolescentes e jovens associados à violência pela mídia, invariavelmente, são pobres e costumam viver em territórios estigmatizados, em que há ostensiva presença das forças de segurança policial. (TRASSI e MALVASI, 2010, p. 68-9)

CAPÍTULO 2 A violência policial na perspectiva dos jovens: entre incriminação e sujeição criminal

Neste capítulo, trabalharemos as análises das entrevistas sobre as experiências de violência policial vivenciadas pelos jovens destacando os eixos temáticos que pudemos apreender do trabalho de transcrição, leitura e releitura, fragmentação, rearticulação dos eixos, de acordo com a metodologia de análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

Inicialmente, faremos uma breve apresentação de cada jovem abordando como se inicia nossa relação, as vivências que tive com eles no período em que atuava no Serviço de MSE-MA e como aconteceram as entrevistas. Os nomes utilizados são fictícios e foram escolhidos pelos próprios jovens. Em seguida, apresentaremos nossas chaves analíticas, com destaque para a discussão proposta por Michel Misse quanto à diferença entre incriminação e sujeição criminal, que nos auxiliará na discussão das entrevistas, último item deste capítulo.

2.1 Dos adolescentes/jovens participantes

2.1.1 Robert Silva

Minha relação com Robert Silva começa já na minha primeira semana de trabalho no Serviço de MSE. Fui com uma colega visitá-lo em sua casa, pois ele não estava comparecendo aos atendimentos. Imediatamente, ele chamou minha atenção por seu visual estiloso: cabelos trançados, camiseta de jogador de basquete. Ele limpava a casa do pai e cuidava da irmã mais nova, enquanto o pai e a madrasta estavam trabalhando. Ele permitiu nossa entrada em sua casa e conversamos brevemente. Depois dessa visita, ele voltou a comparecer aos atendimentos, mas sua frequência era inconstante. Sua relação com o serviço mudou completamente quando passaram a ser oferecidas oficinas de graffiti, conduzidas por um grafiteiro e *b-boy* morador do território onde se localiza o Serviço. Desde o primeiro dia, lá estava Robert Silva pontualmente e súper participativo nas atividades. Foi aí que nos aproximamos, pois eu participava das oficinas como apoiadora. Robert Silva não faltava uma semana e muitas vezes ia mais de uma vez por semana ao serviço para as atividades que eram oferecidas. Desde o início, ele apresentava talento para desenhos e para o graffiti. Depois, contou que gostava de reproduzir desenhos

desde criança e que havia participado de oficinas de graffiti no período em que esteve internado na Fundação Casa. Ele prestava muita atenção nas técnicas que o oficinairo ensinava e nas histórias que contava sobre a cultura *hip hop*. Robert Silva reproduzia desenhos e era muito cuidadoso com os traços, buscando a perfeição.

As conversas com ele eram sempre muito interessantes. Ele tinha diversas reflexões críticas sobre a realidade em que vivia, sobre as situações que passou na vida e escrevia poesias e letras de RAP sobre isso. Além das letras, ele tinha muita musicalidade e empolgação pra cantar. Sempre que tinha oportunidade de apresentar suas músicas, fazia-o com desenvoltura. Quando escrevia novas letras, logo as apresentava para nós no serviço. Bem humorado, carismático, corintiano, adora jogar futebol e brincar com quem torce para times adversários, como é meu caso. Sempre brincamos um com o outro quando nossos times se enfrentam ou quando ganham ou perdem algum campeonato.

Robert Silva foi se entrosando cada vez mais com todos da equipe do Serviço de MSE-MA enquanto esteve lá. Por seu senso crítico aflorado e seu interesse, participou de diversos eventos sobre direitos da criança e do adolescente junto aos profissionais do Serviço de MSE-MA, tendo inclusive representado a cidade de São Paulo na Conferência Estadual da Criança e do Adolescente em um dos anos.

Mesmo depois do fim de sua medida e de minha saída do Serviço de MSE-MA, mantivemos contato. Fomos a manifestações contra a redução da maioria penal juntos, a eventos sobre medidas socioeducativas, entre outros. Conheci sua companheira, Thallya, com quem ele teve um filho, Zac. Quando iniciei a presente pesquisa, logo pensei em entrevistá-lo. Já no começo do processo, mandei-lhe uma mensagem contando sobre o que estava propondo pesquisar e dizendo que gostaria de entrevistá-lo novamente. Ele prontamente aceitou e, no mesmo momento, me enviou uma poesia que tinha escrito naquela semana, pois que ela tinha relação com o que eu estava falando.

Apesar da disponibilidade demonstrada quando fiz o convite, conseguir encontrá-lo para realizar a entrevista não foi tão fácil. Chegamos a marcar algumas vezes, mas ele teve que desmarcar os encontros, em razão dos trabalhos para os quais era chamado e não podia recusar, pois estava sem emprego e precisando da remuneração para o sustento de sua família. Em um dia, agendamos e confirmamos, porém pela falta de uma informação, acabamos nos desencontrando. Algum tempo depois, o celular de Robert Silva parou de funcionar e o único contato que eu tinha com ele era por meio do celular de Thallya. Mas, em seguida, ela foi passar alguns dias com o filho deles, Zac, na casa dos pais, em outro estado. Um dia, logo pela manhã recebi mensagens dela pelo celular, muito preocupada,

porque não tinha notícias de Robert Silva desde a noite anterior. Ela sabia que ele havia sido deixado por um tio em uma avenida perto da casa deles e essa foi a última notícia que teve. A principal preocupação de Thallya era que Robert Silva tivesse sido pego pela polícia, pois ele costumava andar com *sprays* de tinta na mochila. Em outros momentos de conversa, Thallya já mencionara que tinha medo de a polícia pegar Robert Silva, porque ele era sempre abordado. Para ajudá-la, fui procurá-lo. Liguei para delegacias, falei com meus colegas do Serviço de MSE-MA e com amigos dele pelas redes sociais. Nenhuma notícia. Thallya estava muito aflita e eu fiquei também. No fim da tarde, Robert Silva deu notícias. Tinha passado a noite na casa de um amigo e estava com ele até aquele momento. Alívio.

Durante o período em que Thallya esteve fora, eu não consegui fazer contato com Robert Silva, só quando ela voltou para São Paulo, pude falar com ele novamente. Combinamos um dia de nos encontrar em seu bairro, perto de sua casa para seguirmos juntos para a casa da minha amiga (que ofereceu sua sala), pois entendemos que o ambiente seria mais tranquilo para que pudéssemos conversar:

Marquei com ele e tirei o dia para isso. Fui ao encontro dele pensando que dessa vez eu o encontraria de qualquer jeito e a entrevista iria acontecer. 13h30: cheguei ao local em que combinamos de nos encontrar, ele não estava lá. Não consegui contatá-lo pelo telefone, mas consegui falar com Thallya. Ela me disse que ele teve que levar Zac à UBS (Unidade Básica de Saúde), pois o bebê estava doente e precisava fazer inalação três vezes por dia. Ela me explicou onde era a loja em que ela estava trabalhando, para eu ir lá caso não os encontrasse. Fui à UBS que ela me indicou e não os encontrei. Segui para a loja dela. Fiquei algum tempo conversando com ela, até que Robert Silva apareceu, acompanhado de seu filho e de um amigo. Ele estava um pouco aflito, dizendo que estava lavando as roupas deles na casa desse amigo que estava junto com ele, mas que tinha que terminar isso antes da mãe de seu amigo chegar em casa, porque ela não podia saber. Eu disse para ele ir com calma e que, na volta, faríamos a entrevista. Fiquei lá na loja com a Thallya e o Zac. Depois de algum tempo, Robert Silva voltou com o amigo e contaram que a mãe dele viu as roupas da família de Robert Silva na máquina de lavar e ficou brava, dizendo que se a máquina quebrasse, eles teriam que pagar. Como ele precisava terminar de lavar as roupas, já tinha conseguido outro amigo que lhe ofereceu a máquina de lavar, mas lá também Robert Silva tinha que terminar antes da namorada desse amigo chegar. Nesse momento, ele apresentou-se mais aflito, dizendo que precisava também fazer a entrevista, perguntando onde eu queria fazer e quanto tempo demoraria. Eu disse que provavelmente demoraria cerca de uma hora ou uma hora e meia, e que, por conta de toda essa situação, poderíamos fazer na casa dele mesmo, se ele se sentisse à vontade, e ele concordou. Eu disse novamente para ele terminar de fazer o que precisava fazer com as roupas tranquilamente, que, ao final, faríamos a entrevista. Avisei minha amiga que não iria mais à casa dela e continuei lá na loja com Thallya e Zac. Por volta das 18h30 ele conseguiu terminar o que estava fazendo e chegou à loja. Seguimos eu, ele e Zac para a casa dele e (finalmente!) fizemos a entrevista. (Diário de campo)

Apesar do cansaço acumulado, tivemos uma boa conversa em sua casa. Robert Silva contou diversas histórias e fez suas análises sobre as situações questionadas, até cantou algumas músicas dele durante a entrevista, pois achava que tinham conexão com o que conversávamos.

A dificuldade para o encontro acontecer representa a dinâmica de vida de Robert Silva e de outros jovens moradores das periferias da cidade. Sem emprego formal para manter o próprio sustento e, muitas vezes, como é o caso dele, da família, lançam mão de trabalhos informais para os quais são chamados, em qualquer dia e horário, sem estabilidade, o que dificulta a execução de outras atividades, como estudar, por exemplo. No caso de Robert Silva, ele ainda não terminou o Ensino Médio e não consegue retornar à escola em razão dos trabalhos que faz, que acontecem nos mais diversos horários.

Depois deste dia, mantivemos nossos contatos e, para a segunda entrevista, o encontro se deu de forma mais fácil. Alguns compromissos da parte dele e da minha adiaram um pouco o agendamento, mas quando combinamos, nos encontramos novamente em sua casa. Da segunda vez, o foco foram suas produções artísticas e algumas dúvidas que ficaram da primeira entrevista.

Atualmente, a namorada de Robert Silva não trabalha mais na loja, porque foi demitida, e eles acabaram de ter outra filha. A única fonte de renda da família provinha de trabalhos informais que Robert fazia como pedreiro ou vendendo balas e picolés na rua. Recentemente, ele conseguiu um trabalho formal em uma padaria. Ele demora duas horas para ir ao trabalho e duas horas para voltar para casa. Thallya fica em casa cuidando dos filhos. Há cerca de um ano vem tentando uma vaga na creche para Zac, mas ainda não conseguiu. Robert Silva continua escrevendo letras e compondo músicas, parte sozinho, parte com amigos que cantam com ele. Há um ano ele e esses amigos organizam mensalmente uma batalha de MC's no bairro em que vivem:

Nessa ideia, tipo, de buscar um espaço na quebrada pra montar nossa arte. A gente procurou espaço pra andar de skate, aí de repente a gente falou: "Ah mano, tem uns mano que canta RAP na quebrada, mas não tem bar, lugar nenhum que toca um RAP. Vamo fazer uma batalha". Aí a gente começou. Caixinha... peguei uma caixa emprestada aí nesse movimento. Aí virou essa batalha.[...] Toda batalha tem 18, 21 inscritos. [...] Tem a batalha de sangue e a de tema. A de tema a gente dá um tema, né? Cidadania, política... e aí as pessoas rimam sobre isso. E a de sangue é um atacando o outro, tipo zoando mesmo, tá ligado? Tipo brincando assim, uma zoeira assim. Sem falar de pai, mãe, preconceito, homofobia, essas parada. O público escolhe. [...] Bagulho é da hora. (Robert Silva)

2.1.2 Fernando

Minha relação com Fernando começou no projeto de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) Coletiva, em que os adolescentes realizavam trabalhos de revitalização de espaços por meio do graffiti. O oficinairo conduzia e eu participava como apoiadora. Fernando era o mais novo do grupo. Era interessado em realizar as atividades, não faltava (acho que contribuía para isso o fato de sua mãe acompanhar de perto o cumprimento de sua medida), mas algumas vezes não tinha paciência para aprender e desenvolver as técnicas ensinadas pelo oficinairo. Queria logo pegar o *spray* e desenhar nos muros. Fernando sempre foi brincalhão, gentil e carinhoso. Gostava de abraçar e beijar as técnicas do Serviço de MSE, dava e demandava carinho. No início, eu só o acompanhava na PSC Coletiva. Depois, com a saída da técnica de referência de Fernando do serviço, eu acabei assumindo esse papel.

Durante o tempo que cumpriu medida socioeducativa, Fernando fez alguns relatos de abordagens policiais violentas que sofreu. Ele era frequentemente abordado pelos policiais que o apreenderam. Os policiais chegaram a ameaçá-lo de morte em uma das abordagens e, por isso, a mãe de Fernando chegou a dar entrada com pedido de proteção no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM)⁶⁰ para ele. O PPCAAM avaliou à época que não havia risco de morte iminente e ele não foi incluído no Programa. Mas enquanto a situação dele era avaliada, ele passou um tempo em um Serviço de Acolhimento Institucional a Crianças e Adolescentes (SAICA) em outra região da cidade. Posteriormente, passou um período na casa de parentes em outro estado. Fernando e sua família foram acompanhados pelo Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM) da Defensoria Pública. Essas medidas foram lembradas por ele na entrevista, quando perguntamos que tratamento ele achava necessário para pessoas que sofreram violência policial, se ele fosse um especialista em segurança pública:

Fornecer tratamento psicológico. Foi assim que eu consegui me erguer, né? E, pelo menos afastar essa pessoa que sofreu. Afastar ela um pouco da região, que isso também adiantou muito pra mim, que eu acabei indo parar num abrigo lá na Zona X.

⁶⁰ O PPCAAM foi criado em 2003 pelo Governo Federal para responder aos altos índices de letalidade de crianças e adolescentes detectados no Brasil. O Programa referencia-se nos princípios estabelecidos pelo ECA, pela Constituição Federal de 1988 e por convenções internacionais que tratam do tema (BRASIL, 2010). Apesar de ter sido criado pelo Governo Federal e estar referenciado a ele, trata-se de um Programa estadual, que não existe em todos os estados do país. Atualmente, em São Paulo, é executado por uma ONG.

Por causa dessa situação, quis entrevistar Fernando. Consegui contatá-lo por um número de celular que eu ainda havia guardado. Como faltavam alguns meses para ele completar 18 anos, pedi para encontrar ele e a mãe para explicar a proposta da pesquisa. Combinamos de nos encontrar no local de trabalho da mãe, que ficava perto da casa da família. Cheguei no horário combinado e encontrei a mãe de Fernando, que estava atendendo uma cliente. Ela disse que Fernando estava vindo junto com o pai. Dali a alguns minutos os dois chegaram, a cliente logo foi embora e, então, eu expliquei a proposta da pesquisa e a minha intenção em entrevistar Fernando. Ele aceitou e seus pais concordaram. Pensando juntos sobre o lugar em que a pesquisa aconteceria, Fernando achou que se sentiria mais à vontade na casa de minha amiga (a mesma onde eu iria entrevistar Robert Silva).

No dia da entrevista, fui encontrar Fernando novamente no local de trabalho da mãe dele para seguirmos juntos para a casa da minha amiga. Desde que aconteceram as situações de ameaças, Fernando não anda sozinho na rua, costuma estar acompanhado de seu pai, sua mãe, ou de algum amigo. Por isso, combinei de ir buscá-lo e depois levá-lo de volta. A entrevista aconteceu, então, na sala da casa da minha amiga. Antes de começar, li com Fernando o TCLE e enfatizei a questão do sigilo quanto à sua identidade. Fernando concordou e assinou o termo.

Na entrevista, Fernando fez análises sobre como vê os diferentes tipos de polícia e suas atuações e como ele entende que a polícia o vê, vê os adolescentes e as pessoas que moram em favelas.

Fernando está cursando o Ensino Médio e conta que atualmente trabalha com a mãe como cabeleireiro e tenta se formar em várias coisas diferentes, aprender várias profissões.

2.1.3 Otávio

Minha relação com Otávio começou, porque fui sua técnica de referência enquanto ele cumpriu medida socioeducativa em meio aberto. Otávio comparecia ao Serviço apenas para os atendimentos individuais e não costumava participar de outras atividades, como oficinas, atendimentos em grupo, festas. Demoramos um pouco para construir um vínculo. Penso que ele foi se aproximando de mim e de outros técnicos do Serviço quando percebeu que nos importávamos com ele, por exemplo, ao irmos visitá-lo quando ficou doente e não compareceu aos atendimentos, ou quando designaram para

foi ele uma vaga em uma escola de que não gostava e eu busquei uma vaga na escola em que ele queria estudar. Nas conversas com Otávio, fui percebendo como ele era esperto, atento ao que acontecia ao seu redor, analítico. Aos poucos, conforme o vínculo foi se construindo entre nós e outros técnicos da equipe, Otávio foi se mostrando um menino atencioso e divertido, que gostava de fazer brincadeiras.

Otávio morava com a mãe e dois irmãos. Desde pequeno, frequentava uma ONG famosa em seu bairro, que oferecia diversas atividades, cursos, atendimentos psicossociais e médicos. Essa ONG era um apoio importante para ele e sua família, que também era atendida lá.

Em uma ocasião, Otávio não compareceu ao serviço para o atendimento. Quando consegui contatá-lo por telefone, ele contou que da última vez que comparecera ao atendimento, foi abordado por um policial, próximo ao Serviço, que lhe disse que se o visse novamente pela região daria um sumiço nele. Com medo de encontrar o policial novamente, ele não voltou ao Serviço. Isso aconteceu em uma época em que outros adolescentes também estavam trazendo relatos semelhantes, inclusive com nosso acompanhamento. Neste período, mantivemos contato por telefone e lhe fizemos uma visita em sua casa. Depois, para que ele voltasse a frequentar o Serviço, combinamos horários variados de atendimento, em que ele sabia que o policial não estaria trabalhando pela região e eu o acompanhava ao ponto de ônibus na hora de ir embora.

Inicialmente, Otávio não estava entre as possibilidades de jovens a serem entrevistados. Quando pensei nos meninos que eu gostaria de entrevistar, pensei em Robert Silva, Fernando e Vitor – o adolescente que teve o boné rasgado por policiais sobre o qual tratamos no capítulo anterior. Ocorre que não consegui contato com Vitor pelos números de telefone que eu tinha, nem localizar onde morava. Não havia considerado Otávio, porque eu não tinha mais o contato dele. Mas quando fui encontrar Fernando no local de trabalho da mãe dele, lembrei-me de que Otávio morava próximo dali e resolvi ir à casa dele para visitá-lo. Não sabia se conseguiria encontrar a casa, porque fazia tempo que eu não ia lá, mas minha memória fotográfica me guiou e eu consegui:

Lembrava-me de que a casa de Otávio era uma casa bem simples, feita de madeira, com o chão um pouco irregular, não tinha iluminação externa, e pouca ventilação. Ficava nas entranhas de uma viela, com diversas escadas e em alguns pontos, havia passagem de esgoto a céu aberto. Entrei na viela. Fui me lembrando. Em um momento, quase fui por um caminho errado, mas lembrei-me de que tinha que virar em uma escada que tinha o nome da viela escrito na parede, então segui por ela.

Chegando no local onde era a casa dele, encontrei casas bem diferentes. Onde ficava a casa de madeira da família de Otávio, havia três casas, com aparência de novas, de alvenaria. Lembrei-me de que meus colegas do Serviço de MSE-MA tinham me contado que Otávio estava trabalhando em uma escola e que o pessoal dessa escola havia reformado a casa da família dele, tendo construído dois andares e tudo. De fato, foi isso o que encontrei. Como havia três portas, eu não sabia qual seria a dele. Chamei pelo nome da mãe de Otávio, dona Lúcia, mas não obtive resposta. Uma vizinha que me viu chamando me indicou qual das três era a casa dela. Bati na porta e uma voz feminina perguntou quem era. Reconheci que era a voz da irmã de Otávio, Marina. Eu disse que era a Ana. Ela perguntou "quem?". E eu respondi novamente. Ela me disse para entrar. Entrei. Uau! Realmente, a casa mudou bastante. Agora, uma casa ampla, com pé direito alto, arejada e iluminada, dois andares. Entrei dizendo oi e se elas se lembravam de mim. Marina disse que não e dona Lúcia, vindo da cozinha com um grande sorriso e braços abertos, disse: "É a Ana Paula". Fiquei feliz em vê-las novamente. Dona Lúcia disse que achava que eu não trabalhava mais no Serviço de MSE-MA e eu respondi que não mesmo. Conteí que estou fazendo uma pesquisa e que gostaria de entrevistar Otávio para essa pesquisa. Foi aí que ela me contou a novidade: Otávio não mora mais lá, porque está morando com a namorada, trabalhando na escola e vai ser pai de uma menina. Marina falou que por volta das 16h, Otávio chegaria do trabalho e passaria lá na casa delas. Eram 15h20, resolvi esperar.

Fiquei conversando bastante com dona Lúcia e Marina. Marina contou que se formou na escola e que ia prestar o Enem. Mostraram-me o álbum de formatura dela. Dona Lúcia disse que quase chora vendo esse álbum, que o acha lindo. Dona Lúcia contou sobre um neto recém-descoberto, de 4 anos de idade, filho de seu filho mais velho que mora com ela; contou sobre o movimento de luta por moradia do qual ela participa, que fez uma ação de homenagem às vítimas do prédio incendiado no centro da cidade; contou sobre problemas de saúde que vem enfrentando e contou, com muita tristeza e pesar, sobre um filho que estava preso, foi solto, ficou cerca de 10 meses com ela em casa e recentemente foi preso novamente. Lembrei-me de que já nas primeiras conversas com Otávio, no período em que o atendia, ele contou que tinha um irmão que estava preso. E esse irmão ficou preso durante todo o tempo, cerca de 2 anos, que Otávio cumpriu MSE-MA. Dona Lúcia me dizia que ele estava tão bem lá na casa com ela, que poderia ficar lá tranquilo, mas foi preso novamente. Ela disse que no começo, logo que saiu da prisão, o filho estava bem, mas por conta do vício em drogas e em "jogos de maquininha", começou a ir para a rua roubar. Dona Lúcia disse que achava que o filho não estava bem da cabeça, porque alguns dias falava coisas muito ruins, xingava ela e os irmãos. Em uma dessas vezes, o outro filho que mora com ela chegou a levá-lo para a "laje", para se entender com "os irmãos". Logo começou a falar sobre os conflitos com a polícia. Dona Lúcia disse que o filho sempre contava para ela sobre as coisas que a polícia fazia com ele. Disse que teve um dia que a polícia o fez se ajoelhar, ameaçando de matá-lo e outro dia que quase lhe quebraram o pescoço. Falando sobre isso, ela disse: "A polícia não gosta da nossa raça... assim... negra". Contou que tem uma filha que mora em um povoado na Bahia e que disse que a polícia de lá ainda é pior que a daqui, porque mata, ao invés de levar preso. Ela me contou que foi a um encontro das mães em luto da zona leste e que lá viu cartazes com fotos dos filhos mortos daquelas mães: "O mais velho que eu vi no cartaz tinha 23 anos. Mas bonito o menino também, mó lindo ele. Mata todo mundo. Disse que é só eles invocar, não precisa nem tá fazendo nada. Uma mulher contando pra nós que o filho dela não estava fazendo nada, mataram. Um monte de menino tudo novinho que eles matam". Depois, falou que seu filho só ficou preso, porque ela não tinha dinheiro para pagar fiança, porque quem tem dinheiro, não fica preso.

O tempo passou, já eram 16h40 e Otávio ainda não tinha chegado. Precisei ir embora, por conta de outro compromisso. Marina me passou o telefone da namorada de Otávio e ligamos

para ela. Ele ainda não tinha chegado do trabalho, então eu disse que ligaria outra hora para ele. Despedi-me de dona Lúcia com um forte abraço e ela me disse para não sumir. Eu disse que voltaria. (Diário de campo)

Mais tarde naquele mesmo dia, Otávio me mandou uma mensagem por celular dizendo que estava trabalhando quando fui à casa dele e que ficou feliz por me preocupar com ele e ir ver como está. Disse que sua mãe lhe contou que eu estou fazendo uma pesquisa e que ele estava disponível para conversar comigo e me ajudar, inclusive me apresentando amigos que também gostariam de participar, se fosse preciso. Depois de alguns dias, combinamos de nos encontrar em uma de suas folgas do trabalho. Encontramo-nos na casa da mãe dele, mas ela e a irmã não estavam em casa. Expliquei para Otávio o tema da pesquisa e o objetivo da entrevista e li com ele o TCLE. Ele aceitou participar e disse que se sentia confortável em fazer a entrevista na casa da mãe, então ficamos ali mesmo.

Durante a entrevista, Otávio falou algumas vezes que havia mudado seu "modelo mental", seu pensamento, que não era a mesma pessoa de antes, mudara de vida e isso estava ligado ao fato de hoje ele ser trabalhador, o que mudou o modo como ele se vê e se porta: *"Hoje em dia eu sou uma pessoa digna pra sociedade, que eu posso sempre tá andando de cabeça erguida pra onde que eu for"*.

No dia da entrevista, Otávio contou que estava de saída da escola em que estava trabalhando e que naquela semana começaria a trabalhar em um restaurante, onde teria melhor remuneração financeira. Sua namorada já estava com oito meses de gestação e em breve nasceria sua filha. Terminada a entrevista, Otávio pediu para se ouvir no gravador e achou legal. Ele me acompanhou até o fim da rua e despedimo-nos carinhosamente.

2.2 Espaço ferido: lócus de incriminação

Na análise das entrevistas, dois planos de narrativa foram privilegiados: no primeiro, destacamos as narrativas dos jovens sobre o *modus operandi* da polícia e sobre a vida em um tipo de espaço que podemos chamar, como Ferrandiz (2002), de *espaço ferido*. Buscamos ressaltar os saberes dos jovens sobre a experiência de serem alvos de humilhação, esculacho, violência psicológica e física, de forma a dar visibilidade e "realidade" a esta experiência. A noção de realidade, nesse sentido, não se confunde com "empíria" nem carrega qualquer pretensão de afirmação de um tipo de "verdade".

Interessou-nos aqui seguir uma pista advinda da pesquisa desenvolvida com os adolescentes nos contextos do sistema de justiça sobre certo modo de subjetivação, visível na insistência dos adolescentes no tema da "realidade", em "mostrar a realidade". Trata-se da experiência do "*hiper-realismo: uma espécie de experiência direta, concreta, dramática e corpórea da realidade*" (VICENTIN, 2005)⁶¹. Como sugere a autora, esta presentificação da realidade, ao invés de ser considerada um empobrecimento de linguagem ou do pensamento, como uma espécie de lógica pragmática ou operativa, oposta à abstrata, precisa ser tomada na sua dimensão performática, de mostraçãõ. Buscamos dar lugar a esta mostraçãõ que, conforme veremos, guarda também um esforço de elaboraçãõ do traumático. Ainda, a presença de um estilo corporal que absorve e ressignifica os efeitos tangíveis da violênciã cotidiana tem sido observada por vários estudiosos, constituindo uma espécie de *pele social* (TURNER, 1980) ou de *espaço ferido*. Buscamos ecoar nas narrativas esta dimensãõ de *espaço ferido*.

Um segundo plano de discussãõ busca evidenciar os modos pelos quais tais experiênciãs conformam certos vetores de subjetivaçãõ. Para isto, privilegiamos estruturar a análise com base nos conceitos de incriminaçãõ e sujeiçãõ criminal, de Michel Misse. A sujeiçãõ criminal refere-se a um processo de subjetivaçãõ de um tipo social que é rotulado no Brasil como "bandido", "o sujeito criminal que é produzido pela interpelaçãõ da polícia, da moralidade pública e das leis penais" (MISSE, 2010, p. 17). Esse processo incide sobre a identidade pública e muitas vezes até íntima de um indivíduo. A sujeiçãõ criminal "é o resultado, numa categoria social de indivíduos, de um processo social de constituiçãõ de subjetividades, identidades e subculturas" (MISSE, 2010, p. 24).

O autor parte do pressuposto estabelecido por Émile Durkheim de que o crime não existe no evento nem em seu autor, mas na reaçãõ a esse evento e a esse autor. Segundo Misse (2011), na modernidade, o crime não existe na natureza do evento, mas na interaçãõ social em que uma parte acusa moralmente a atitude da outra e, tendo sucesso, a atitude acusada será tipificada como crime nos códigos penais. Os códigos penais são, então, construções sociais em que a reaçãõ moral vitoriosa institucionalizou em um código escrito as condutas consideradas como crimes, os procedimentos necessários à sua elucidaçãõ e as condições de puniçãõ do sujeito autor dessas condutas. O autor chama de

⁶¹ Referimo-nos aqui aos modos de subjetivaçãõ pelos quais os adolescentes respondem às experiênciãs de estigmatizaçãõ e de violênciã, forjando uma paradoxal combinaçãõ de vida e morte, em que se fazem "porta-vozes da realidade" e se "projetam na mais audaz das vidas" (VICENTIN, 2005).

criminalização a esse processo que instituiu em lei a norma vitoriosa. No Brasil, é o Código Penal (criado em 1940, mas várias vezes alterado até hoje) que define legalmente, ou seja, criminaliza os "cursos de ação que podem ser interpretados como crimes ou contravenções pelos agentes da criminalização e cujos autores podem ser objeto de incriminação" (MISSE, 1999, p. 137). Ocorre que, para que uma conduta seja, de fato, vista e interpretada como crime por indivíduos em contextos singulares e por agências de cumprimento da lei, dá-se outro processo, ao que o autor chamou de criminalização. Assim, alguns cursos de ação são definidos como crimes em lei, entre estes, apenas alguns serão de fato interpretados como crimes e levados ao conhecimento das agências policiais (criminosos) e, entre estes últimos, apenas uma parcela será selecionada para ser processada legalmente, processo chamado pelo autor de incriminação.

O duplo processo de criminalização-incriminação atravessa várias etapas no interior do moderno dispositivo estatal de administração da justiça. Grosso modo, o processo pode ser reduzido a três etapas: a policial, que interpreta ou reinterpreta e registra um evento como crime (ou contravenção) e indícia seus possíveis autores; a etapa judicial inicial, que mantém o registro do evento como crime (ou o anula ou arquivava) e acusa formalmente os indiciados (ou os libera, quando anulados ou arquivados os inquiridos policiais que os acusava); e a etapa judicial final, o julgamento, que estabelece a criminalização efetiva (para a qual haverá possibilidade de recurso e revisão) e estabelece uma sentença para o sujeito acusado da ação, o réu (sentença que também pode absolvê-lo da acusação e anular a incriminação). Se a incriminação for mantida na sentença, o indivíduo incriminado poderá cumprir a condenação: pagar uma multa, ser conduzido à reclusão por um tempo fixado na sentença ou ficar detido em prisão simples e/ou também pagar uma multa. (MISSE, 1999, p. 136)

A incriminação, portanto, não é uma ação simples, sendo também uma construção social. Para Misse (2010), incluir um agente em algum item da pauta classificatória de crimes, caso do Código Penal, é um complexo processo de interpretação baseado também em *poderes* de definição da situação. Segundo o autor, essa pauta relativamente fixa de significados de normalidade é apenas culturalmente referencial e as definições de cada situação são um processo social que ganha relativa autonomia em relação a essa pauta. Assim, Misse (1999) identifica que, para que os comportamentos considerados desviantes ou divergentes, ou mesmo ilegais, sejam incluídos na faixa estatística da criminalidade acontece um processo de seleção social dos cursos de ação incrimináveis, que ele chamou de "seleção criminal". Essa "seleção criminal" privilegia a incriminação de certos cursos de ação, privilegiando também, desta forma, certos agentes a serem potencialmente incriminados, e vice-versa. Além de acontecer essa seleção de que condutas serão

criminalizadas e, entre essas, em que situações se procederá a incriminação do sujeito, na prática, acontece ainda uma inversão desse processo:

[...] a demanda social de punição pode levar (e tem levado) à incriminação preventiva. No passado, como agora, há um processo social que "estabiliza", por assim dizer, em tipos sociais, a expectativa de reiteração do sujeito no crime; mais que isso, tende a assimilar o crime ao sujeito, de tal modo que a periculosidade do sujeito, baseada no que se supõe ser sua propensão natural ao crime, passa a ser decodificada por traços que ele apresente. A seleção desses traços, como no processo de estigmatização, interliga causalmente variáveis de pobreza urbana, baixa escolaridade e preconceitos de cor e marca ao que se espera que seja uma "carreira criminoso". (MISSE, 2011, p. 17)

Este é o processo da sujeição criminal, que marca determinados indivíduos como os "bandidos". Misse (2010) aponta que o processo de sujeição criminal engloba processos de rotulação e estigmatização, mas é mais forte que estes, porque é potencializado pelo ambiente de profunda desigualdade social vigente no Brasil, sendo uma desigualdade não só de renda, mas, mais do que isso, de acesso a direitos, do próprio "direito a ter direitos", em que não se tem acesso nem à crença de que somos iguais. Nesse contexto, existe uma forte privação de recursos de resistência à estigmatização e o rótulo "bandido" é tão reificado no sujeito que lhe restam poucos espaços para negociar, manipular ou abandonar a identidade pública estigmatizada. O papel social de "bandido" domina (mais do que predomina) sobre todos os outros papéis sociais do indivíduo, de forma que ele se torna somente um "bandido" (MISSE, 2010). Como observado pelo próprio autor, a sujeição criminal é que opera a ligação causal dos traços selecionados – pobreza, baixa escolaridade e cor – à criminalidade. Assim, não é toda incriminação que produz sujeição criminal. A sujeição criminal se liga apenas a determinadas camadas da sociedade – que apresentem esses traços – e a determinados sujeitos incriminados, aqueles agentes "de práticas criminais para as quais são atribuídos os sentimentos morais mais repulsivos, o sujeito ao qual se reserva a reação moral mais forte e, por conseguinte, a punição mais dura: seja o desejo de sua definitiva incapacitação pela morte física, seja o ideal de sua reconversão à moral e à sociedade que o acusa" (MISSE, 2010, p. 17). No processo da sujeição criminal, dá-se ênfase maior ao sujeito do que à transgressão e tem-se a expectativa social de que determinados sujeitos sejam *subjetivamente ligados* à transgressão.

[...] podemos considerar que a sujeição criminal é um processo de criminalização de **sujeitos**, e não de cursos de ação. Trata-se de um sujeito que "carrega" o crime em sua própria alma; não é alguém que comete crimes, mas que sempre cometerá crimes, um bandido, um sujeito perigoso, um sujeito irrecuperável,

alguém que se pode desejar naturalmente que morra, que pode ser morto, que seja matável. No limite da sujeição criminal, o sujeito criminoso é aquele que pode ser morto. (MISSE, 2010, p. 21)

A polícia é, no Brasil, um agente dos dispositivos incriminadores muito importante, agindo com grande autonomia, arbitrariedade, particularismo e incompetência legal da decisão sobre o destino a dar às acusações e às incriminações, sendo, assim, um dos principais dispositivos que constroem a sujeição criminal em nossa sociedade (MISSE, 1999). Entendemos que o conceito da sujeição criminal ajuda a analisar a relação da polícia com adolescentes e jovens que cumprem ou cumpriram alguma medida socioeducativa, marcada pela violência.

Se as narrativas dos jovens sinalizam os *modus operandi* que produzem "incriminações", nos interessou captar em suas narrativas alguns elementos que pudessem indicar se estavam ocorrendo experiências de sujeição ou se os adolescentes "re-existiam" a estas violências.

2.3 "Viver em espaços feridos": do alvo, da sistemática e do *modus operandi* das abordagens policiais

2.3.1 Os selecionados: os "com passagem", território e raça

Como já vimos no capítulo anterior, a atividade da polícia e, especificamente, a violência policial tem um alvo. A partir dos dados de mortes em decorrência de intervenção policial, vimos que a violência policial é destinada majoritariamente a homens, jovens, negros, pobres e moradores de regiões periféricas da cidade.

Assim como aparece nos estudos e documentos citados no capítulo anterior, para os jovens entrevistados, a relação com a polícia é marcada pela violência. Falar com eles sobre polícia é falar sobre enquadros violentos, sobre viver em alerta, sobre medo, sobre morte. Falar com eles sobre polícia é falar sobre o processo de incriminação, quando não de sujeição criminal a que eles e os moradores da favela onde vivem são submetidos. Os jovens apontam que o tratamento violento por parte da polícia é reservado a territórios e a pessoas específicas: as periferias e favelas e seus moradores:

Fernando: [...] na verdade, o que a gente vê na favela... você tendo passagem ou não... você só precisa morar na favela, a polícia não quer saber se você é bandido ou se você não é. Pra eles, todo mundo que mora dentro da favela é bandido. [...] Acho que eles... a obrigação deles seria defender a população, né? [...] Eles fazem isso quando é classe média, alta, quando é rico. Se for

pobre... pobre é bandido, pobre pode matar, pobre pode fazer qualquer coisa. [...] Polícia... não quer saber se você é trabalhador, se você... se você é... é bandido. Pra eles, se você mora na favela, você é bandido⁶².

Otávio: [...] Eu acho que com nós da periferia, eles vêm com uma força que é exagerada, é fora de controle.

Ana Paula: E você acha que isso acontece por quê?

Otávio: Por quê? Também, pra mim isso é um abuso de poder total e pra mim, por ser pobre, preto e periférico só isso já... [...] pra mim, o tratamento deles com a gente que é da periferia é de um jeito, agora pra gente que é de outra sociedade é completamente diferente. Eles vê a gente como ladrão, como... favelados. Mas eles também não sabem que na periferia não só tem bandido, traficante. Tem aquele trabalhador que sai 7 horas da manhã pra trabalhar, chega meia-noite, no outro dia a rotina dele é a mesma.

Sendo considerados como bandidos, contra eles pode-se "fazer qualquer coisa"; no limite, "pode matar". Otávio aponta que esse estigma lhes é atribuído por serem pobres, pretos e periféricos. O tratamento dado a eles pela polícia é na base da violência: é o esculacho, a bomba, o tiro, a morte:

Ana Paula: Que atuação a polícia tem no bairro em que você vive? Como que eles atuam lá?

Fernando: [...] o que eles fazem é enquadrar, esculachar e... sair andando. É o que eles fazem. Ou matar pessoas. É o que eles fazem.

Ana Paula: Como é a atuação da polícia aqui? Como você percebe?

Robert Silva: É bem preocupante... tá ligado? Os caras chegam aqui tacando bomba... dando tiro de bala de borracha. Às vezes já vi tiro de arma de fogo mesmo, letal sendo disparado e um monte de gente na rua. [...] Ainda mais que a gente tem aqui o baile, e esse baile todo final de semana tem bomba, tá ligado? Os caras chegam... Agora tão ficando mais.

Otávio: [...] É... porque a polícia entra aqui, mais também por causa do baile *funk*, né? Por o baile *funk*... aquela música alta, aí quem tem que trabalhar no outro dia não consegue. Também tem muito disso. [...] **E quando a polícia entra, ela entra pra derrubar.** Que nem há pouco tempo, teve um caso aqui, não sei o que se passou, baleou três meninos e desses três meninos morreram um, dois tão no hospital e... graças a Deus tão bem. Infelizmente um morador morreu sem ter culpa de nada. Tava numa banca de pastel, tava passando, a polícia viu "tloc, tloc" (som com a boca simulando tiro), dia de domingo, acabou infelizmente levando a vida desse morador embora. E aí, cadê? E a família, como que fica?

⁶² Nos trechos transcritos das entrevistas, optamos por manter o registro literal das falas, tanto dos jovens como as minhas. Apesar de reconhecermos que alguns pesquisadores, como Feltran (2010), optam por corrigir os "erros" típicos da linguagem oral, como a ausência de plural em alguns casos de concordância verbal, entre outras questões, como uma forma de evitar que os trechos de transcrições terminem por figurar caricaturas de seus locutores, sendo essa uma forma de respeito a eles, optamos aqui pela sustentação da transcrição na forma literal, entendendo-a também como uma forma de respeito pelo modo como eles falam e também considerando que um deles apontou que seu jeito de falar é, para ele, um dos motivos que o faz ser alvo de frequentes abordagens policiais. Assim, entendemos ser importante para este trabalho a apresentação exata da forma como eles se expressam. No entanto, é importante pontuar que se trata de uma questão controversa, que envolve tensões e que não se resolve neste texto. Fizemos uma escolha que parecia fazer mais sentido para a proposta deste estudo.

Otávio: Aqui dentro elas vem mais pra dar bote nas biqueiras também, pra dar bote na biqueira. Ou às vezes até pra cobrar uma propina no mercado, a polícia vem muito pra isso também aqui dentro.

Ana Paula: E no baile *funk* também, né?

Otávio: No baile *funk* ela vem pra... pra acabar com o baile. É.

Ana Paula: E como que ela faz?

Otávio: É bomba, gás, é tudo um pouco. Mas **eles vem com agressividade que... só quem mora na comunidade pode imaginar**. Não é fácil, né? (grifos meus)

A polícia atua na favela para reprimir o tráfico de drogas, para acabar com o baile *funk*, para extorquir, para enquadrar, esculachar, matar. Quando entra, "entra pra derrubar" e derruba, levando vidas de moradores embora. Fazem isso e "saem andando", saem ilesos. A agressividade com que os policiais agem contra os moradores é definida pelos entrevistados como "só quem mora na comunidade pode imaginar" e "não é fácil". Nesse contexto, a relação construída da comunidade com a polícia, na visão dos jovens, é de oposição:

Ana Paula: E como é a relação da comunidade em que você vive com a polícia?

Fernando: Tipo... polícia entra lá normal, só que... ninguém gosta de polícia. [...] Ninguém, ninguém. Pra tu ter ideia, minha mãe... nem minha mãe. Minha mãe não gosta de polícia, meu pai não gosta. Meu pai é careta pra caramba. Ele é chato. Não gosta de polícia.

Ana Paula: E como que é a relação da comunidade em que você vive com a polícia?

Otávio: Como eu posso dizer? É troca de farpas. Se eles entrar, querer dominar a favela, nunca eles vai conseguir. É a mesma coisa, a favela é do Comando. Polícia entrou, pode ser uma abordagem de rotina deles, mas... fora da favela... mas dentro da favela, quem manda é o Comando. Polícia não manda em nada aqui.

Ana Paula: Mas essa troca de farpas é entre o Comando e eles ou você acha que todo mundo troca farpas com a polícia?

Otávio: Ah, todo mundo. Trabalhador, comando⁶³.

A favela é do Comando (PCC). Onde a lei e a igualdade de direitos faltam, é o Comando que media as relações e oferece proteção aos moradores, coisa que nunca foi oferecida a estes sujeitos pela polícia.

Os jovens apontam que entre os moradores da favela há uma demarcação de quem será os maiores alvos da violência policial:

Ana Paula: Mas você percebe que é pra todo mundo desse jeito [a violência policial] ou tem pessoas específicas?

Fernando: Não. É... Normalmente é pra todo mundo. Mas a maioria jovens. É... adolescente.

⁶³ Vimos no capítulo anterior, com Feltran (2010) e Farias (2008), que a falta de confiança na polícia é construída historicamente pela experiência entre os moradores de favelas. Eles sabem que a polícia não os protege.

Feltran (2011) identifica em seu trabalho de campo no distrito de Sapopemba que a primeira pergunta que os policiais fazem a um jovem morador do distrito quando o abordam caminhando pela rua é que idade ele tem. O autor entende que essa pergunta tem por objetivo saber sob que categoria jurídica esse jovem se enquadra, se maior ou menor de 18 anos. Isso porque o autor percebeu que os adolescentes costumavam ser liberados mais facilmente e que os jovens com mais de 18 anos eram mais vítimas de extorsão, ameaça ou chantagem, porque a legislação penal de adultos é considerada mais severa que a de adolescentes. Nos relatos dos jovens aqui entrevistados, o fato de eles serem adolescentes não foi impeditivo para que fossem violentados pelos policiais, mas eles também pontuam que essa é uma pergunta feita pelos policiais e que, quando abordados em grupo, os mais velhos costumam sofrer mais violência que os mais novos, estes últimos dispensados primeiro que os mais velhos ou, em alguns casos, dispensados sem sofrer agressões físicas. O que eles observam é que as práticas de extorsão e chantagem, que dizem ser praticadas com mais frequência por policiais civis, são mais voltadas aos jovens adultos, porque adolescentes não têm dinheiro, sendo as agressões reservadas para eles. Além da seleção em função da idade, o estilo de roupas e de comportamento é um outro sinal diacrítico.

Ana Paula: E por que que você acha que foi tão abordado na vida, que até perdeu as contas?

Otávio: Eu acho, é... também um pouco maneira de se vestir... maneira de falar, um pouco disso. A maneira de se vestir, a maneira de falar, o jeito de andar, a cor também.

Ana Paula: Quando você fala jeito de andar, é o quê?

Otávio: [...] Tipo andar que nem malandro assim, ó. A mão na frente, o pé atrás, esse jeito assim, que nem malandro assim, sabe?

Ana Paula: Você anda assim?

Otávio: Ah, é... o meu jeito de andar é assim mesmo. [...]

Otávio: Não vou trabalhar de bermuda e chinelo numa região que eu sei que é moitada de polícia, que eu sei que eu posso tomar enquadro a qualquer instante. [...] se eu for trabalhar de chinelo, essas... de camisa de time, de boné, eu sei que eu vou tomar enquadro.

Moradores da periferia/favela, jovens, negros, que se vestem de bermuda, camiseta de time, chinelo e boné, que têm um jeito de andar "que nem malandro" e que falam de um jeito específico são abordados com mais frequência pela polícia. São essas as características desse "tipo social" selecionado pelos agentes do Estado, marcado para ser oprimido e, no limite, eliminado. A sistemática de enquadros desses jovens pela polícia também pode ser percebida quando Robert Silva conta que, quando era pequeno, os amigos mais velhos lhe falavam sobre como era tomar enquadro e alertavam que,

quando isso acontecesse com ele, seria violento. Acontece, assim, uma anúncio e uma transmissão pelos amigos e pelos familiares dessa experiência, anterior à própria experiência de fato, que os prepara para ela.

Robert Silva: [...] meus amigos me falavam: "Mano, quando a polícia te pegar vai te bater e pá".

Robert Silva: [...] eu lembrei dos cara falando, os mais velho: "Tomar um enquadro vai ser foda... Você nunca tomou pá dos polícia... Quando os cara vê que você é virjão, vai te bater e pá"... E você fica em choque, mano... "Caraca mano, será que é isso mesmo?", tá ligado? E realmente acontece.

Robert Silva [Referindo-se à época em que tomou o primeiro enquadro da polícia, quando tinha 11 anos]: [...] Minha mãe não confiava nem deixar eu pegar perua sozinho. [...] Ela falava assim: "Ah, fica na rua não, porque às vezes uma viatura... às vezes um bandido vem dando fuga da polícia e aí te atropela". Ela sempre tinha esses pensamentos: "Se você ficar na rua, vem um policial aí, te bate. Vê que você anda com quem fuma e tal, e isso e aquilo". Ela sempre teve esse pensamento de polícia também.

Ana Paula: Já aconteceu? De entrarem na sua casa?

Robert Silva: Já aconteceu de entrarem na casa da minha irmã, mano, e revirarem tudo. Na minha, não.

Ana Paula: Mas você estava lá ou não?

Robert Silva: Tava. Mas eles tavam procurando bagulho do meu cunhado. Aí nem pesaram em mim. Tava só jogando *videogame*, aí eles falaram: "Pode ficar aí. Fica sentado aí, fazendo o que você tá fazendo". Aí, eu fiquei jogando *videogame* e foda-se. [...] Mas eu era molecão também. Tinha 9 anos. [...] Então, **eu era bem tranquilo**, tá ligado? Aí no dia que eu tomei a abordagem, tava sem meus pais, **aí eu fiquei em choque**, né? "Carai... e agora? Não tem *videogame*, mano (risos dele e meus). E eu já vi que os cara foi bruto lá em casa, né, mano... Minha mãe falando com ele e ele "Cala a boca senhora. Eu vim aqui fazer meu serviço e vou fazer essa porra aqui". E minha mãe falando: "Não tem nada aqui, não tem nada aqui" e ele falando "Eu vou ver com os meus próprios olhos. Cala a boca. Se você não ficar quieta, vou te trancar lá na viatura" (risos). (grifos meus)

Ana Paula: Com a sua mãe?

Robert Silva: Com a minha mãe. Os cara fala assim mesmo. Os cara é ruim.

Essa preparação para a experiência se dá também quando testemunham experiências que aconteceram na favela, as operações da polícia nas ruas, em suas casas, a morte de amigos próximos. Podemos entender que a experiência da violência policial não está só no encontro com a polícia, ela já é uma condição dada, como se fosse algo onipresente na vivência desses jovens. É como uma certeza da vida. Quando acontece sua primeira experiência de enquadro da polícia, quando ele tinha 11 anos, indo da casa do pai para a casa da mãe, Robert Silva diz: "Falei pra minha mãe, ela não acreditou que eu tomei um enquadro". Chegou a hora dele. Aquilo que já fazia parte de seu cotidiano pela observação e pela anúncio dos amigos, aquilo que a mãe vinha lhe avisando e tentando lhe preservar, aconteceu. Ele era "bem tranquilo", depois ele ficou "em choque". Efeitos

da violência. No caso dos três, as experiências de violência policial foram bastante precoces: para Robert Silva com 11 anos, Otávio com 12 anos e Fernando com 13 anos. Todos bem novos, crianças ou em idade próxima à entrada na adolescência (segundo os parâmetros jurídicos).

Se eles já são alvos preferenciais em função das condições socioeconômicas, assim como por marcas de gênero, idade e cor, quando são pegos nas malhas da justiça, a situação piora. "Ter passagem" acentua a perseguição policial e, na abordagem, a violência. Os jovens contam que em todas as abordagens policiais é feita a pergunta: "Tem passagem?". Responder positivamente faz com que a abordagem seja mais violenta.

Ana Paula: Você acha que tem diferença do modo como a polícia te trata antes, durante e depois que você... cumpriu medida?

Robert Silva: Ah... lógico que tem (risos). Certeza que tem.

Ana Paula: Que diferença você percebe?

Robert Silva: A diferença é que os cara já pergunta "Quem tem passagem já levanta a mão".

Ana Paula: Eles sempre fazem essa pergunta?

Robert Silva: "Quem não tem passagem, levanta a mão. Quem não tem". Levantaram a mão. "Então vocês têm?", "Tem", "Pode sair fora quem não tem", fica só com nós. Ou seja, às vezes quem não tem tá com a droga, tá ligado? Tá com o B.O., mas ele já quer ficar com nós, porque sabe que nós vai dá uma medida a parte (inaudível). Tem essa diferença... [...] Então, o preconceito é pesado, entendeu? Eles já considera como ladrão mesmo, "esses daqui é ladrão, aqueles é tudo babaca", tipo, tá indo na onda, tá ligado? Tem passagem, já puxou cadeia, já tem outra história. Então é mais pesado. Tem sim, muita diferença.

[...]

Ana Paula: Entendi. E toda vez que eles abordam eles fazem essa pergunta?

Robert Silva: (Acenou positivamente) "Quem tem passagem, já se apresenta".

Robert Silva: "Quando você tem passagem, os cara zoa mesmo".

Fernando: [...] depois que eu fiquei com passagem no nome, eles... eles ficavam mais agressivos, se tornaram mais agressivos. [...] eles sempre fazem essa pergunta. Acho que eles fazem com certo ironismo sempre essa mesma pergunta. [...] "Você tem passagem? Cumpriu aonde?"

Ana Paula: Isso quer dizer o quê? Em qual Fundação?

Fernando: "Em qual Fundação que você foi parar?". Eu falava, né? Tinha que falar, se não apanhava.

Ana Paula: Você percebe diferença na relação com a polícia antes, durante e depois que você cumpriu medida?

Otávio: Sim, porque antes da medida, sempre eu tomava enquadrado, eu falava que eu tinha passagem. [...]

Ana Paula: E quando você falava que tinha passagem, como que era o tratamento?

Otávio: Bem diferente. É que nem como a gente falou aqui. É querer bater, querer xingar... Do jeito deles, né? Que eles tratam sempre.

Ana Paula: E aí depois que você falava que não tinha passagem...

Otávio: Liberava, de boa. Anotava o nome, com o RG, se tivesse com o RG, de boa.

Ana Paula: Durante o período que você cumpria e depois, então, que você cumpriu, tem diferença, por exemplo, no número das abordagens também?

Otávio: Tem, bastante.

Ana Paula: Quando você cumpria era mais?

Otávio: Tem, tem bastante. Antigamente, tomava enquadrado era praticamente todo dia. Só sair da quebrada, que eu tomava enquadrado. Hoje em dia, nem tanto.

Nesse ponto, podemos identificar como o processo de sujeição criminal ocorre. Além de jovens, negros, moradores da periferia/favela, eles "têm passagem", o que significa para os policiais que eles são ladrões, são bandidos. Como se o crime fizesse parte de sua essência. Mesmo que não estejam cometendo algum ato infracional, são incriminados preventivamente. Na experiência de Fernando, ele era especialmente marcado e perseguido pelos policiais que os apreenderam:

Fernando: Eu sei que esse ano, eu não fui nenhuma, mas o resto dos outros anos era basicamente todo dia. Tipo... do meio de 2016, pra cá parou de ser enquadrado, mas o resto era basicamente todo dia.

Ana Paula: E era pelos mesmos, ou policiais diferentes?

Fernando: Pelos mesmos. Quando não era por eles, era por algum que já viu eu sendo enquadrado por eles.

Ana Paula: Eram os mesmos que te prenderam?

Fernando: Eram os mesmos.

Outro fator que os jovens apontam é que a atuação da polícia junto a eles opera demarcando o território, controlando a fronteira entre eles e a "gente que é de outra sociedade", limitando o espaço de movimentação daqueles considerados como "bandidos", que são mais abordados sempre que saem da favela para outros lugares e, especialmente, quando circulam por bairros nobres e centrais da cidade. Os jovens expressam que se sentem mais protegidos quando estão no território da favela:

Otávio: Fora da comunidade, eu vejo a palavra polícia com um certo medo. Dentro da comunidade, eu acho que... nem tanto. Fora, por eu, jeito de andar, o jeito de falar, o jeito de se vestir, a cor.

Ana Paula: Por essas características suas, fora você sente um risco pela polícia, e aqui dentro você se sente protegido?

Otávio: Aqui sim. Por também, não só pela região. A região que a gente mora é assim. Aqui é uma comunidade que em volta é cercada por prédios de luxo, mansões... e no meio de tudo tem a nossa comunidade, né? E a região... Falo região do bairro X [bairro nobre em volta da comunidade onde ele vive], a polícia já vem como? Bairro Y [comunidade onde ele mora], a polícia já... É. [...]

Ana Paula: Você falou que aqui dentro você se sente mais protegido, você não é abordado aqui dentro, ou... nunca foi?

Otávio: Difícil. Aqui dentro é difícil. Se eu pegar e sair no sentido da avenida, sentido o cemitério aqui, qualquer saída da favela, se eu for sair eu já sou enquadrado, fora da favela. Aqui eu já me sinto mais calmo, mais protegido. Não posso, **não tenho espaço nem de sair pra fora que eu já sou abordado.** [...] (grifo meu)

Otávio: [Dizendo que hoje em dia não toma mais tanto enquadrado da polícia] Também por... a região que eu ando também... Por eu tá trabalhando na região do bairro X [bairro periférico, de classe média, média baixa, com presença de muitas favelas], essas região assim... nem tomava tanto enquadrado. Agora, tipo,

quando eu saía, tipo, pra bairro Y [bairro nobre]... esses lugar assim mais distante, sempre tomava enquadrado também.

Robert Silva: [...] Centro de cidade, você perde as conta de quantos enquadros você toma. Ainda mais eu que gostava de pixação, skate de madrugada... [...] Madrugada toda na rua, tipo, você tá aqui, você tá no centro... aí você tá com skate, começa a dar rolê na madrugada toda [...].

Robert Silva enfatiza o fato de estar no centro da cidade, de skate e na madrugada como fatores que reforçam sua condição de alvo⁶⁴ da ação policial. Interessante observar que quando perguntei a Otávio sobre a primeira vez que foi enquadrado pela polícia, ele disse que nunca havia sido enquadrado antes, porque não saía da comunidade sozinho, só acompanhado de sua mãe⁶⁵. No caso de Robert Silva, a primeira abordagem policial aconteceu no trajeto que ele estava fazendo da casa do pai, que fica dentro da comunidade onde ele vive hoje, para a casa da mãe, que é fora, indo em direção à avenida, para sair da comunidade. A consequência direta dessa atuação da polícia é os jovens deixarem de sair da favela e até da própria casa dependendo do horário.

Ana Paula: Hoje em dia, você é abordado com que frequência, mais ou menos?
Robert Silva: Ah, Graças a Deus, [...] eu sou abordado em mais ou menos, seis em seis meses. Deu uma aliviada (risos). Também não saio muito pra fora, né? Fico só de comunidade.

Ana Paula: E aqui dentro eles não abordam?

Robert Silva: Aqui dentro não, eles não pesam muito não.

Ana Paula: Você costuma sair pra onde? Fora daqui.

Otávio: Fora daqui? Não tenho lugar pra sair não. [...]

Robert Silva: [...] quando a gente ouve falar polícia, corre. Não fica na rua. [...] é perigoso, mano. A gente não sai à noite, mesmo que tenha alguém pra encontrar, eu prefiro não sair. Tenho passagem e tudo, se esses caras me pegarem na madrugada mano, eles acaba comigo.

Entre tantos outros direitos negados aos jovens, o de ir e vir também lhes é negado. Os jovens, então, vão se enclausurando. Trata-se de um efeito encarcerador, um cárcere a céu aberto, como discutido por Edson Passetti (2006), que discute o fato de vivermos atualmente uma era em que o controle é feito a céu aberto. A *sociedade de controle* na qual vivemos atualmente caracteriza-se pela ampliação dos meios de

⁶⁴ No Relatório sobre *Práticas de Tortura Cometidas por Policiais na Cidade de São Paulo*, produzido pela Articulação, alguns adolescentes disseram que entendem que durante a madrugada as abordagens policiais são piores, porque há menos pessoas na rua para testemunhar a ação.

⁶⁵ Quando trabalhava no Serviço de MSE-MA, mães e namoradas, quando podiam, acompanhavam os adolescentes/jovens até o Serviço, porque percebiam que, na companhia delas, a polícia não os abordava. Thallya, companheira de Robert Silva, também me contou uma situação em que eles estavam caminhando na rua e ele estava andando à frente dela. Ela avistou um policial que estava olhando para Robert Silva e fez um movimento em direção a ele. Nesse momento, ela alcançou Robert Silva e pegou em sua mão e o policial não o abordou.

vigilância.. Nesta sociedade, pune-se mais e o direito penal diversifica-se, deixando de ser a prisão o lugar preferencial destinado ao infrator.

O direito penal, as ciências humanas e as religiões se expandem da prisão para outros acontecimentos punitivos, com custos indiretos do Estado, com ONGs de assistência e acompanhamento do penalizado, ou diretamente com polícias locais, técnicos de gabinete, informantes e informática controlando locais, bairros, espaços selecionados e georreferenciados. (PASSETTI, p. 87)

Segundo o autor, nessa era da sociedade de controle, um novo acontecimento prisional se consolida aos poucos.

Trata-se da conformação das periferias das grandes cidades como campos de concentração, nos quais as pessoas têm permissão para transitar para o trabalho, desde que regressem rotineiramente, recebendo do Estado escolas, equipamentos sociais e polícias comunitárias. Aparece, então, uma nova diagramação da ocupação do espaço das cidades, em que políticas de tolerância zero e de penas alternativas se combinam, ampliando o número de pobres e miseráveis visados, capturados e controlados, compondo uma escala mais ou menos rígida de punições, deixando inalterados a cifra negra e os dispositivos de seletividade. Consolida-se uma nova prática do confinamento a céu aberto, e o sistema penal mais uma vez se amplia, dilatando os muros da prisão. [...] Todos de volta para a periferia. Todos mantidos presos na periferia. Periferia-prisão! E, como toda prisão, com sua economia, justiça, violência, conexões e interligações. (PASSETTI, p. 94)

Como explicado por Passetti (2006), o policiamento e o confinamento não se dão apenas pela ação da polícia, mas também por meio da tecnologia, de políticas públicas, ONGs etc.

A partir das falas dos jovens, podemos perceber, então, que a ação da polícia busca contê-los no espaço da periferia e da favela, controlando-os quando saem desses espaços e utilizando a violência para exercer o controle dentro das fronteiras da favela, entrando "pra derrubar". Os jovens dizem se sentir mais seguros dentro da favela, dizendo que não costumam ser tão abordados pela polícia quando circulam dentro das fronteiras, no entanto fazem relatos sobre ações bastante violentas da polícia na favela, culminando até na morte de moradores. Nesse sentido, levantamos como hipótese que o sentimento de segurança dos jovens frente à polícia dentro da favela, além de ter relação com a frequência menor de abordagens que sofrem (apesar de bastante violentas), tem relação também com quem presencia as abordagens e a violência. Quando são abordados em bairros nobres ou centrais, eles são os estrangeiros lá, além da polícia, quem assiste a abordagem também os olha como "bandidos" ou potenciais "bandidos" e, assim, a violência policial contra eles é legitimada. Na favela, as pessoas que presenciam as

abordagens são "da mesma sociedade" e possivelmente os conhecem e, assim, se revoltam diante da ação da polícia, gritam, ameaçam denunciar os policiais, oferecem apoio aos jovens, como apareceu em alguns relatos feitos por eles. Esta é somente uma hipótese, pois eles não mencionaram nada desse tipo, mas parece fazer sentido a partir do que eles contaram.

2.3.2 *Modus operandi*: esculachos, violências físicas e forjamentos

Quando pergunto sobre situações em que eles tiveram contato com a polícia, os jovens têm muitas experiências para contar, como disse Otávio: "Ah, tem bastante. Se eu for contar, vai ter muitas, né?". A coleção de situações contadas por eles nos levou a evidenciar um certo *modus operandi* da polícia, caracterizado por abordagens frequentes⁶⁶, cuja quantidade nenhum deles soube precisar, dizendo que não têm "nem ideia", que já "perderam as contas", pois em algumas épocas de suas vidas aconteciam "basicamente todo dia"⁶⁷. Essas abordagens se dão de uma forma intimidadora e vigilante. Os policiais estão sempre querendo saber de onde eles estão vindo, para onde estão indo, o que levam na mochila:

Robert Silva: [...] os cara já chega em abordagem violenta, entendeu? Eles perguntam tipo "Você tá com alguma coisa?" Às vezes você não tá com nada, mano, e eles ficam perguntando: "Você tá com alguma coisa? Você tá com alguma coisa? Se tiver, mano, já tá ligado que eu vou te zoar. O barato vai ser diferente". Mas tem gente que num conhece e fala assim: "Zoar como?". Tipo, ele vai te agredir, mano... papo reto, ele vai te bater. Vai te levar daqui pra ali e vai te bater, mano.

[Falando sobre como acontecia quando ele participava da Virada Cultural⁶⁸]

Robert Silva: Aí a viatura te enquadra num bairro, sabe que você tá andando ali, mas quando você migra pra outro bairro, é outros policiais, aí o mais fluxo

⁶⁶ Este é um aspecto apontado pelos estudos que descrevem a relação da polícia com os adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, discutidos no capítulo anterior. Os adolescentes e jovens, moradores de periferias das cidades e, geralmente, negros são abordados frequente e sistematicamente. Assim acontecia também com os adolescentes e jovens atendidos no Serviço de MSE-MA em que eu atuava, que cotidianamente chegavam contando sobre abordagens policiais que haviam sofrido, isso quando não acompanhávamos as abordagens acontecendo nos arredores do Serviço, como já relatado. Podemos ver, então, que essa prática se repete ao longo do tempo, tratando-se de um modo de trabalho da polícia.

⁶⁷ Fernando conta que a primeira abordagem policial que sofreu foi quando foi apreendido e que, depois disso, até o meio de 2016 tomava enquadros "basicamente todo dia". Importante notar que este é justamente o período em que ele cumpria medida socioeducativa. No caso de Otávio, ele tomava enquadros praticamente todos os dias antes de começar a trabalhar e usar sua "roupa adequada", sempre que saía da comunidade, tomava enquadro da polícia.

⁶⁸ Evento cultural que dura em torno de 24 horas, virando a madrugada com diversos shows e apresentações distribuídos em diferentes bairros da cidade, com grande concentração de atrações em regiões centrais da cidade.

de polícia ao mesmo tempo. Então, você vai tomar vários enquadros sequentemente. Você toma quadro numa esquina, aí na outra você toma pelo mesmo policial (risos dele e meu). É mano... acontece. "Tá com o que aí?", aí os caras vem e te enquadra, você fala: "Cara, mas você acabou de me enquadrar", aí ele: "É, mas é só pra saber se você pegou algo, se você tinha escondido e pegou algo". Ah, legal. Num deu certo.

Robert Silva estava andando pela cidade em um evento cultural que ocupa diversos locais e, portanto, tem como propósito que as pessoas circulem para assistir às atrações que lhes interessarem, mas a circulação pela cidade não é permitida a todos. Ou, para garantir o direito de circular de alguns, vigia-se e se intervém na circulação de outros. Em seu passeio, Robert Silva foi interrompido muitas vezes. Foi ele mesmo que evidenciou esse outro aspecto das abordagens policiais, quando eu estava lhe perguntando sobre a primeira vez em que ele foi abordado na vida, então eu disse: "Você lembra quando foi a primeira vez que você foi...", e antes que eu terminasse, ele completou: "Parado?". Eles são parados⁶⁹. As abordagens policiais, tão cotidianas nas vidas deles, interrompem fluxos, movimentos que eles estejam fazendo, "atrasam" a vida deles. Na virada cultural, a cada esquina, ele é parado; quando estava indo da casa do pai para a mãe, foi parado; Fernando estava indo comprar pão e foi parado; Otávio estava indo para o trabalho e foi parado... Entre tantos outros direitos violados, o direito de ir e vir também não é garantido a eles.

O padrão violento das abordagens também é destacado pelos jovens, assim como já dito por Robert Silva: "os cara já chega em abordagem violenta", já classificando os jovens como criminosos:

Fernando: A abordagem? **Sempre muito violenta**. Eles já chegavam perguntando: (grifo meu)
 — "Tá indo pra onde? Tá indo roubar onde?"
 — "Eu não to indo roubar não, senhor."
 — "Para de meter o louco pra nós, maluco. Você tá indo roubar onde, tio? Fala logo."
 — "Eu não to indo roubar não, senhor. To indo pro salão da minha mãe.", um exemplo.
 — "Para de meter o louco pra nós, tio. Fica jogando... fica tapando o sol com a peneira, aí. Nós estoura os cofre também, tio. Nós conhece os bandido de longe, vai. Fala pra onde você tá indo."
 — "Eu já falei."

Ana Paula: Como que eles chegaram em vocês? Falando o que, fazendo o quê?
 Otávio: Ah, do jeito que eles sempre chegam:
 — "Encosta aí, ladrão. Levanta a mão pra cabeça, tira o boné"

⁶⁹ Agradeço a Aline Matheus por ter chamado a minha atenção para esse significado.

Do jeito que eles sempre tratam.

— "Mora onde?"

— "Bairro X"

— "Tá com o que aí?"

É porque... por ser tão novo, por ter um certo medo:

— "Ah, to com isso, isso, isso, senhor"

[...] Ficou com nós, deu uns tapa em nós. É o jeito que eles sempre chegam, né? A abordagem deles é assim.

As abordagens são, então, marcadas pela vigilância, pela intimidação, pela acusação prévia de que eles estão cometendo algum crime e/ou são criminosos. Os policiais já chegam chamando os jovens de "ladrão", afirmando que eles estão cometendo ou prestes a cometer um ato infracional.

Separamos os relatos de situações vividas pelos jovens em três categorias de modos de ação da polícia: o esculacho, a condenação e a punição e o forjamento.

Esculacho

Nas experiências de abordagens policiais que relataram, os jovens usaram por diversas vezes as palavras "esculacho" para se referir à atuação violenta da polícia. Eles definiram o esculacho da seguinte forma:

Fernando: Esculachar? Eles xingam, chamam você de bandido. Quando não chama de bandido, tá batendo.

Robert Silva: Ah, mano, o cara me bater [...]. Esculacho, assim, que a gente fala, é de bater. [...] esculacho é ele bater, porque ele quer bater sem motivo, porque ele é o bambambam, ele é o fortão. Aí é o esculacho. [...] "Tomamo mó esculacho [...] na mão dos cara", os cara: "O que que foi, mano?", "Ah, os cara me zoou, mano [...]". Tem policial que troca ideia, chega e troca ideia [...], mas tem outros que quer só te zoar.

Entendemos que "zoar" também tem certa aproximação com o significado de "esculachar" e indica uma dimensão de diversão por parte dos policiais ao "zoarem" os jovens. São situações em que eles foram humilhados e agredidos verbal e fisicamente pelos policiais, como indicam as entrevistas:

Fernando: Meu pai até um tempo atrás defendia policial. Só que... é... A gente tava voltando do mercado, eu e ele. Nós fomos comprar algumas coisas. A polícia nos parou, começou a esculachar a mim e a meu pai. Só que não sabia que ele era meu pai ainda, porque não tinha pedido documento. Quando pediu a documentação, viu tudo direitinho, viu meu RG, o nome do meu pai, viu o RG do meu pai com o nome, aí tipo... liberaram com mó cara de pau pedindo

desculpas só que... já depois de ter esculachado a gente. Deu umas pancada na gente.

[...]

Ana Paula: Fizeram isso com você e com o seu pai...

Fernando: Comigo e com o meu pai. A partir desse dia meu pai nunca mais... foi com a cara de nenhum bandido.

Ana Paula: Nossa...

Fernando: Desculpa. De nenhum policial.

Fernando: Que nem uma vez que aconteceu de... Eu e uns amigos tava ali na pracinha e [...] desceu dois Rocam, enquadraram a gente, aí chamou mais dois Rocam. Eu não lembro muito bem, porque faz tempo. Eu não lembro muito bem, foi em 2014. É... a Rocam enquadraram nós, depois chamou mais dois Rocam, depois disso eu só vi chegando viatura. Aí que levaram a gente pra um cantinho ali na pracinha. Tava eu e mais três amigos, um conseguiu fugir, entrou na viela e ficou gravando. Eles bateram na gente. Pegaram... sabe aquelas... eu não sei como é que fala... aqueles trilho de madeira que fica em baixo da cama, e quebrando na gente.

Ana Paula: Nossa. E o outro filmou?

Fernando: É, o outro filmou só que depois de um tempo perdeu o celular, então não adiantou de nada.

Ana Paula: E aí?

Fernando: E aí depois de um tempo... Eu fui o primeiro a ser liberado. Eles mandaram sair correndo... e o medo de levar um tiro pelas costas, né?

[...]

Ana Paula: E eles bateram onde em vocês?

Fernando: Na ca... no rosto, no... é... nas costas, no peito, no braço.

Fernando: [...] fui enquadrado depois que eu já tinha cumprido tudo, tava só no LA e na PSC e tipo... eu tava voltando do LA, um policial... me parou, próximo ao MSE e... e enquadraram, fez umas perguntas lá... Eu realmente não lembro as perguntas, eu lembro que ele arrancou meu brinco da orelha, que eu usava brinco. Arrancou assim com tudo, que eu cheguei com a orelha cortada em casa, **mandaram eu sair correndo**. [...] (grifo meu)

Ana Paula: Foi na volta da medida?

Fernando: É, foi na volta da medida.

Otávio: Teve uma vez aqui dentro da comunidade. Tava tendo operação, do nada os menino correu, eu fiquei. Tava... era um dia de sábado. A semiliberdade, eu ia de sexta... de segunda a sexta. Dia de sábado e domingo tinha o benefício de vir pra casa e às vezes voltar na segunda ou voltar no domingo. Aí teve no dia de sábado, tava parado conversando com os moleque, do nada os moleque correu, correu. Eu não deu tempo de correr e também não ia correr mesmo com o bilhete da Fundação Casa, não ia correr. Porque se eu tava devendo era pra Justiça, né? Não pra polícia. Aí nessa daí eu parei, tomei quadro. Os policial já desceu:

— "Cadê os moleque que correu? Cadê os moleque que correu?"

— "Não sei senhor. Não sei. Não sei."

— "Cadê os moleque que correu?"

Já começou (barulho com as mãos, insinuando que estava batendo)... batendo em nós na frente da rua. Minha irmã olhando do outro lado da rua, eles batendo em nós no meio da população toda. E a população já revoltada, já... revoltada, e eles batendo em nós bem aqui na padaria. Até hoje todo mundo vê nós aí,

conhece nós aí, por causa disso, aí em cima. Porque nesse dia eles não teve noção de nada, quem tava, se a população tava olhando. Já desceram batendo. E a gente... não corremos. Ele:

— "Tem passagem?"

— "To com o bilhete aqui, senhor. Tenho passagem, to com passagem sim, senhor. To indo pra semi de segunda a sexta. Hoje eu ganhei o benefício, to aqui senhor, ó. To de boa, senhor. Não precisei correr, nada."

— "Não quero saber, tio."

Começou a (barulho com as mãos, insinuando que estavam batendo)... bater em nós. Sem dó, na frente de todo mundo.

Ana Paula: E aí?

Otávio: Aí liberou nós. Minha mãe chegou, minha irmã chegou. Chorando. Liberou nós.

Ana Paula: Por causa da sua irmã?

Otávio: Foi. Foi porque era na frente de todo mundo. Sem dó.

Ana Paula: Qual polícia que era?

Otávio: A choque. A choque, o canil.

[Sobre a primeira vez que foi abordado pela polícia]

Robert Silva: Eu tava subindo a ladeira X... aqui. E aí, tava vindo uma viatura assim com dois policiais. Eu tava indo pra casa da minha mãe, saindo do meu pai pra minha mãe. **Eu era bem pequenininho.** Tipo, morava aqui com a minha mãe e vinha passar o final de semana com o meu pai. Nessa, eu voltando pra avenida, pra pegar a perua, tava chupando uma manga. Então eu tava mexendo na bolsa pra pegar uma manga, tinha uma sacola com quatro manga. Aí, eu mexendo na bolsa, tá ligado? E aí eu peguei, parei num canto do muro, mexendo na bolsa, aí na hora que eu levantei, tava atrás do carro e o policial passou com a viatura, já parou, desceu do carro correndo e me abordou: "Você tá fazendo o que aí? O que que você tá guardando na bolsa?". Eu falei "Ô senhor, não sei", aí já comecei a tremer, entendeu? (risos) Não sabia nem o que falar. E aí os cara já chegaram jogando minhas roupas no chão e tudo, aí eu fui explicar que eu tava indo pra casa dos meus pais, tava comendo manga. Aí os caras pegaram, ainda a manga que eu tava e jogaram no chão. [...] **E os cara já acham que eu tava fazendo alguma coisa errada, mas eu num tava com nada,** tava indo pra casa da minha mãe. Aí depois de um tempo, eles pegaram, viram meus documentos, viram que não tinha nada e liberaram, **tranquilo.**

Ana Paula: Você tinha quantos anos, você lembra? (grifos meus)

Robert Silva: Ah, eu tinha uns onze anos. Era molequinho ainda, tinha mó medo desses bagulho.

[...]

Ana Paula: E... nesse dia aí, eles jogaram suas mangas no chão e destruiu as mangas?

Robert Silva: É, só tipo, pegaram minha manga que eu tava comendo só, depois olhou, pediu meu celular, mexeu no celular... tudo... pá... Depois mandou embora. **Foi tranquilo,** mas tipo assim, como é o primeiro quadro que você toma na sua vida, você fica apavorado **o jeito que ele chega abordando, chutando as perna assim,** você... tá ligado? Já tipo, já encosta, coloca a mão na parede, pá... e você não sabe de nada. Você só fica parado com a mão levantada, tá ligado? E os caras já: "Mano, você é mó zé mané", começou a tirar. Falei: "Mano, é a primeira vez que eu sou **parado** na vida", tá ligado? (risos) Como zé mané, mano? (grifos meus)

Ana Paula: Mas como que eles chegaram?

Robert Silva: Eles... mano, "Levanta a mão aí, põe a mão na cabeça!". Eu levantei, pondo a mão na cabeça. Ele falou: "Agora vai pra parede!". Eu encostei na parede, pá e fiquei assim. Aí ele: "Ô seu otário, é com a cabeça na parede, mão pra trás" e colocou aqui, prendeu os dedos, entrelaçou e eu com as pernas fechadas... aí ele deu uma bota assim "pá!" (movimento do policial de chutar entre suas pernas para abri-las) "Abre as pernas!". Abri a perna. Aí ele fez toda revista dele.

Ana Paula: Isso antes de pedir seus documentos...

Robert Silva: Isso antes de pedir documento. Depois que ele viu que num tinha arma nenhuma e o outro olhou minha bolsa, jogou todas as roupas no chão, viu que eu num tinha nada, aí começou a perguntar: "Tá indo pra onde? Vindo de onde?", "To indo pra casa da minha mãe, to saindo da casa do meu pai, meu busto é a condução... e meu celular... " já era.

Ana Paula: Aí depois eles te liberaram...

Robert Silva: É... só falou: "Então, vai embora". Peguei as coisas do jeito que tava... tinha nem como dobrar... já joguei dentro da bolsa e saí andando. Dobrei na perua (risos).

Otávio: Enquadros que... pelo jeito que eles trataram, eu acho que não podia ter acontecido o que aconteceu. Tomar um tapa, um chute, ser xingado de preto, de favelado, de... sem caráter.

Otávio: Ah, tomei um enquadro, tava sem nada liberou nós, né?

Ana Paula: Mas como que foi o enquadro? Como que eles chegaram?

Otávio: Ah, mandou nós levan...:

— "Mão na cabeça, ladrão". É, sempre ladrão, "Mão na cabeça, ladrão".

Mão na cabeça, tirei o boné. E dessa vez aí também, o educador que era do nosso projeto, ele teve que vir até nós, ele veio até nós, nós tava sem RG. Os polícia falou:

— "Como que se anda sem RG e pá, ladrão?"

Falei: "Não, senhor. Faço curso aqui, participo do projeto."

Ele: "Não quero saber. Tem que andar com o RG, ladrão".

Aí nessa daí o coordenador chegou, trocou uma ideia com eles, eles:

— "Manda os seus moleque aqui andar com o RG e pá e pá".

Foi mais ou menos isso o que aconteceu. No último enquadro foi assim.

Ana Paula: Eles bateram em vocês?

Otávio: Não, não. **Foi de boa. Até que foi de boa.** (grifo meu)

O fato de Robert Silva estar atrás de um carro mexendo em uma mochila representou uma ação suspeita para os policiais, que já chegaram inquirindo-o, então, apenas uma criança, que não sabe o que falar e começa a tremer. Segue-se a isso a agressão para colocar seu corpo em posição correta para a revista. Robert Silva foi chamado de "zé mané", porque não sabia o movimento que deveria fazer, a pose em que deveria ficar em uma abordagem policial. As falas e o modo de agir dos policiais revelam que, para eles, Robert Silva, com 11 anos de idade, já deveria saber como proceder ao ser abordado pela polícia. Esses fatos demonstram que existe um movimento específico que deve ser seguido para que os policiais possam "fazer toda a revista deles". Depois, a

investigação (a vigilância) sobre suas coisas. Jogam o alimento no chão, jogam as roupas no chão, investigam o celular, perguntam de onde está vindo e para onde está indo.

O modo de ação da polícia demonstra claramente que os meninos já são vistos como bandidos, como pessoas a serem investigadas, controladas e não dignas de respeito.

Lenin Pires (2011) discute o "esculacho" como uma categoria sociológica, a partir de pesquisa realizada nos trens urbanos do Rio de Janeiro, com foco nos comerciantes ambulantes que atuavam nas estações e nos conflitos entre diferentes atores nesses ambientes. O termo era comumente utilizado pelos ambulantes para se referir a ações dos vigilantes que atuavam nas estações contra eles e tinha um significado específico. Nos conflitos que aconteciam entre os ambulantes e os vigilantes, era comum que estes tomassem as mercadorias dos primeiros, prática que os ambulantes chamavam de "derrame" e que, apesar de gerar grande prejuízo para eles, entendiam que fazia parte do jogo. Mas havia situações em que, além de perder sua mercadoria, os ambulantes levavam tapas na cara, tinham suas mercadorias chutadas, eram obrigados a caminhar na linha do trem descalços no sol quente, ação que eles chamavam de "esculacho". Isso chamou a atenção do autor, pois ele percebeu que a prática do "esculacho" está presente em vários contextos da sociedade fluminense, quiçá brasileira. Ninguém gosta de ser esculachado. No esculacho, combina-se uma dimensão moral e uma dimensão física, seja porque a pessoa tomou um tapa, seja porque o nível de agressão moral foi tamanho que a pessoa ficou com o coração palpitando, a pressão subiu, ou seja, teve repercussões físicas. Apesar de se tratar de contexto diferente do dos jovens sobre os quais falamos neste trabalho, entendemos que as reflexões do autor sobre o "esculacho" nos ajudam a pensar essa prática no contexto dos jovens. Pires (2011) identifica que a prática do esculacho é antiga e parece inspirada nas práticas de agentes estatais de segurança. A categoria do esculacho era utilizada pelos ambulantes no contexto investigado pelo autor para designar "uma forma de se expressar sentimentos de desconsideração, desrespeito e ausência de reconhecimento, seja da parte de quem sofria seus efeitos – o esculachado – seja da parte de quem testemunhava ou, na maioria das vezes, tomava conhecimento de tais ações" (p. 139). O esculacho se referia a experiências de humilhação sofridas pelos esculachados e mencioná-lo significava uma denúncia grave de que algo muito sério havia acontecido. Segundo o autor, na maioria das vezes, o esculacho era praticado em lugar reservado, distante dos olhos do público, o que também acontece com os jovens, Conforme seus relatos, os policiais os levam para o canto da praça, para dentro do estacionamento

escuro, para o terreno baldio. O esculacho "era um procedimento que perigava arremeter a vítima para fora da escala aceitável daquele cotidiano hierarquizado" (p. 141).

Analisando a noção de esculacho, a partir de seu uso em outros contextos, ela parecia redundar em um tipo de procedimento que se veiculava em desafio aos limites estabelecidos dentro das normas estamentais da sociedade brasileira. Não bastando submeter o oponente a tais regras, se fazia necessário, via de regra, humilhá-lo. Como me disse uma delegada de polícia, em certa ocasião em que lhe perguntei o significado do referido termo nas relações entre policiais e presos nas delegacias do Rio: "mostrar a ele o seu devido lugar".(PIRES, 2011, p. 142)

Fazendo uma conexão com as definições de Fernando e Robert Silva, se o policial que esculacha quer mostrar que "ele é o bambambam, ele é o fortão", o "devido lugar" dos jovens esculachados seria o da fraqueza, da inferioridade, o lugar daquele que pode ser abusado, pois não tem quem o defenda, não tem poder, não tem direitos. Uma diferença importante entre os comerciantes ambulantes e os jovens aqui tratados é que os comerciantes reivindicavam que deviam ser tratados com respeito, porque perseguiam a condição de "trabalhador", e assim os esculachos contra eles eram vistos como absurdos por quem observava. No caso dos jovens, ainda que reivindicuem a condição de "trabalhador", pelo fato de já terem sido incriminados e por partilharem de características com os determinados socialmente como "bandidos", a violência contra eles é legitimada socialmente. No caso dos esculachos que são destinados às outras pessoas que moram na favela, que nunca foram incriminadas, classificadas pelos próprios jovens como "trabalhadores", é possível pensar em uma situação que Pires (2011) classificou como "esculacho generalizado", em que várias pessoas eram atingidas pelo esculacho independentemente da maneira como se comportavam. Essas situações acabavam por sedimentar as relações entre os diversos atores que circulavam nos trens, fazendo com que eles se vissem "no mesmo barco".

Violências físicas

Nas situações relatadas pelos jovens em que eles foram pegos pelos policiais praticando algum ato infracional, ao invés de os policiais seguirem as determinações legais e encaminhá-los ao Sistema de Justiça, sempre lhes aplicavam agressões físicas e psicológicas enquanto os adolescentes estavam sob sua custódia, fosse na rua, fosse na própria delegacia:

[Contando que policiais da Força Tática – grupo da Polícia Militar – bateram na porta da casa da família em que Robert Silva morava, perguntando por ele. Ele abriu a porta, se apresentou e os policiais disseram que havia denúncia de tráfico de drogas naquela casa. Eles apresentaram o mandado, que permitia a entrada deles na casa e entraram.]

Robert Silva: Aí já falei assim: "Aí senhor, o bagulho é o seguinte, não precisa esculachar ninguém não, mano. Tem uns bagulho dentro da casa aí, tio". Aí ele falou: "Onde que é?", aí já pegou, já me jogou no chão já. **Foi uma violência bruta** que ele já me deu um rolo e me jogou no chão. "Então é você mesmo", pá, "Já sabia, já sabia" e começou a meter o louco. Aí começou a me enquadrar, jogar minha cabeça, começou a mandar eu procurar, mostrar onde que tava. E quando chegou na delegacia começou a me agredir ainda um pouco, uma agressão. Tomei uns tapa, uns murro, mandou eu tirar a roupa, pra pegar a digital... puxando aqui, o outro dando uns croque, sabe? Tipo tirando uma casquinha, né, mano? Tipo, acabei de prender o traficante, vou bater no mongol, tá ligado? Eles sempre fazem isso.

Ana Paula: Quantos anos você tinha mesmo?

Robert Silva: 16.

[...]

Ana Paula: Na delegacia, você sofreu violência durante o tempo que você ficou lá?

Robert Silva: Não. Os cara só foi falando só, tipo... Eu tava sozinho lá, não tinha ninguém. Aí depois foi chegando uma rapaziada. Aí os funcionário mesmo, assim do corrozinho ali, trocou uma ideia suave, ficou suave comigo. Os cara só falaram: "Ó, mano, vai lá, toma um banho", tá ligado? "Pega um sabonete, pega a roupa, toma um banho. Espera aí." **Infelizmente a marmítex era fria, os bagulho tudo frio... Os cara pega pesado mesmo pra você sofrer... tipo um choque, acho que os cara coloca um choque na sua mente. Já faz tudo isso já pra você se ferrar mesmo e não querer voltar.** (grifos meus)

[Sobre a primeira vez que sofreu abordagem da polícia, que foi quando ele foi apreendido. Fernando – que tinha 13 anos na época – e outros dois amigos vieram correndo da avenida para dentro da comunidade onde moram, quando policiais os avistaram]

Fernando: Eles vieram correndo atrás e fizeram dois disparos. Dois disparos. Eu ouvi o barulho da bala passando perto da minha orelha e foi na hora que eu parei. Os outros moleques, como era mais rápido, conseguiu correr, eu não, fiquei pra trás.[...] Eu lembro deles me bater, me agredir, eu reclamar que eles tinham torcido meu pé. [...] Aí eles me levaram pra frente de um condomínio que tem lá e... começaram a fazer pergunta, essas coisas relacionada ao tráfico, relacionada aos moleque que tava comigo, pra eu falar onde eles estavam, se não eles ia me levar pro Guarapiranga. [...] lembra a parte que eu falei, que eles geralmente dispensa o corpo na Guarapiranga? Eles tavam me ameaçando de me levar pra lá, caso eu não entregasse biqueira, essas coisas. Onde é que tem biqueira, onde é que tava os moleque que tava roubando comigo.

[...]

Ana Paula: Você pode dar um nome pra esse, pra essa situação, pra esse dia que você viveu?

Fernando: Um título pra essa história? **Terror, o pior dia da minha vida.** (grifo meu)

Além dessas situações em que os policiais aplicam a própria punição aos adolescentes por meio de agressões, Otávio também relata situações em que os policiais, ao encontrarem os adolescentes em suposta situação de ato infracional, pegam para si os objetos que estão na posse deles, agridem-nos e os dispensam em seguida, não iniciando, então, um processo formal de incriminação dos adolescentes, mas operando uma espécie de justiça própria contra eles, dispensando os processos legais de apreensão e encaminhamento ao Sistema de Justiça, julgando-os, condenando-os e punindo por conta própria. Misse (2011) pontua que temos no Brasil uma tradição inquisitorial que privilegia mais a "cabeça" dos supostos autores de crimes do que a definição da situação em que os eventos aconteceram. Assim, "a sujeição criminal antecipa-se à busca de evidências empíricas no processo de construção da verdade 'real' [...]. Para poupar tempo e esforços, basta 'apertar' suspeitos e testemunhas para obter a verdade, isto é, a versão dos fatos" (p. 19).

[Sobre a primeira vez que sofreu abordagem da polícia, tinha 12 anos. Havia ido roubar pela primeira vez, convidado por um amigo. Observou que nunca tinha roubado, porque sempre estudou e participou de projetos sociais. Voltaram para o bairro onde vivem com os produtos dos furtos que fizeram. Estavam andando em uma estrada de barro já na comunidade onde vivem.]

Otávio: Do nada, a... Tava tudo escuro, a gente vindo, do nada um carro apagado, quando foi ver era a polícia. Ali foi... enquadrado na certa. Aí a gente tomou enquadrado, aí eles revistaram a gente, viu que a gente tava com os negócio. Aí, pegaram os negócio, mandou um menino embora, ficou com nós. Aí nessa daí que eles ficou com nós, deu uns tapas em nós, uns... como que eu posso dizer? Uns "presta atenção". Mandou nós embora, aí os negócio que nós tinha roubado, eles ficaram.

Ana Paula: Vocês estavam em quantos?

Otávio: Quatro.

Ana Paula: Aí ficou só você e mais um?

Otávio: Ficou eu e mais dois. Um que era mais menor, tinha o quê? Uns 8, 9 anos, eles mandam embora. Aí ficou com nós. [...] Ficou com nós, deu uns tapa em nós. É o jeito que eles sempre chegam, né? A abordagem deles é assim.

Ana Paula: Tapa mesmo?

Otávio: Tapa mesmo. "Mão na cabeça" (fez um som com a boca)... Depois...

Ana Paula: Eles costumam bater em que regiões do corpo?

Otávio: Na cara. Polícia gosta de bater na cara. [...] Polícia gosta de bater na cara, com certeza.

Otávio: Também teve uma situação, aqui no... Terminal de ônibus. Os moleque roubou, conseguiu roubar, e eu e o outro moleque não conseguimos roubar. Aí nessa daí nós... andamos um pouco, voltamos pro mesmo lugar, estouramos o carro. O carro era blindado, nós não consegui. Aí do nada nós lá parado, praticamente moscando, sem noção de nada, chegam dois a paisanas que vem de dentro do terminal. Do nada assim, nós parado, nós já viu alguma coisa, aquele movimento estranho. Eles já pegaram nós aqui, (falou sussurrando:)

"Vem aqui, caralho! Polícia! Vai!". Já pegou nós, já levou nós pra dentro do mercado. Lá tem um estacionamento escurão. Levou nós lá pra dentro, lá pra dentro, eles... Sabe aqueles negócio de pôr a tomada assim, pra colocar tomada? Deram com aquilo na nossa mão, na nossa cabeça. Nossa, nossa orelha, ele apertou nossa orelha tanto que quase abre a nossa orelha. Ficamos mais de meia hora lá apanhando, esperando a viatura pra eles levar. Não levaram nós não. Deram tapa na nossa cara, pisaram no nosso peito, deitaram nós no chão. Tomei tanta reguada que meu nariz quebrou. Dessa vez eles quebrou até meu nariz. Apanhei tanto que cheguei em casa, minha mãe falou "Oxe, o que que aconteceu com você? Você tá todo...". Já fui pro médico direto. Apanhei tanto que...

Ana Paula: Eles bateram e liberaram?

Otávio: Bateram e liberaram, porque a viatura demorou pra levar nós pra delegacia, não chegou. Eles... espancou nós e mandou nós embora. [...] Levou nós pra dentro (barulho com os dedos, insinuando as agressões), foi mais de duas horas apanhando.

[Contando que ele e dois amigos estavam retornando para casa, vindo dos arredores de um estádio, em um dia que estava acontecendo um jogo da seleção brasileira.]

Otávio: Aí nessa daí... isso aconteceu mesmo de verdade, pra você ver.[...] Nessa daí, nós vindo, nós trombou o moleque, o moleque tava com uns B.O., uns toca fita, uns negócio, tomamo enquadro. Nessa daí que nós tomou enquadro, os polícia liberou nós, porque nós tava sem nada. O moleque ficou. Quando nós chegou na favela, nós só ouviu a notícia, o moleque tinha tomado um tiro no pé. Os polícia deu um tiro no pé dele. Ele é amigo do meu irmão. Ele mora lá no morro, lá do outro lado da favela. Os polícia deu um tiro no pé dele. Liberou nós três, como ele tava com uns B.O., a polícia deu um tiro no pé do moleque. Deram um tiro.

Ana Paula: Ele foi pro hospital?

Otávio: Foi pro hospital, mas não foi preso. Deram um tiro no pé dele, liberaram. Ele veio lá do estádio aqui pra quebrada com o pé baleado.

Robert Silva: Me levaram pro meio do mato e... a polícia, cê é louco, me fizeram **um bagulho tenebroso**. [...] Eles pegaram uma vez... Faz muito tempo, eu tava no interior, antes de eu ser preso ainda. A viatura da Força Tática pegou nós, tipo levou a gente pra um mato... tinha um formigueiro lá, era tipo num canavial e os caras querendo que a gente falasse onde tinha droga, essas coisas. A gente num tava com nada, só dando um peão, só que a gente é de São Paulo, no interior, a gente chamava muita atenção, ainda fazia rima, esses baguio... aí o policial pegou, fez a gente tirar a roupa e agachar as partes íntimas no formigueiro, tá ligado? **Foi um bagulho bem pesado. [...] Foi pesado, foi pesado, pesado. Foi triste.** [...] eles pegaram e numa forma de não perder tempo, porque correu atrás da gente, queria saber onde tava a droga. A gente não falou e aí se ferramo com tudo. [...] Aí eles fizeram essa matada com nós aí. (grifos meus)

Todas as situações vivenciadas pelos jovens são de extrema violência e humilhação, difíceis de serem ouvidas. Eles são xingados, ameaçados, espancados, tomam chutes, tapas, murros, são agredidos com trilhos de madeira e réguas de tomada, são jogados no chão e pisados. As agressões ocorrem nos braços, no peito, nas costas, na

cabeça, no rosto, na cara, "polícia gosta de bater na cara". Agressões no rosto em nossa cultura carregam um significado forte de humilhação. Misse (2011) observa que no Brasil existe uma prática antiga de humilhar sujeitos tidos como "sujeitos criminais" cortando-lhes a cabeça, para assinalar sua eliminação. O autor conta sobre a prática da degola, que consiste na "operação de cortar a cabeça do assujeitado criminal" (p. 18) e sobre a prática de humilhação da cabeça (ao invés de sua degola) que grupos de extermínio que atuavam no Rio de Janeiro e na Baixada Fluminense nos anos 1960 e 1970 praticavam, expondo corpos com fios de nylon que serviram para torturá-los enrolados em seus pescoços, acompanhados de cartazes com desenhos de caveiras e tíbias e dizeres que assinalavam a eliminação de mais um bandido. O autor entende essa prática como sintomática, apontando que a cabeça é o que simboliza a identidade do sujeito criminal, "sua 'cara', seu cérebro, sua mente criminosa" (p. 18). Entendemos que a prática da polícia de bater na cara dos adolescentes guarda proximidade com essas práticas, tratando-se de uma forma de humilhação. Uma forma de humilhação e aniquilação simbólica dos considerados como "bandidos". A fala de Otávio indica ainda que ele identifica uma dimensão de prazer nessa ação policial, uma vez que eles "gostam de bater na cara".

Forjamento: forjar o crime, produzir o "bandido"

Outro tipo de prática dos policiais mencionada pelos jovens e seus familiares nos Serviços de MSE-MA é a prática de forjar que os adolescentes estejam cometendo algum ato infracional, ou ameaçar fazê-lo. Otávio relata que essa é uma ação comum dos policiais com os moradores da favela:

Otávio: [...] Tem muito disso também, eles entram... eles forjam as pessoas. Às vezes você tá com uma bucha de maconha, alguma coisa assim, eles forjam você, né? Sem aquela droga ser sua, tem muito disso. Ameaças também. A polícia ameaça bastante.

Ana Paula: Ameaça de quê?

Otávio: Ah, ameaça de forjar, de matar, de muitas coisas. [...]

Ana Paula: Mas essas ameaças, esses forjamentos são feitos com quem geralmente?

Otávio: Geralmente com... até com trabalhador eles fazem isso, com trabalhador também. Mas com... com ladrão também tem muito disso.

No período em que trabalhava no Serviço de MSE-MA, alguns adolescentes relataram que policiais haviam ameaçado forjar que os haviam pego com drogas, simulando que as drogas, que estavam em poder dos policiais, fossem dos adolescentes.

Essas ameaças aconteciam muitas vezes em troca de dinheiro, outras vezes apenas pela ameaça⁷⁰. Alguns técnicos de Serviços de MSE-MA já relataram que presenciaram policiais tentando colocar drogas na posse de adolescentes durante a abordagem. Fernando conta uma situação em que policiais ameaçaram matá-lo, caso não levasse uma arma para eles:

Fernando: [...] Quando eu tava indo comprar pão na padaria, perto de casa, que eles me enquadraram, esses mesmos policiais, e **mandaram eu levar uma arma pra eles**, pra eu me virar pra arrumar uma arma pra eles até 9 horas da noite. Eu tava... indo comprar pão, tipo eles... **mandaram eu levar uma arma pra eles, até 9 horas no lugar X, se não eles ia me matar**. E tipo, aí eu falei pra minha mãe e minha mãe falou "Você não vai. É simples". Porque se eu fosse, ou eles ia me matar, ou eles ia me forjar, ia me levar preso. Um dos dois. (grifos meus)

Quando se forja um crime, está se forjando, se produzindo também o sujeito criminoso, o "bandido". Esse que, em nossa sociedade, tem as marcas que já foram apontadas: meninos jovens pobres negros, que se vestem de determinada forma, que falam de determinada forma, que têm determinado estilo de vida. É o processo de incriminação preventiva contra os sujeitos englobados pela sujeição criminal. Ele é um criminoso mesmo que não esteja cometendo nenhum crime e, nesse caso, pode-se forjar que ele esteja cometendo algum crime sem ter que dar grandes explicações, porque, afinal, ele cola na imagem da representação social do "bandido".

Abordagens policiais frequentes, por vezes diárias; forte vigilância sobre o comportamento dos jovens, seus pertences, suas rotas pela cidade; tratamento dos jovens como "ladrão"; insinuação de que os jovens estejam cometendo ou prestes a cometer algum crime; abordagens que se realizam com agressões físicas e psicológicas; torturas... Entendemos que todos estes fatores indicam que a polícia incorpora os jovens no processo de sujeição criminal, tratando-os como portadores de subjetividades criminosas, como "bandidos", independentemente de eles estarem cometendo algum crime ou não. Os jovens já são incriminados preventivamente pelos policiais, porque supõem que eles são sujeitos do crime, que eles sejam "subjetivamente ligados à transgressão". E se não estiverem cometendo crime algum, é possível forjar que estejam.

⁷⁰A prática da polícia de forjar situações de crime e/ou de troca de tiros para justificar suas próprias ações de prisões e/ou letalidade é conhecida e já foi divulgada por diversas vezes em jornais. Ver: BENITES, Afonso. As armações da polícia que mata. *El País Brasil*. São Paulo, 8 de fevereiro de 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/07/politica/1423331657_253402.html>. Acesso em: 22 mar. 2019.

Misse (1999) toma como objeto de estudo o "conjunto de práticas e agentes representados como 'perigo social', cujo aumento constante é atribuído a uma série de 'causas' sociais cujos efeitos retornavam como causas reiteradas de mais violência", o que ele chamou de uma "acumulação social da violência". Segundo o autor, essa "acumulação social da violência" é medida na representação social pelo volume de mortes, agressões, lutas, roubos, assaltos, sequestros, entre outras situações, e os agentes dessa acumulação são representados como os "bandidos", "marginais", "vagabundos", "traficantes", e, também, principalmente nas áreas urbanas pobres, a "polícia" e os "delatores". Trata-se de um processo de "acumulação social da violência", porque não é algo recente que surgiu como um raio em um céu azul, mas que vem se acumulando ao longo do tempo e se tornando mais intenso.

O autor observa que as representações sociais sobre o que é "violência urbana" delimitam um submundo para localizá-la e para garantir que esse submundo não se amplie para o conjunto das relações sociais. São demarcadas fronteiras entre quem são as pessoas que circulam nesse submundo e as demais, diferenciando-se também agentes e práticas no interior desse submundo. Misse (1999) destaca que "a principal demarcação apóia-se [sic] na expectativa de um certo tipo de experiência social esperada dos agentes acusáveis, de sua subjetividade e posição social" (p. 48), o processo de "sujeição criminal". Misse (1999) analisa que a representação social da "violência urbana" comporta um sujeito social difuso, que é constituído por tipos sociais, identificados geralmente como moradores de "determinadas áreas de 'localização' da pobreza urbana" (tais como as favelas, conjuntos habitacionais populares, bairros formados por casas de alvenaria sem acabamento, prédios deteriorados no centro da cidade, barracos construídos embaixo de viadutos ou próximos a terrenos baldios e aterros sanitários), que comportam indivíduos que trazem determinadas "marcas" que são associadas a esses tipos sociais. Na sua generalização, esse sujeito social difuso da "violência urbana" torna-se um "fantasma social" (MISSE, 1999).

Quando o crime sai da esfera individual da pura incriminação para servir à construção de tipos sociais de sujeição criminal, constitui-se, na representação social dominante, o que se poderia chamar de um fantasma social, um inimigo interno específico cujo perigo será representado como tanto maior quanto maior for sua incorporação por membros da sociedade. [...] Construído por oposição à mera e contingente incriminação de indivíduos que eventualmente cometeram um crime, e agregando em tipos sociais uma heterogênea massa de indivíduos que praticam (ou que se supõe que praticam) habitualmente crimes, o fantasma tende a ampliar a identificação da sujeição criminal a grupos sociais inteiros, tomados como sujeitos sociais potencialmente criminais, mantendo, no entanto, para cada um de seus membros, a expectativa de sua regeneração, conversão ou reintegração à sociedade abrangente. [...] Por extensão, o

fantasma criminal tende a ser identificado com as categorias, tipos e sujeitos sociais cuja normalização seja objeto de preocupação pública, os "pobres". (MISSE, 1999, p. 176)

Misse (1999) entende que, para cada ciclo histórico, corresponde um tipo de "fantasma criminal", que muda de acordo com as mudanças na "sociabilidade urbana" e nos seus "fantasmas sociais". O autor defende que o "fantasma social" mais persistente da modernidade tem sido a "luta de classes": "Um derivativo histórico desse fantasma têm sido a representação dos segmentos mais excluídos socialmente do sistema como constituindo 'classes perigosas'" (MISSE, 1999, p. 180). É por essa lógica que a sujeição criminal só se liga às camadas sociais mais baixas. O autor observa que, ainda que o rico seja incriminado como corrupto ou até assassino, ele raramente é representado como "bandido", e mesmo que caia na definição mais próxima de bandido, sempre é colocado em papéis superiores, de chefe ou mandante. "A estratificação social reproduz-se na estratificação criminal" (MISSE, 1999, p. 181). Quando, eventualmente, um poderoso cai nas malhas da incriminação, ele é posto publicamente como um caso à parte, um desviante e, mesmo que chamado de "bandido" ou "assassino", diferentes atenuações confortarão sua identidade pública e íntima. Além disso, um ponto importante é que ele próprio raramente se sujeita à sua identificação com o "bandido", como se soubesse que existe uma diferença. Ele parece se representar como alguém que se excedeu, que passou dos limites no jogo de interesses, mas que não rompeu inteiramente com as regras do jogo da sociabilidade.

O indivíduo não é subjetivamente afetado, apenas sofre pelo fracasso de sua aposta e pela deterioração momentânea de sua identidade pública, mas ele tem recursos para manipulá-la mais à frente. Sabe-se fracassado, derrotado na aposta, mas sabe-se capaz de refazer a sua inserção social. Não é exatamente um bandido, seu tipo social não se condensa facilmente com a sujeição criminal. (MISSE, 1999, p. 182)

É o processo da sujeição criminal que opera a vinculação da pobreza à criminalidade, espalhando, assim, a sujeição criminal aos moradores das áreas periféricas e das favelas, como observado pelos jovens nas entrevistas. Segundo Misse (2010), o processo de sujeição criminal ganhou uma nova dimensão com a ampliação do mercado do varejo de drogas ilícitas. Isso porque o surgimento de redes de quadrilhas que passaram a controlar aglomerados urbanos de baixa renda (favelas, conjuntos habitacionais, "lotes" da periferia) aconteceu de um jeito característico: eram instalados "pontos de venda", guardados por "soldados", onde os pequenos vendedores ofereciam a mercadoria a consumidores locais e/ou de outras regiões da cidade. O que acontecia é que toda a área

onde se localizavam os "pontos de venda" acabava constituindo um "território" do tráfico a ser defendido de outras redes de quadrilhas e das incursões da polícia⁷¹. A sujeição criminal, então, também se "territorializa" nas áreas controlados pelas "quadrilhas" que, mais que dominar os pontos de venda de drogas, disputam as normas e as significações dos jovens. Nesses territórios, a sujeição criminal ganha contornos espaciais e se amplifica nos sujeitos locais e mesmo nas crianças e adolescentes cuja sujeição é esperada. A sujeição criminal cria, então, identidades para a opressão e o extermínio, os "bandidos". É desta forma que entendemos que o conceito de sujeição criminal ajuda a entender a lógica que faz dos moradores das periferias e das favelas alvos da violência policial e a compreender as falas dos jovens a respeito da visão que os policiais têm dos moradores da favela, ou seja, vendo-os como "bandidos" e à mercê da força "fora de controle" contra eles.

Entendemos os jovens como "cidadãos de um espaço ferido", como analisado por Ferrándiz (2002). Segundo o autor, o "espaço ferido" seria um:

espaço sociológico, geográfico, corpóreo, simbólico e existencial de qualidades ambíguas, ao mesmo tempo duro e vulnerável, corriqueiro e extraordinário, tenso, mas cotidiano, finalmente precário, articulado na periferia socioeconômica e nas sombras da suspeita, da pobreza, da criminalização, do estigma e da morte (p. 73).

A vida dos jovens no espaço ferido é a que convive com as incursões violentas da polícia na favela, com a vigilância constante sobre eles (sobre os percursos que fazem, os objetos que carregam), com as abordagens policiais constantes, marcadas pela violência, com a falta de garantia de direitos, com a morte de amigos. As experiências que têm lugar em um espaço ferido não devem ser analisadas isoladamente das condições sociopolítico-econômicas nas quais se constituem, não são redutíveis a explicações medicalizadas, nem a projeções de corte burocrático, ou a critérios de objetividade estatística. Trata-se de um modo traumático de "estar-no-mundo", dificilmente comunicável, raramente verbalizado, com um grande potencial para desestabilizar universos simbólicos e pouco compatível com noções absolutas tais como verdade ou falsidade (FERRÁNDIZ, 2002). Otávio

⁷¹ Misse (2010) explica que não existe relação necessária entre o varejo de drogas ilícitas e a violência. Essa relação só acontece quando o tráfico se territorializa e opera com jovens pobres. Isso porque as quadrilhas entram em frequentes conflitos entre si pelo controle dos territórios e porque os jovens desses territórios, de baixo poder aquisitivo, são submetidos a um sistema de consignação de vendas e a uma relação de subordinação ao chefe da quadrilha, em que a dívida é paga com a morte. Quando esse varejo acontece nas classes média e alta da sociedade não se associa da mesma maneira à violência, porque é operado por indivíduos e não por quadrilhas (não sendo, então, baseado no controle de territórios) e a relação é direta com o consumidor.

aponta para essa dimensão ao nos dizer que a agressividade com que a polícia age contra os moradores da favela "só quem mora na comunidade pode imaginar. Não é fácil, né?". Trata-se de uma experiência dificilmente comunicável, não passível de compreensão fora de sua vivência, só quem a vive sabe como é. E não é algo individual, mas compartilhado, um sofrimento comum à comunidade.

Misse (1999) afirma que a sujeição criminal se ancora "num plano macro de acumulação social da violência e tipos sociais constituídos e representados por sujeitos criminais produzidos em contextos sócio-históricos determinados" (p. 21). O autor constata que existe uma complexa afinidade entre certas práticas criminais – as que provocam abrangente sentimento de insegurança na vida cotidiana das cidades – e certos "tipos sociais" de agentes demarcados (e acusados) socialmente pela pobreza, pela cor e pelo estilo de vida.

Sempre que possível, esses agentes trarão signos corporais que comunicam uma "suspeita" de sua sujeição – sinais de perigo social –, signos que contextualizam idade, gênero e cor com sinais de sua classe social (ou "subclasse"), educação, descontrole moral, uso de convenções sociais, além de símbolos negativamente interpretados, como certos tipos de tatuagens, de cicatrizes, cortes de cabelo, de gestos e modos de andar, de olhar, de conversar, de se vestir. Tipos sociais e incriminação individual se intercambiam ou se complementam em várias áreas, produzindo com o tempo tipos sociais de sujeição criminal historicamente fixados. (MISSE, 1999, p. 48)

Há todo um corpo envolvido no processo de sujeição criminal. Os jovens apontam as características que fazem deles alvos preferenciais da abordagem e da violência da polícia (que nos indica que eles são pegos pela sujeição criminal): meninos, jovens, negros, moradores das periferias e favelas, que se vestem de bermuda, camiseta de time, chinelo, boné, têm um jeito específico de andar "que nem malandro assim", um jeito específico de falar, que "têm passagem", que já foram pegos pelas malhas da justiça e incriminados.

Feltran (2011) descreve, com base na etnografia em um bairro da periferia leste da cidade de São Paulo, que existe uma necessidade premente de distinção do estatuto de adolescentes e jovens na comunidade (trabalhadores ou bandidos), a partir da aproximação deles ao "mundo do crime". Essa distinção vai contaminar toda a família deles e seu círculo primário de relações. Esta seria uma primeira etapa do processo de construção social do sujeito criminal, o que podemos entender como uma primeira etapa do processo de sujeição criminal em sua dimensão social. A incorporação social feita dos adolescentes e jovens à sujeição criminal se amplifica para seus familiares e para pessoas ao seu redor. Podemos perceber esse processo quando Robert Silva relata situações em

que os policiais entram na casa de moradores da favela, suspeitos de algum ato infracional ou crime: "Porque eles, assim, quando chega, se você é meu pai, minha mãe, você não presta que nem eu... você é da mesma laia"; ou ainda quando policiais enquadram os técnicos de Serviços de MSE-MA que estão acompanhando adolescentes e jovens atendidos na rua; quando invadem Serviços de MSE-MA e chamam os técnicos de "defensores de bandidos"⁷², entre outras situações. Feltran (2011) observa ainda que, durante momentos de crise de violência, como na ocasião em que aconteceram os "crimes de maio"⁷³, surge uma necessidade, condicionada socialmente, de distinção do estatuto público de todos os que se parecem com os "sujeitos criminosos". Nessa situação, são mortos não necessariamente quem cometeu crimes, mas quem partilha características com aqueles identificados publicamente como "os criminosos", como cor da pele, idade, estilo de roupas e acessórios e, como apontado por Otávio, jeito de andar, jeito de falar, "ou seja, os jovens das periferias urbanas" (p. 187). Aqui opera a lógica da sujeição criminal de focar a repressão não no ato infracional ou no crime, mas no indivíduo. Sobreposto, então, à ação, "o indivíduo passa a conter o ato ilegal em sua natureza" (p. 187):

Inscrito agora no corpo do praticante, o ilícito vai se demonstrar publicamente por onde circular o indivíduo. Todos que o veem enxergam ali um criminoso. As figurações públicas comandam, a partir daí, a repressão policial dirigida sistematicamente, a partir daí, a todos os que lhe são semelhantes em natureza. Por isso, quando meninos de favela andam por ruas centrais, *shopping centers* ou de bairros de classe média de São Paulo, a polícia está de olho neles. Nas universidades públicas não é diferente. Fora da favela, eles manifestam em

⁷² Houve um caso emblemático em que policiais invadiram a casa de um Serviço de MSE-MA da cidade de São Paulo, em 2016, revistaram os adolescentes que estavam participando de atividades na casa naquele momento, filmaram eles e os técnicos do Serviço e, por fim, levaram um dos técnicos para a delegacia, por ter contestado a ação dos policiais. Outros casos de invasões policiais a Serviços de MSE-MA aconteceram antes e depois deste. Feltran (2011) relata alguns casos de invasões à sede do Cedeca Sapopemba em seu livro.

⁷³ Em maio de 2006, aconteceu um episódio em São Paulo que ficou conhecido como "os crimes de maio". De acordo com Feltran (2011), aconteceram diversos ataques armados e simultâneos a postos e viaturas da Polícia Militar, delegacias da Polícia Civil, agentes e prédios públicos. Ao mesmo tempo, eclodiram também rebeliões em presídios e unidades de internação de adolescentes em todo o estado. O autor afirma que esta pauta não saía da imprensa, que divulgava que se tratava de ataques do PCC, o inimigo sobre o qual não se conhecia o potencial bélico, e que estes ataques estavam se espalhando sem controle algum. Foi a divulgação feita pela imprensa sobre o número de assassinatos de "suspeitos" produzidos pela polícia que acalmou a "opinião pública" e seus formadores. Na lista oficial divulgada pela Secretaria Estadual de Segurança Pública dez dias depois do início dos eventos, foram registrados 40 agentes do Estado mortos pelos ataques "do crime" e 128 pessoas mortas pela polícia. Seis meses depois, o jornal *O Estado de S. Paulo* divulgou um levantamento realizado em 23 Institutos Médico-Legais no estado, que indicava que entre os dias 12 e 20 de maio de 2006 aconteceram, ao menos, 493 homicídios em São Paulo. Feltran (2011) observa que era uma tentativa de se fazer crer que a crise era causada por uma cúpula criminal altamente profissionalizada, no entanto, a contraofensiva oficial focava em adolescentes e jovens das favelas, grande parte que não necessariamente tinha qualquer envolvimento com práticas criminais, mas que, para o senso comum, se pareciam com "os criminosos". O autor entende que este aspecto demonstra que, para o senso comum, estes adolescentes e jovens das favelas representam a causa da violência urbana.

seus corpos, não importa o que façam, a representação nítida da *violência urbana*. (FELTRAN, 2011, p. 187)

2.3.3 "Vai pendurar um troféu lá que ele me bateu"

No decorrer das entrevistas, os jovens usaram palavras diversas para caracterizar os sentidos que a polícia tem na vida e no cotidiano deles: "caçada"; "certeza que mais uma mãe vai chorar, um mano vai ser preso, ou algum amigo seu vai ser preso"; "falta de respeito"; "intolerância"; "agressividade"; "enquadros"; "descaso"; "opressão".

Ao longo dos relatos sobre as abordagens policiais que sofreram, os jovens usam expressões que classificam como foi para eles aquela situação, desde "foi de boa"; "foi tranquilo", até "foi uma violência bruta", "foi pesado, foi triste", "esse dia foi difícil".

Podemos perceber que, apesar de as abordagens policiais e a violência policial serem cotidianas para os jovens, o que faz com que eles tenham que construir maneiras de lidar com ela pragmática e emocionalmente, não se trata de algo insignificante para eles, algo que seja tão naturalizado que não lhes importe, que não os marque de alguma forma. Percebemos isso, por exemplo, quando Robert Silva conta as abordagens que toma na Virada Cultural:

Robert Silva: Tipo, não tinha um dia que eu não chegava em casa e não falava: "Nossa, tomei uns 7 quadros, 6...

Também percebemos isso quando eles reconhecem que houve excesso da polícia, um "abuso de poder", nas palavras de Otávio, quando enfatizam como a violência policial se deu de forma descabida, exagerada. Como na ocasião da primeira abordagem policial sofrida por Robert Silva, em que ele repete várias vezes que estava mexendo na mochila pra pegar manga, que estava chupando manga, manga, manga...

Robert Silva: Nessa, eu tava voltando pra avenida, pra pegar a peruca, tava **chupando uma manga**. Então, eu tava **mexendo na bolsa pra pegar uma manga**, tinha uma sacola com quatro **mangas**. Aí, eu **mexendo na bolsa**, tá ligado? E aí, eu peguei, parei num canto do muro, **mexendo na bolsa** [...] aí eu fui explicar que eu tava indo pra casa dos meus pais, tava **comendo manga**. Aí, os caras pegaram ainda a **manga** que eu tava e jogaram no chão. [...] (grifos meus)

Robert Silva enfatiza que estava em uma ação cotidiana, inocente, antes de contar o modo como a polícia o abordou naquele dia. Em outra situação contada por Otávio, ele

também enfatiza a ação dos policiais de ter dado um tiro no pé de outro adolescente, um tiro, um tiro...

Otávio: [...] Quando nós chegou na favela, nós só ouviu a notícia, **o moleque tinha tomado um tiro no pé. Os polícia deu um tiro no pé dele.** [...] **Os polícia deu um tiro no pé dele.** [...] **a polícia deu um tiro no pé do moleque. Deram um tiro.** [...] **Deram um tiro no pé dele,** liberaram. (grifos meus)

Em outra situação, Otávio enfatiza que os policiais bateram nele e nos amigos "no meio da população toda", "sem dó", que "não tiveram noção de nada":

Otávio: [...] Já começou (barulho com as mãos, insinuando que estavam batendo)...**batendo em nós na frente da rua.** [...] eles **batendo em nós no meio da população toda.** [...] Porque nesse dia **eles não tiveram noção de nada,** quem tava, se a população tava olhando. Já desceram batendo. [...] **Sem dó, na frente de todo mundo.** [...] **era na frente de todo mundo. Sem dó.** (grifos meus)

Os jovens, mesmo habituados a ser violentados pelas forças policiais, o que faz com que eles tenham que criar formas para lidar com essa experiência, são impactados e marcados por essa violência de alguma forma.

Outra análise que os jovens fazem sobre as práticas violentas dos policiais é que eles agredem, "atrasam", "esculacham" para se divertir:

Ana Paula: Você falou que nessa época você era abordado todo dia, né? O que você acha que isso quer dizer? Você ser abordado todo dia.

Fernando: Sei lá, acho que, tipo, diversão pra eles. Acho que, em vez dele tá realmente preocupado com a população, preocupado em prender bandido, eles tava trabalhando pra se divertir. Se divertir batendo nos outros.

[Contando sobre uma abordagem em que os policiais o agrediram e aos amigos e no final mandaram que eles saíssem correndo]

Fernando: É, mandou sair correndo. Tipo, acho que é mais por diversão que eles fazem isso.

Robert Silva: Só pelo zoar mesmo. Ele não vai ganhar nada com isso. Ele me bater, vai chegar na casa dele, vai pendurar um troféu lá que ele me bateu? Não vai ganhar nada com isso. Ele só faz pra zoar mesmo. Tirar onda.

São ações gratuitas, sem propósito, além de "tirar onda", "zoar", algo que diverte e dá prazer aos policiais. Essa análise dos jovens nos remeteu a algo que Mbembe (2018) afirma ao descrever o "comando" operado pelo colonialismo:

Comandar sempre se faz acompanhar pela vontade de humilhar o nativo, de insultá-lo, de fazê-lo sofrer enquanto se obtém uma certa satisfação com esse sofrimento e com a pena ou a repulsa que ele eventualmente suscita. (MBEMBE, 2018, p. 195)

Mbembe (2018) está se referindo à colonização de povos africanos. Reconhecemos a importância do cuidado ao fazer aproximações. No entanto, como no Brasil também houve colonização europeia da população indígena e um longo e violento processo de escravização de indígenas e africanos, entendemos que esses processos guardam alguma semelhança. A humilhação dos jovens e o prazer extraído dessa ação não seria algo pessoal, da subjetividade dos policiais, mas teria relação com o modo de poder exercido sobre esses jovens.

Nessa relação, a polícia, que eles entendem que tem o papel de proteger a população, não significa proteção para eles:

Fernando: [...] a polícia... pelo menos o que diz na mídia é que espera que a favela... é... os moradores de bem da favela ajude eles, né? Tipo... E pra procurar mais eles. Mas quando a gente tem a precisão de procurar eles, eles acaba fazendo isso com a gente, né? Então... Vai alterar no quê? Eu não vou contar pra nada com a polícia na minha vida mais. Eu vou preferir contar com bandido do que contar com a polícia, entendeu? Ou eu mesmo fazer, se acontecer qualquer coisa comigo, eu mesmo correr atrás do prejuízo.

Ana Paula: Você já recorreu à polícia como proteção?

Robert Silva: Não. Nunca. Nunca recorri à polícia como algum tipo de proteção. Sempre como ao contrário. Procurei o crime como proteção.

Ana Paula: E aqui, você acha que alguém recorre?

Robert Silva: Não. Não. É diferente. Aqui não tem essa. A comunidade criou... Se montou ela mesma sem o apoio da lei. A lei aqui funciona pra... pais que não pagam pensão, Conselho Tutelar, uma mãe que não tá cuidado bem do filho... Essa parte, age, agora... (inaudível) morte, tudo, aqui quem resolve é o crime.

A lei funciona na favela atrás do erro das pessoas e a polícia segue essa lógica. Frente à arbitrariedade da atuação do Estado para com eles, recorre-se ao "crime" para mediar e solucionar os problemas. Misse (1999) observa que, para pessoas de segmentos mais pobres da sociedade, especialmente para uma maioria de jovens pertencentes às classes populares, a corporação policial foi atingida pela desconfiança, seguindo a mesma lógica da produção da sujeição criminal. Os policiais tornaram-se "estrangeiros", viraram os "alemão", ou, nos termos usados pelos jovens que atendia no Serviço de MSE-MA, os "gambá", os "vermes": "inimigos mortais, representados como cruéis, arbitrários, desleais, corruptos, servis em relação aos 'bacanas', enfim, como covardes" (p. 66). Assim, não é a "ausência do Estado", mas sua "presença" na forma do poder discricionário e arbitrário da polícia e de seus braços (os delatores e os X-9), e da corrupção policial, "que constitui um dos principais focos de enfrentamentos, violência e revolta nas favelas,

conjuntos habitacionais e bairros pobres" (MISSE, 1999, p. 66-7). Para Otávio, deve-se procurar não esquecer os casos de violência operados pela polícia e, para que essa situação mude, os policiais devem ouvir a população e ter mais respeito no tratamento às pessoas:

Ana Paula: Se você fosse um especialista em Segurança Pública e aí você fosse chamado pra dar uma opinião sobre a atuação da polícia, o que você diria? O que você acha?

Otávio: Dependendo do caso, eu ia procurar sempre... ver o que a polícia tava fazendo de certo e o que que a polícia ia tá fazendo de errado. Porque hoje em dia, você vê o quê? Descaso é grande. A polícia fez, a polícia faz aquilo, mas a corregedoria não corre atrás. Deixa as famílias de lado. Passou um tempo, foi esquecido, é esquecido. Vai procurar o quê? Não esquecer... dos casos que passam [das passagens da polícia], ia sempre tá procurando ajudar as famílias.

Ana Paula: As famílias de quem?

Otávio: Das pessoas, de... Porque tem muitas pessoas que são mortas pela polícia e as famílias é deixada de lado, ninguém quer saber por que a polícia matou aquela pessoa...

Otávio: Eu acho que... a partir do momento que eles sabem conversar, dar um espaço de voz pras pessoas poder falar, eu acho que a partir daí tem uma mudança. Não chegar batendo, dar um espaço pra pessoa falar também, né? Não querer só ser o dono da razão. Porque tem muito disso. Não respeita.

Ana Paula: Tem mais alguma coisa que você acha que faltou, ou que você gostaria de falar?

Otávio: Só o respeito da polícia que ela tem que ter mesmo. Saber respeitar, independente da classe social. Todo mundo tem o direito de ser feliz, né? (risos)

Ana Paula: Só aproveitando um pouco essa última fala, você acha que se a pessoa é envolvida com o crime, tudo bem? Ela merece esse tratamento desrespeitoso?

Otávio: Não. Independente.

Para Fernando, não há solução:

Ana Paula: Se você fosse um especialista em segurança pública, Fernando Vasconcelos, convidado pra dar uma palestra em um evento sobre a atuação da polícia. Como você acha que seria resolvida essa situação de violência policial?

Fernando: Seria resolvida que se eu fosse, eu ia acabar morto, porque a polícia nunca vai mudar.

Ana Paula: Você acha que não tem solução? Que isso vai ser sempre assim?

Fernando: Pode mudar um ou outro, mas... o todo nunca vai mudar.

2.4 Dos afetos e dos modos de subjetivação

2.4.1 Dos afetos mobilizados

Ao longo das entrevistas, os jovens se referiram a diversos afetos mobilizados nos momentos de abordagens policiais e/ou frente à polícia.

Para Robert Silva, é evocada uma atitude corporal diante da polícia:

Ana Paula: Então, quando eu falo "polícia", que sentimento ou pensamento que te vem?

Robert Silva: Ah... Corre. (risos)

Ana Paula: Corre? (risos)

Robert Silva: **Nada bom.** [...] Você fala polícia na quebrada, mano... é **certeza que mais uma mãe vai chorar**, um mano vai ser preso, ou **algum amigo seu vai ser preso**. Tem até uns mano que brinca que quando entra a civil, fala: "Vixe, já tem algum mano caçado. Já vou me despedir dos mano", porque já acha que é **uma caçada**, que é com mandato, então os cara mesmo já se alarma, tá ligado? Então é um sinal. Tipo, falar polícia na quebrada **o sinal é alarme. Alarme total.** [...] Então, você vai ouvir a palavra polícia, você **corre.** [...] Nas casa, se esconde. (grifos meus)

Polícia na quebrada não é "nada bom", é a certeza do choro de uma mãe, da prisão de amigos, é uma caçada. Polícia na quebrada significa alarme, "alarme total". Dado o modo de atuação da polícia dentro da favela e contra seus moradores, a relação entre polícia e quebrada é marcada pela tensão. Por isso, quando se falar de polícia na quebrada, a reação é correr e se esconder dentro de casa.

O medo é um sentimento bastante mencionado pelos jovens na experiência das abordagens policiais. Quando pergunto a Otávio sobre pensamentos e sentimentos evocados quando falo "polícia", ele traz o medo que sente quando está fora da comunidade, por características suas ("jeito de andar, o jeito de falar, o jeito de se vestir, a cor") que o colocam como alvo das abordagens policiais. Quando pergunto que imagens lhe vêm à cabeça quando eu falo "polícia", ele diz que vêm várias imagens de enquadros policiais, em que aconteceram violências físicas, xingamentos e humilhações que não poderiam ter acontecido. Não à toa, Otávio escolhe para definir a polícia as seguintes palavras: "Falta de respeito, intolerância e agressividade".

O medo também é vivido por Robert Silva e Fernando por causa das abordagens policiais que sofreram. Fernando fala do medo que sentiu na primeira experiência de

abordagem que viveu, ocasião em que foi apreendido. Dois tiros disparados pelos policiais passaram perto de sua orelha, ele foi agredido fisicamente e ameaçado de morte.

Ana Paula: O que você sentiu?

Fernando: (Suspiro alto) **Medo, muito medo**. Tipo... Até pra falar, **eu falava com a voz trêmula. Eu tava tremendo a todo momento**, com mau pressentimento.

Ana Paula: Você achou que eles poderiam cumprir as ameaças...

Fernando: É.

Ana Paula: Bom, e também uma bala passou perto de você, né?

Fernando: É.

Ana Paula: Você pode dar um nome pra esse dia que você viveu?

Fernando: [...] Terror, o pior dia da minha vida. (grifos meus)

O medo é vivido no tremor do corpo e da voz e foi tão intenso que ele escolhe esse título para nomear essa situação. Fernando ainda se refere ao medo quando conta sobre o dia em que ele e os amigos sofreram violência de policiais em uma praça e depois ao serem liberados um por um e com ordem de saírem correndo: "E o medo de levar um tiro pelas costas, né?".

Para Otávio, o medo que sentiu em sua primeira abordagem policial era referente à possibilidade do aprisionamento:

Ana Paula: Mas durante a abordagem, que sentimentos você sentia?

Otávio: Ah, um **medo**, aquele **frio na barriga**, né? "O que será que vai acontecer? Eu vou pra Febem? Eu vou parar lá dentro?". É... dava um frio na barriga. (grifos meus)

Robert Silva também conta sobre o medo e o tremor no corpo que sentiu na primeira abordagem policial, quando tinha 11 anos e estava indo sozinho da casa do pai para a casa da mãe. Quando o policial desceu correndo do carro em sua direção e começou a questioná-lo sobre o que estava fazendo e o que tinha na bolsa, ele não soube o que responder:

Robert Silva: [...] Aí **já comecei a tremer**, entendeu? (risos) Não sabia nem o que falar. [...] Eu **fiquei apavorado**[...]. E os cara já acham que eu tava fazendo alguma coisa errada, mas eu num tava com nada, tava indo pra casa da minha mãe. [...]

Ana Paula: Você tinha quantos anos, você lembra?

Robert Silva: Ah, eu tinha uns onze anos. Era molequinho ainda, **tinha mó medo desses bagulho**. [...] Foi tranquilo, mas tipo assim, como é o primeiro enquadro que você toma na sua vida, **você fica apavorado** o jeito que ele chega abordando, chutando as perna assim, você... tá ligado?

[...]

Ana Paula: E você lembra que reação isso provocou em você?

Robert Silva: Ah, na hora deu **desespero**... **Comecei a tremer** mano. [...] É, porque que nem eu falei, eu lembrei dos cara falando, os mais velho: "Tomar um enquadro vai ser foda... Você nunca tomou pá dos polícia... Quando os caras verem que você é virjão, vão te bater e pá"... e **você fica em choque**, mano... "Caraca mano, será que é isso mesmo?", tá ligado? E realmente acontece. (grifos meus)

O "choque" é uma reação que foi citada por Robert Silva algumas vezes, uma delas quando mencionou uma situação que ele definiu como "bem tranquilo" e outra quando tomou a abordagem e estava sem os pais e ficou "em choque". Robert Silva refere-se ainda ao "choque" como algo provocado intencionalmente quando ele ficou preso na delegacia, antes de ser encaminhado à Fundação Casa:

Robert Silva: [...] Infelizmente a marmiteira era fria, os bagulho tudo frio... Os cara pega pesado mesmo pra você sofrer... Tipo um **choque**, acho que **os cara coloca um choque na sua mente**. Já faz tudo isso já pra você se ferrar mesmo e não querer voltar. (grifos meus)

Robert Silva traz a dimensão do sofrimento da experiência de ficar preso, a qual ele se refere também em outro trecho, em que fala sobre o sofrimento de ter o estereótipo da representação do "bandido", o que faz com que existam casos em que "trabalhadores" são presos por policiais, porque confundidos e classificados como "bandidos".

Robert Silva: Tem vários caso aí de pessoa aí que... tava trabalhando e tudo, os policial chegou e... porque confundiu com a altura, o jeito de falar, o corte de cabelo: "É você. O bandido é você". E a prova? Pra você colocar... passar mais de um dia na prisão, parceiro, você tem que ter uma prova forte. Você vai me dar o que depois? Dinheiro? Mano, dinheiro, pra uma cicatriz na alma, não vale nada, parceiro.

Otávio e Fernando falam sobre o trauma que as experiências de serem esculachados, ameaçados, violentados pela polícia podem acarretar.

Fernando: Eu fiquei **traumatizado**, não conseguia sair na rua sozinho. Se eu saísse na rua, tinha que sair com a minha mãe, com o meu pai.

Ana Paula: Por medo...

É. (grifos meus)

Otávio: Eu acho que... ninguém merece passar por isso, né? Então... a partir do momento que ela passa, vai causar um **trauma**, vai causar um **medo**. Eu conheço casos disso, da polícia ameaçar a pessoa e a pessoa não querer mais sair de casa. Aqui em cima mesmo, na viela de cima tem um menino. Sofreu uma abordagem, a polícia desceu a ripa nele e ele... ficou um tempo sem sair de casa, **causou um trauma**. Eu acho que... aos poucos a pessoa tem que esquecer aquilo, que aquilo que passou, passou e tem que levar a vida pra frente.

Ana Paula: Você já teve alguma reação assim, parecida?

Otávio: Não, não. (grifos meus)

Podemos perceber que na experiência de ser esculachado, ser preso, ser violentado existe uma dimensão de sofrimento com a qual os jovens precisam lidar. No caso de Fernando, isso aconteceu por meio de acompanhamento psicológico e do afastamento dele, por um tempo, do local de moradia, onde estava sendo ameaçado.

Ana Paula: E o que você acha que seria um tratamento necessário pra quem sofreu violência policial? Você, enquanto especialista.

Fernando: Tratamento necessário? Fornecer tratamento psicológico. Foi assim que eu consegui me erguer, né? E, pelo menos afastar essa pessoa que sofreu. Afastar ela um pouco da região, que isso também adiantou muito pra mim, que eu acabei indo parar num abrigo lá na Zona X.

Ana Paula: Você acha que isso foi bom?

Fernando: De certa parte sim.

Ana Paula: Que certa parte foi bom?

Fernando: Certa parte que, depois que eu voltei, quase não fui enquadrado mais, né? Ainda teve alguns enquadros, mas poucos. Comparado como era antes, bem poucos mesmo.

[...]

Ana Paula: E aí, com essas conversas [no atendimento psicológico] e tudo, você...

Fernando: É. Comecei a... a conseguir sair sozinho na rua, né?

No caso de Otávio, o cuidado se deu entre amigos:

Ana Paula: E quando você sofreu violência, você teve algum apoio?

Otávio: A não ser dos amigos (risos). Só. Porque meus problema da rua, nunca trouxe pra dentro de casa. Sempre foi conversando com os amigo mesmo.

Ana Paula: Por que você não trazia pra casa?

Otávio: Porque minha mãe não aceitava que eu levava aquela vida, né? Então... Nunca quis trazer pra casa. Os amigo da rua tinha a mesma rotina que eu. A mesma vida que eu levava, eles levava, então... Sempre procurei desabafar com eles mesmo.

Ana Paula: E ajudava?

Otávio: Ajudava, né?

Para "levar a vida pra frente", eles desabafam com amigos, saem da região de moradia, passam por tratamento psicológico, têm que esquecer "aquilo que passou". A situação de ameaça vivida por Fernando faz com que até hoje ele não viva "realmente tranquilo":

Ana Paula: Você vive tranquilo?

Fernando: Hoje... Tranquilo, realmente eu não vivo não. Porque qualquer hora eu posso trombar esse policial e qualquer hora ele pode me enquadrar, mas... um pouco mais tranquilo do que antigamente, sim.

Fernando e Robert Silva relatam que uma situação marcante vivida por eles na relação com a polícia foi a morte de amigos próximos. O sentido de morte relacionado à polícia é mencionado por Fernando. Quando pergunto a Fernando o que lhe vem quando se fala "polícia", ele prontamente responde: "Assassino", e quando pergunto que imagens lhe vêm à cabeça, ele responde, com um sonoro suspiro:

Fernando: Imagem de dois amigos meus sendo mortos na minha frente.

Ana Paula: Você presenciou a morte de dois amigos?

Fernando: (Acenou positivamente com a cabeça)

Ana Paula: Como foi?

Fernando: Um amigo meu tava voltando do trabalho. Ele... tinha algumas passagens, só que ele tinha entrado na igreja... tudo. Acho que a polícia... pelo menos pelo que eu vi, o polícia tava drogado, pediu pra ele parar, ele não parou, tava de moto, tava sem capacete também, não parou. Nisso... é... eles bateram o carro na moto, ele caiu da moto. Nisso que ele foi levantar, os polícia sentou o dedo nele. Foi na rua de casa isso.

Ana Paula: Você assistiu?

Fernando: (Acenou positivamente com a cabeça) [...] E o outro foi o Matheus [nome fictício]. Eu andava com ele... e ele... ele... realmente ele tava voltando do corre. Só que o policial não parou ele, nem nada. Só sentou... chegou sentando o dedo, matando ele mesmo. [...] Ele já... ele já tinha dado a fuga. Acho que o policial deve ter reconhecido ele, mas no caso só passou atirando. [...]

Ana Paula: E você estava lá também?

Fernando: É, eu tava... lá com ele... e... Foi na hora que o policial passou atirando. Ele tava com os flagrante na mão, né... Porque ele tinha acabado de chegar mesmo.

Ana Paula: Nossa, então poderia ter pego em você também?

Fernando: Poderia. Se eu não fosse tão esperto e tivesse corrido, né? Mas acho que também se fosse pra ser eu, acho que... teria sido também. Não era o momento.

[...]

Ana Paula: Você já perdeu mais amigos?

Fernando: Muitos, só que eu não presenciei. Tem um recente agora, que é o Carlos [nome fictício]. Ele tava... ele foi roubar na avenida... só que... tipo, não precisava a polícia ter matado ele, que ele tava desarmado, ele já tinha se rendido, pelo que a família dele fala, porque esse eu não presenciei. Ele já tinha se rendido... mas a polícia matou do mesmo jeito. Não quis saber, só sentou o dedo e pronto. Depois jogou uma arma lá no nome dele e falou que... ele reagiu.

Fernando presenciou as mortes dos dois amigos e em todos os casos enfatiza a desproporcionalidade, a arbitrariedade e a crueldade da ação da polícia. No caso do primeiro amigo, nem sua conversão religiosa adiantou para preservar sua vida; para o segundo amigo não foi dada nem a chance de se render; e para o terceiro, não importou sua rendição e, para justificar sua morte, os policiais forjaram sua reação. A sobrevivência de Fernando, no caso em que estava próximo da situação, se deve ao fato de ele ter feito

o que Robert Silva mencionou: quando a polícia entra na "quebrada", as pessoas devem correr o mais rápido que puderem.. Fernando fala com pesar sobre as mortes dos amigos que ele presenciou e as classifica como experiências marcantes com a polícia, que lhe mostraram que não se pode confiar nela:

Ana Paula: Dessas situações todas que você contou e que você passou, o que mais te marca? O que fica de tudo isso?

Fernando: Que eu não posso confiar na polícia e tipo a cena do... do meu amigo, que... eu considerava ele meu irmão. A cena dele sendo morto na minha frente. É o que mais marca. Se você perguntar pra minha mãe, a minha mãe vai falar: "Ele vivia aqui em casa, os dois vivia falando que um era irmão do outro". Então, tipo... Eu acho que... essa foi a coisa mais marcante.

Ana Paula: Isso você era pequeno, né?

Fernando: É.

Ana Paula: E ele tinha quantos anos?

Fernando: Ele tinha 21. Ele era quase como se fosse um irmão mais velho pra mim.

Robert Silva também teve um amigo próximo assassinado por policiais, situação também classificada por ele como marcante:

Ana Paula: Tem alguma situação especial com a polícia que você lembre, que te marcou por algum motivo? Ou bom ou ruim... Além dessas que a gente já falou.

Robert Silva: Ah, só que fiquei sabendo que mataram o meu amigo, que os polícia mataram ele. Meu amigo, que eu tipo, chamava ele de irmão, considerava o mano como irmão, mataram o cara no portão da casa dele.

[...]

Ana Paula: E o que aconteceu mesmo?

Robert Silva: Pegaram ele fumando maconha e começaram a bater nele... A dar vários murros aqui nele, aqui assim, com aquelas luvas de Rocam... dar vários murros e o moleque é novo, o moleque não aguentou. Estourou a costela e ele teve uma hemorragia interna. Levou pro hospital já tarde demais... Até chegar o Samu. Como eles tinha moto, não tinha viatura, esperou o Samu. Chegou no hospital já quase morto. Chegou no hospital, depois de meia hora, veio a certeza que ele faleceu. Aí foi foda. Ninguém consegue provar que foi os policial que matou ele... Era impossível. Ele tava na porta de casa, como que ele ia arrumar uma briga... em 10 minutos, ele ia arrumar uma briga pra chegar nesse ponto dele morrer, sem ter ninguém ouvido grito de nada? Só ouviu ele sendo abordado pela polícia. Entendeu? E eles falaram que foi... foi briga. A viatura chegou, os Rocam chegou e separou ele e mais um cara. Um cara com uma suspeita de tá querendo roubar ele.

Ana Paula: Mas ninguém viu a polícia batendo nele?

Robert Silva: Não. Eles levaram ele pra um canto pra trocar ideia. E aí foi nessa hora que deram uns murro nele e já voltaram com ele passando mal. Foi acho que a parte mais foda. Acho que é por isso mesmo que eu também não gosto desses cara. Você olha pros cara, já lembra dos mano. Fala: "Vixe... essa farda dá pra ver que tá suja", tá ligado?

Em ambos os casos, os amigos que foram assassinados eram muito próximos, considerados irmãos e tê-los perdido pelas mãos da polícia traz a falta de confiança e a aversão à instituição. Estas experiências, somadas às experiências de violência policial vivenciadas por eles próprios, mobilizam afetos de raiva, ódio e revolta dos jovens em relação à polícia:

Ana Paula: Você tem algum sentimento quando você vê a polícia?

Fernando: Raiva, vontade de matar eles.

Ana Paula: Todos? Toda vez que você vê?

Fernando: Não, nem toda vez. Raiva, o que predomina é a raiva. O ódio, em si. Tipo... eu não gosto de polícia e... acho que eu nunca mais vou gostar.

[Falando que quando um "bacana" é pego com três quilos de maconha não é preso, porque é considerado usuário, mas quando meninos como ele estão andando na quebrada e são pegos com 50 gramas de maconha em uma viela escura, são enquadrados como traficantes e "puxam" três anos de cadeia, porque é o policial que decide o que você é.]

Robert Silva: É foda essas ideia aí, eu fico bravo, bravo mesmo. Os cara tem que passar a visão pra você, mano, não deixar você com ódio.

Esses sentimentos são muitas vezes relatados como motivadores para que os jovens retornem ou permaneçam envolvidos com o "crime" para cobrar a morte do amigo:

Robert Silva: [...] uma cena mais forte que eu tive foi quando eu te falei na primeira entrevista, quando mataram um amigo meu. Que eu pensei, mano, em voltar pra *vida loka*⁷⁴ mesmo e cobrar, tio, e correr atrás, foda-se, meter bala no maluco lá e depois o que vim pra nós era lucro. Se ele quisesse cobrar também, era se me achar. Eu pensava assim.

Natasha Neri (2012) também fala sobre os sentimentos de raiva, rancor, ódio, revolta e vingança produzidos na relação entre adolescentes que praticaram atos infracionais e policiais, a partir de pesquisa realizada em unidades de internação do Departamento Geral de Ações Socioeducativas do Estado do Rio de Janeiro (DEGASE), convivendo e entrevistando adolescentes internos. A autora coloca que a relação entre os adolescentes e os policiais é de guerra, em que um trata o outro como objeto. Os

⁷⁴ A expressão *vida loka* surge a partir de músicas do grupo de RAP Racionais Mc's e seu uso foi sendo incorporado especialmente por jovens das periferias paulistas. A expressão "parece condensar os sentidos e significados de viver sob a égide da inclusão social perversa" (VELOSO, 2015, p. 112). Segundo Hirata (2010), "a vida loka apresenta-se como a vida incerta, arriscada, improvável e sob risco permanente, sobre ela pairam a incerteza sobre o futuro e a impossibilidade de um domínio sobre a própria vida" (p. 350). Malvasi (2011) explica que a ideia de *vida loka* "parece revelar a imponderabilidade da experiência comum, o aparente caos que cada indivíduo deve gerenciar, mas também o reconhecimento de que o mistério do fluxo da vida cotidiana não é controlada pelo Estado ou por qualquer poder humano. Especificamente no cotidiano de jovens que participam do "crime", a expressão "vida loka" sintetiza o assombro e a dor daqueles que estão situados como a vida matável preferencial na sociedade brasileira contemporânea" (p. 165).

adolescentes entrevistados pela autora contaram experiências traumáticas vividas na relação com a polícia, as quais alimentam o ódio que sentem por policiais. Nos relatos dos adolescentes entrevistados por Neri (2015), também aparece a morte de amigos ou familiares como geradora de raiva e revolta nos meninos e motivadora da prática de ações violentas contra os policiais como retaliação aos atos de violência praticados pelos policiais. Nessa relação com os policiais, os jovens convivem com o medo de serem mortos por eles. Nesse sentido, Peralva (2000) discute que o modo de intervenção policial nas favelas, marcadas pela violência extrema e, em sua outra face, pela corrupção, "constitui um elemento fundamental na formação do sentimento de risco de morte que afeta de forma constante todo jovem favelado" (p. 133). Assim, uma das formas que os jovens encontram para responder a esse risco individualmente é o engajamento no narcotráfico. No caso dos jovens aqui entrevistados, a raiva e a revolta emergem, mas a efetiva ação de vingança não aparece em suas narrativas. Fernando expressa a raiva, o ódio e a vontade de matar os policiais, mas não fala sobre nenhuma ação efetiva nesse sentido. Sobre a situação de ameaça que sofreu de policiais, ele e a mãe se engajaram nos fluxos formais e institucionais de denúncia. Quando pergunto sobre como ele espera que seja resolvida essa situação, sua resposta também vai nesse sentido: "Ah, sei lá, mano. Tirar o aval desse policial, porque o policial não tem que fazer isso". Quando pergunto a Otávio sobre a atuação da polícia, ele entende que é preciso investigar os assassinatos cometidos pela polícia, não esquecê-los e cuidar dos familiares das vítimas:

Ana Paula: Se você fosse um especialista em Segurança Pública e aí você fosse chamado pra dar uma opinião sobre a atuação da polícia, o que que você diria? Você como especialista. Hoje em dia, a atuação atual. O que que você acha?

Otávio: Dependendo do caso, eu ia procurar sempre... ver o que que a polícia tava fazendo de certo e o que que a polícia ia tá fazendo de errado. Porque hoje em dia, você vê o quê? Descaso é grande. A polícia fez, a polícia faz aquilo, mas a Corregedoria não corre atrás. Deixa as família de lado. Passou um tempo, foi esquecido, é esquecido. Vai procurar o quê? Não esquecer... dos casos que passam, ia sempre tá procurando ajudar as famílias.

Ana Paula: As famílias de quem?

Otávio: Das pessoas, de... Porque tem muitas pessoas que são mortas pela polícia e as famílias é deixada de lado, ninguém quer saber por que a polícia matou aquela pessoa...

No caso de Robert Silva, que pensou em voltar para a *vida loka* para cobrar a morte do amigo, ele decide cobrar de outro modo, denunciando pela arte, escrevendo uma música sobre o que aconteceu. É o que será discutido no tópico sobre subjetivação.

2.4.2 Das táticas: "saber se policiar melhor"

Nas narrativas dos jovens, ficou evidenciado também um certo modo de ação na relação com os policiais, que identificamos como certas táticas forjadas por eles para evitar abordagens, evitar mais violências nas abordagens, preservar suas vidas. Assim, classificamos as táticas em duas categorias: as que chamamos de "preventivas", que são ações que eles tomam antes da abordagem acontecer, para evitar que ela aconteça, ou evitar a violência na abordagem; e as que chamamos de "reduzoras de danos", que são colocadas em ação quando eles já estão sofrendo a abordagem, para evitar que agressões físicas aconteçam, ou para evitar a morte, presente enquanto ameaça.

Preventivas

Uma das táticas que pode ajudar os jovens a evitar abordagens e violências é conhecer os diferentes tipos de polícias. Dada a forte presença da polícia nas vidas dos jovens, eles desenvolvem um interessante conhecimento sobre os diferentes tipos de polícia. Esse conhecimento vem tanto da observação como da experiência de abordagens policiais pelos mais diferentes tipos de forças policiais.

Ana Paula: Que tipos de polícia você conhece?

Fernando: Rocam, a PM normal, Ronda escolar, né? As viaturas convencionais da PM, Rota, Civil, GAT, Deic, Federal. Essas são as que eu já vi lá dentro.

Ana Paula: Que tipos de polícia você conhece?

Robert Silva: Ah, já tomei enquadro de civil, militar, narcóticos... e... várias... Deic, tá ligado? Garra, Rocam, GCM, todo tipo de polícia que você imaginar (risos). Todo tipo de polícia que você imaginar.

Assim, eles sabem caracterizar em que situações como cada tipo de força policial entra na favela. De modo geral, os jovens caracterizam que a Polícia Militar e seus diferentes grupos entram na favela para acabar com o baile *funk*, para "estourar biqueira", para ir atrás de pessoas acusadas de terem cometido assaltos, para prender pessoas. São os mais associados às práticas de violência contra adolescentes e jovens ("por prazer") e de morte de moradores e não costumam ter um objetivo certo, ficam "caçando" erros até levar alguém preso. A Ronda Escolar foi caracterizada como um tipo que só circula as escolas e não mexe com ninguém. A Rocam foi destacada como os policiais que mais

gostam de "zoar" com os moradores da favela⁷⁵. Os jovens dizem que a Rota não costuma entrar com frequência na favela, "só nos casos mais graves mesmo", "mas quando entra também, entra esculachando, tipo... não quer saber de nada. Não quer saber se é trabalhador, não quer saber de nada não". Na experiência de Robert Silva "enquadro de Rota é tranquilo". Ele fez um relato de uma abordagem que sofreu da Rota e disse que foi um dos policiais mais tranquilos que já o enquadraram, porque "trocou ideia bem"⁷⁶. A Polícia Civil é citada como a que vai com um objetivo certo, para investigar crimes de homicídio, fechar estabelecimentos, procurar alguém foragido. Os jovens disseram que ela é conhecida na favela como interesseira, porque cobra propina de estabelecimentos e de foragidos e suspeitos, motivo inclusive pelo qual não aborda muito adolescentes, porque eles não costumam ter dinheiro. Como ela é a responsável pela investigação, ela ganha dinheiro e o inquérito não é instaurado. Sobre a GCM, houve um único relato da atuação dela no Parque Ibirapuera como opressiva: "quem nunca sofreu abuso policial, vai no Parque Ibirapuera que a GCM tá lá pra isso. (risos) [...] Opressão total". Por isso, eles sabiam os horários em que os guardas passavam e evitavam estar no local quando eles estivessem passando. Sobre a Polícia Federal, Fernando faz uma "assemelhação" da imagem da entrada dela na favela, com as imagens (oferecidas incansavelmente pela mídia) das favelas do Rio de Janeiro, diz que se sente como se estivesse "na favela em guerra". Eles não esculacham ninguém, mas entram com fuzis nas mãos, apontando para todo mundo, mesmo para as pessoas que estão com crianças. Entendemos esse conhecimento como uma tática preventiva, desenvolvida pela observação e pela experiência, porque possibilita que os jovens diferenciem o que está por vir, conseguindo se localizar e se proteger, evitando o encontro, como acontecia, por exemplo, com a GCM no Parque do Ibirapuera.

Como a violência policial tem alvos preferenciais identificados por sinais diacríticos, Otávio entende que um modo de ser menos abordado é disfarçar esses sinais, mudando sua aparência, usando uma "roupa adequada" à figura de "trabalhador":

Otávio: Porque hoje em dia eu vou trabalhar com a roupa adequada. Não vou trabalhar de bermuda e chinelo numa região que eu sei que é moçada de polícia, que eu sei que eu posso tomar quadro a qualquer instante. Por isso eu vou

⁷⁵ Em conversas com alguns adolescentes atendidos no Serviço de MSE-MA na época em que eu atuava lá, eles também destacavam a atuação da Rocam como a mais violenta, a mais frequente agente de agressões contra eles, os policiais mais "folgados".

⁷⁶ Os adolescentes do SMSE-MA costumavam dizer que a Rota era respeitosa no momento de enquadrar. Se houvesse alguma problema, ela já matava, mas se enquadrava, era respeitosa.

com a minha roupa adequada, vou sem boné, cabelo penteado... pra não ser abordado.

Ana Paula: O que é uma roupa adequada?

Otávio: Ah, uma calça jeans, um sapato, uma camisa polo ou uma social. Vou trabalhar desse jeito. Agora, se eu for trabalhar de chinelo, essas... de camisa de time, de boné, eu sei que eu vou tomar enquadro.

Além disso, um fator importante é sempre estar com o RG, instrumento que permite aos policiais identificarem quem eles são, especialmente quando circulam por locais fora da comunidade onde vivem.

Otávio: Agora eu só ando com o RG também. Aí que tá. Eu só ando com o RG. Vou trabalhar com o RG. E dentro da comunidade eu ando sem RG, de boa. Fora eu ando com o RG, também, né? Pra prevenir.

Os jovens contam que os policiais sempre pedem o RG quando os abordam, sendo uma prática corriqueira. Ocorre que andar com o RG não é uma obrigação para cidadãos brasileiros. Quando não estão portando o RG, os policiais devem consultar pelo número do documento, fornecido pelo cidadão. Mas, no caso dos meninos, andar com o RG acaba sendo uma obrigação, porque são mais rechaçados quando estão sem RG, como relatado por Otávio, quando foi abordado sem RG e o policial lhe falou: "Não quero saber. Tem que andar com o RG, ladrão". A partir desse dia, Otávio passou a sempre portar o RG quando sai da comunidade.

Robert Silva, para evitar a abordagem, entende que o melhor é desviar o caminho:

Ana Paula: Você tem alguma estratégia pra ser menos abordado? Você tem algumas durante a abordagem, e para não ser abordado, você desenvolveu alguma?

Robert Silva: Desviar o caminho (risos). Se eu souber que eles estão numa rua, nem passo, nem passo... nem passo perto, tô tranquilo. Se tiver passando também, não olho pra cara, olho pra baixo, olho pra cima, olho pro lado... entendeu? Entro na padaria, entro no comércio... Ele já vai passar direito, vai embora e acabou.

Nessa lógica de não encontrar para evitar, podemos entender também suas ações de não ficar na rua e não sair da comunidade (como discutido no tópico anterior). Trata-se de um efeito da ação da polícia, que acaba se configurando também como uma tática para evitar abordagens e violências policiais.

Às vezes, no entanto, para evitar abordagens, é necessário conversar com os policiais, para que eles não se sintam ameaçados:

Robert Silva: Então, a gente passa assim, às vezes a gente não quer nem falar com eles, não quer nem olhar pra cara, mas: "Bom dia". Já é um gesto de ele também ser educado na hora de uma abordagem, porque... mano, às vezes policial, você olha com a cara feia pra ele, ele já vai te abordar de um jeito estranho: "Por que você tá me olhando de cara feia?", já vai se sentir ameaçado. Então, você passa... às vezes vai, troca uma ideia [...].

Robert Silva: É porque tem mano também que dá muita pala, né? Tem passagem e tudo, vê polícia, quer sair correndo, quer fugir. Se eu tiver com um B.O. na cintura, parceiro, e vem uma viatura, eu não vou sair correndo. Eu não sou louco. Os cara atira nas minhas costas. Vou ser cara de pau, passar: "Opa, bom dia", **pagar de louco**: "Opa, bom dia, senhor! Bom trabalho, hein! Tudo bom?", passa reto. Os cara vai falar: "Ixi, cê é **louco**, tá cumprimentando polícia na favela". Ó (barulho com as mãos), casca o pau. [...] Tem um cachorro rosnando pra você, você vai sair correndo? Vai lá fazer carinho, pô (risos dele e meus). Oxe, mostra que você é amigo. (grifos meus)

Para que os policiais não os ataquem, é melhor ir lá e mostrar que é amigo deles. Fazer isso é "pagar de louco", porque é como disfarçar a relação que está instalada. Mostrar que é amigo do policial é disfarçar as violências que já sofreu nas mãos deles, os amigos que já foram mortos por eles e toda a violência e revolta que marcam essa relação.

Outra tática inventada por Robert Silva foi a de realizar uma espécie de *autorrevista* para dizer ao policial exatamente o que carrega consigo:

Robert Silva: [...] A técnica mais fácil que eu fiz pra parar de tomar esculacho foi decorar tudo o que eu tinha no bolso. Falo: "No bolso direito tem uma carteira com o RG, no outro bolso tem umas moeda, no outro bolso tem um isqueiro e no outro tem um cigarro. Pode pegar", "O que que tem aqui?", "Aí tem isso, aqui tem isso...", quando ele tirar, vai ver que tem tudo, ele vai parar de pesar na sua. Eu acho que ele se alimenta do seu erro mesmo. Se você falar: "Meu isqueiro tá nesse bolso", no esquerdo, e quando ele for pegar, o isqueiro tiver no direito, ele vai falar: "Seu isqueiro tava onde?" (risos), entendeu? Ele já vai sentir contraversão na sua história. Ele já vai pesar na sua.

O alimento do policial é o erro deles, por isso, se antecipam e não podem se contradizer de forma alguma, caso contrário, ele "vai pesar na sua", "você vai tomar esculacho".

Redutoras de danos

Quando a abordagem acontece, outras táticas entram em ação. Fernando conta como reagiu no dia em que foi apreendido, quando, após os dois tiros disparados em sua direção, os policiais o alcançaram e começaram a agredi-lo:

Fernando: [...] aí eu **comecei a fazer um escândalo**. Comecei a fazer um escândalo, foi quando o... **os moradores saíram pra fora**. Os moradores da favela e, tipo, começaram a ver. **Falaram que se... se fizesse alguma coisa comigo ia enviar pra corregedoria, todo mundo que tava ali**. Aí foi quando eles pararam de me bater. [...]

[Os policiais o levaram para a frente de um condomínio e começaram a lhe perguntar sobre os outros garotos que estavam com ele e sobre traficantes da região, ameaçando-o de morte, caso não falasse]

Foi nessa hora que um amigo, amigo meu, que tipo, eu comprava pipa com ele, ele passou. Acho que ele tava vindo de... ele tava vindo... reabastecer a loja dele. Aí foi na hora que eu passei o número dos meus pais e **ele ligou pros meus pais**.

Ana Paula: Aí ele ficou ali com você?

Fernando: É, **ele ficou até meus pais chegarem**. (grifos meus)

Fernando descreve seu modo de ação de começar a gritar para chamar a atenção dos moradores da favela, que reagiram ao seu chamado e falaram que denunciariam os policiais se fizessem algo com ele, o que resultou na cessação das agressões físicas. Outro fator importante foi o amigo que ficou na companhia dele até seus pais chegarem, não deixando que ele ficasse sozinho com os policiais. A vigilância da atividade policial, então, demonstrou-se fator importante para a cessação da violência e para o não cumprimento das ameaças que foram feitas contra Fernando naquele momento. O relato de Fernando faz lembrar a fala de uma mãe em uma roda de conversa de que participei com familiares e adolescentes de outro Serviço de MSE-MA sobre violência policial, em que ela relatou que, quando vê a polícia abordando adolescentes próximo à casa dela, ela vai acompanhar a abordagem e, às vezes, até se apresenta como mãe do menino abordado. Outras mães presentes disseram que fazem o mesmo, como estratégia para que os adolescentes não sofram agressões dos policiais. Fernando também conta de um dia em que apanhou de policiais e uma trabalhadora do posto de saúde de seu bairro viu a cena. Ela se aproximou dele e o acompanhou até a avenida próxima de sua casa para que ele não ficasse sozinho.

Em outra situação vivida também por Fernando, ele e os amigos foram abordados e violentados em uma praça e não havia outras pessoas ao redor.

Fernando: [...] Tava eu e mais três amigos, um conseguiu fugir, entrou na viela e ficou gravando. [...]

Ana Paula: Nossa. E o outro filmou?

Fernando: É, o outro filmou só que depois de um tempo perdeu o celular, então não adiantou de nada.

Essa é uma tática também de vigilância da prática policial que costuma ser posta em jogo pelas pessoas quando presenciam violências policiais. É uma importante forma de conseguir denunciar posteriormente as práticas policiais⁷⁷. No caso de Fernando, eles não puderam utilizar as imagens para nada, em razão da perda do celular que gravou. Nessa mesma situação, após terem agredido os jovens, os policiais liberaram um de cada vez, mandando-os sair correndo:

Fernando: Aí eu entrei pra viela, que é a mais próxima. Eu não ia entrar pela rua, porque pela rua não tinha escapatória. Eu entrei pela viela, porque da viela eu podia dar um perdido neles, mesmo se eles viessem atrás.

O conhecimento do território da favela e das rotas de fuga também representa uma tática de sobrevivência.

Outra medida tomada por eles é dizer que não "têm passagem", já que ter passagem implica sofrer abordagens mais violentas:

Otávio: Mas, por eu ser de... por na época que eu era de menor, eu ter cumprido tudo, eu falo que eu não tenho passagem. Por isso. [...] Depois que eu cumprido, tudo certinho eu sempre falei: "Não, não tenho passagem. Nunca tive", mas sempre eles com aquele pé atrás: "Você tem passagem. Fala a verdade.", "Não senhor, eu não tenho passagem não". Só que a partir do momento que eu parei de cumprir, pra mim eu já não devia mais nada.

No entanto, nem sempre dá certo:

Robert Silva: [...] Tem essa diferença, às vezes você tá no enquadro: "não senhor, nunca fui preso", só pra você escapar de um esculacho... Ele fica pensando: "Se você foi preso, se tiver qualquer passagem... problema de escola na delegacia... te amasso".

[...]

Ana Paula: E... você já falou que não tinha, quando você tinha?

Robert Silva: (Acenou positivamente)

Ana Paula: E deu alguma coisa?

Robert Silva: Uhum. Tomei uma pranchetada na cabeça.

Ana Paula: Mas ele chegou a consultar, ou ele...?

Robert Silva: Consultou. Aí não tinha, porque como eu já tinha 18, já tinha limpado do tráfico. Mas aí tinha usuário de maconha, que eu tinha sido preso

⁷⁷ Natasha Neri, uma das diretoras do documentário *Auto de resistência*, que retrata casos de homicídios praticados por policiais contra civis no Rio de Janeiro e as trajetórias das mães e familiares na denúncia desses casos, em apresentação oral realizada no evento "Sistema Penal Juvenil II: entre direitos e violações" (promovido pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo), elenca as filmagens como uma importante ferramenta para desmontar a versão dos policiais em casos de homicídios classificados como "auto de resistência". No documentário, aparecem algumas filmagens de homicídios cometidos por policiais e da tentativa de incriminação da vítima por eles.

depois de 18 anos. Aí ele falou: "Isso aqui é passagem, seu noia". Aí pegou e me deu uma pranchetada.

Por fim, parece que a grande tática para lidar com os policiais vem com a experiência de saber como se portar e a maturidade de conversar:

Robert Silva: Ah, na... já tô ligado como é que é. Na hora que ele fala "encosta", agora eu já sei encostar na parede mesmo (risos dele e meus) [fez referência à história da primeira abordagem policial que sofreu, em que o policial tirou sarro dele e o agrediu, porque não sabia que pose fazer para encostar na parede para que o policial o revistasse], já vou tirando o boné, entrelaçando os dedos, abrindo as pernas e tal... facilitando RG... [...]

Robert Silva: Assim, hoje em dia nós é mais maduro pra conversar. Antigamente, nós era molecão, tava vindo de balada, só queria saber de bebida e tal. Hoje nós é maduro pra conversar, entendeu? "Não senhor, não é assim, a gente também conhece tal lado.", "O que que tá acontecendo?", entendeu? [...] mas, hoje em dia é mais tranquilo assim... Eu penso assim, mesmo com passagem. Tendo maturidade e como saber conversar, fala: "Senhor, era jovem, tive meu erro, tá ligado? Mas hoje em dia, eu tô firmão" e ele vai sentir a diferença também. Não adianta você chegar e falar assim: "Vou enrolar ele", tá ligado? Falar o bagulho e ele falar "Esse cara tá blefando". Eles tem treinamento pra isso (risos)... Eles tem treinamento psicológico. Você tem que falar e ele sentir mesmo firmeza nas suas palavras e falar: "É isso mesmo".

Ana Paula: E aí você acha que você foi desenvolvendo isso...?

Robert Silva: Ah, hoje em dia já. Depois de vários enquadros já sabe conversar, né?

Ana Paula: Você não foi mais agredido depois que você cumpriu medida?

Otávio: Não, porque quando a polícia me enquadra, eu tenho um novo jeito de falar com eles, é falando a verdade, só a verdade. [...] Tem jeito de você falar com eles também, né? Polícia quer saber só a verdade. A partir do momento que você quer contrariar eles, deixar eles entrar em contradiç... ou você entrar em contradição... eles vai tratar de uma maneira diferente. A partir do momento que você joga com a verdade, é o que eles quer.

Ana Paula: E antes você caía em contradição? Você mentia?

Otávio: Bastante. Bastante. Porque você pode ver, tem gente que tem passagem e fala que não tem. Bate o pé até as últimas. A partir do momento que você tá batendo o pé, a qualquer momento você entra em contradição, aí... A conversa já é outra, né? Também... tem um pouco disso.

Ana Paula: Que efeitos você acha que todas essas situações pelas quais você passou de abordagem, situações violentas, trazem na sua vida?

Otávio: Acho que teve uma grande mudança, através do que eu passei antes e... por hoje em dia eu ter mudado o meu modelo mental, saber se policial melhor, ter um pensamento diferente. [...]

Com a experiência, eles aprendem e passam a "se policial", assim como a conversar de um novo jeito com os policiais. Além de policial os trajetos que fazem, os objetos que carregam consigo, a fala de Robert Silva traz a dimensão de que eles se

sentem policiados também em seus pensamentos, já que os policiais têm treinamento psicológico para lidar com eles, para saber se eles estão falando a verdade ou não. E se perceberem que estão mentindo, "esculacho".

Apesar de todo o conhecimento e das táticas desenvolvidos com a experiência e que os salvam de situações de violência, algumas falas deles também evidenciam a fragilidade desse “saber”. Sobre o conhecimento dos tipos de polícia, Otávio diz:

Otávio: Paisana tem bastante. Aqui você não sabe quem é quem, né? Pode ser polícia, pode ser irmão, difícil você saber.

Ana Paula: Até pra quem mora é difícil?

Otávio: Até pra quem mora. Hoje em dia o que eu posso dizer é assim, você não sabe quem é quem. Por isso você não pode mexer com ninguém.

Não se deve mexer com ninguém e deve-se ter atenção e cuidado o tempo todo, pois não se sabe quem está por perto. Além disso, em razão do tipo de poder de que se investem os policiais e da arbitrariedade no uso desse poder, se o policial quiser incriminá-lo, pode forjar a incriminação e é quase impossível provar que você não está cometendo um crime, que não é o "bandido".

Robert Silva: [...] Tem vários casos aí de pessoa aí que... tava trabalhando e tudo, os policiais chegaram e... porque confundiu com a altura, o jeito de falar, o corte de cabelo: "É você. O bandido é você". E a prova? Pra você colocar... passar mais de um dia na prisão, parceiro, você tem que ter uma prova forte. Você vai me dar o quê depois? Dinheiro? Mano, dinheiro pra uma cicatriz na alma, não vale nada parceiro.

2.4.3 Subjetivação

Nos tópicos anteriores, pudemos perceber que os jovens entrevistados são frequentemente incriminados pelas forças policiais. Mas dado que estas forças se apresentam hoje no Brasil como um dos “principais dispositivos de ampliação e extensão da sujeição criminal”, quando os incriminados são também considerados “subjetivamente ligados” à transgressão, perigosos, irrecuperáveis, "bandidos" (MISSE, 2010), vamos analisar, neste tópico, como os jovens se subjetivam nesse contexto, se se assujeitam à incriminação feita pelos policiais ou se "re-existem" a essas violências. Importante pontuar que reconhecemos que o que apresentamos aqui são pistas iniciais e que outras metodologias de pesquisa, como a história de vida, poderiam trazer elementos mais consistentes para o delineamento destes modos de subjetivação. Atualmente, os três se autorrepresentam como trabalhadores, desconectados do "mundo do crime".

Retomamos aqui o conceito de sujeição criminal. Como já descrito, trata-se de um processo de subjetivação, em que há uma incorporação também por parte do indivíduo da acusação que lhe é feita. Misse (2011) observa que o processo de assimilação do crime ao sujeito, decodificado por traços selecionados (pobreza urbana, baixa escolaridade, cor, estilo de roupa, estilo de andar etc.) que ele apresenta começa geralmente no fim da infância e início da adolescência, tendendo a:

constituir uma subjetivação adequada ao rótulo imposto, particularmente quando esse é acompanhado de experiências traumáticas com diferentes tipos de autoridades (familiares, escolares, policiais, etc.). A condensação da experiência criminal com o recurso à violência, a sua rotulagem e o processo de estigmatização que se lhe segue enclausura o crime no sujeito, constituindo-se assim a sujeição criminal no próprio processo de subjetivação. (MISSE, 2011, p. 17-18)

Gonçalves e França (2013) classificam essa face como a mais cruel e preocupante de todo o processo, pois é o movimento em que o sujeito se identifica e incorpora à sua identidade os rótulos e estigmas de "bandido" que lhes são atribuídos socialmente, passando a ver a si próprio desta forma, aderindo à sujeição criminal. As autoras afirmam que neste processo "a subjetividade se dilui na homogeneidade da sujeição criminal" (p. 56) e o sujeito passa a se considerar não só como uma pessoa que cometeu crimes, mas como um "mau-caráter", como um bandido e nada mais. "Tudo isso se passa envolvendo agentes e atores sociais, operadores institucionais, desempenho de papéis, modos de produção de verdades em diferentes escalas – moral, política, enfim, todo um complexo processo social". (MISSE, 2007, p. 192, apud, GONÇALVES e FRANÇA, 2013). Nesse movimento, o sujeito – aqui, assim como na discussão das autoras, um adolescente – "assume para si a condição de bandido, de perigoso, levantando obstáculos a qualquer consideração outra sobre si, alimentando o enrijecimento da opinião pública e de todos quantos interagem com ele" (p. 58).

Nas narrativas de Robert Silva e Otávio, nos momentos em que se referem à época em que praticavam atos infracionais, eles trazem falas que parecem indicar uma autorrepresentação deles como "maus".

Ana Paula: Você acha que você seria uma pessoa diferente se você não tivesse passado por essas situações de abordagem?

Otávio: Sim. Porque sempre teve pessoas que acreditou em mim. Pessoas falavam que... que se eu estudasse, procurasse outro caminho, ia me dar bem na vida. As pessoas sempre me acharam inteligente, mas eu... sempre fui um pouco mente fraca, sempre quis ter aquele tênis do ano, aquela roupa de marca... Mas nunca pensei em correr atrás. Meu objetivo quando eu roubava

era pegar o que era dos outros. Mas não sabia que pegando o que era das pessoas, ia prejudicar a família delas, prejudicar a elas. Hoje em dia eu, eu sei o que eu fiz de mal pras pessoas. Fiz muito mal.

Ana Paula: Como é que foi pra você essa experiência?

Otávio: Ah, foi... Nunca esperava passar por isso, mas... a vida do crime é assim. Ou é morte ou é caixão, tem esses dois caminhos, né? Do meu ponto de vista, se você alimentar o mal, você vai colher o mal. Se você alimentar o bem, você vai colher o bem. Infelizmente, o caminho que nós escolheu foi o caminho do mal. Nessa época, o que que acontecia foi só o que a gente esperava, maldade da parte deles. É, um pouco disso.

Otávio acredita que vivia no caminho da maldade, acredita que alimentava o mal, então só poderia colher o mal na relação com os policiais.

Ana Paula: E não ferrou nada pra família?

Robert Silva: Então... (um tempo de pausa) Eu assumi, tá ligado? E aí eu meti o louco na hora do... do... que o juiz foi me julgar. Eu falei "então, tipo... minha mãe e meu pai me ajuda com dinheiro, dava uma mesada por mês, tá ligado? E aí eu sempre pesquisei na internet, mano, hoje em dia internet é tudo. E, tipo, eu sempre pesquisei e aí me falavam que em cidade pequena assim, traficante ganhava bem, porque as droga é muito cara, tem pouca pessoa assim e pá. Então, na capital eu juntei dinheiro, peguei, juntei 10 mil reais, comprei droga no centro da cidade... comprei droga no centro da cidade. Meu contato com o traficante... peguei o contato dele, pedi a droga, ele apareceu no dia... cheguei, fiz o teste, dei o dinheiro, entrei no ônibus e vim pra cá... não fui parado na estrada, nada. Cheguei aqui e comecei a traficar. Aí eu cheguei na casa dessa mulher, ela não sabia o que eu tinha na mala, comecei a contar uma história lá que eu ia começar a estudar, que eu tava procurando emprego, que não tava dando certo com os meus pais e ela me acolheu na casa dela. Entendeu? Tanto que na hora que você chegou, eu falei que você podia entrar e pá, me apresentei como Robert Silva... na hora que você falou que você tinha o mandado, eu sabia que você ia achar droga, eu já confessei que tinha droga, que o bagulho era meu". Aí, ficou suave pro lado dela. Aí ela ficou como vítima também. [...] Meti um esquema com ela. Falei: "Qualquer coisa, mano, você é a vítima, você só abriu a porta da sua casa. Você tá magoada, você tá boladona, grita mesmo, xinga mesmo, tá ligado? Que não dá nada. (risos) Só pra você não se ferrar. Porque a gente dava um dinheiro pra ela pra eu ficar acomodado, né? Ela sabia que eu traficava, com certeza, porque o filho dela traficava pra mim.

Ana Paula: Ah é? Com você?

Robert Silva: (risos dele e meu) É... a história é bem pesada.

No modo de ação de Robert Silva, o "esquema" que ele formulou com a mulher que sabia que ele comercializava drogas e ganhava dinheiro para abrigá-lo, consistia na formulação dele como o "traficante", "bandido", que a enganou, a "vítima" desse algoz, em quem ela confiou.

Esses são os únicos momentos em que essa incorporação do estigma apareceu de certa forma na narrativa deles. Quando se referem ao presente, os jovens expressam não

terem incorporado o "bandido", aliás, se colocam como diferentes deles, como na fala de Fernando, respondendo à pergunta sobre por que ele acha que era abordado todos os dias em um dado período de sua vida: "[...] Acho que em vez dele tá realmente preocupado [...] em prender bandido, eles tavam trabalhando pra se divertir. Se divertir batendo nos outros". Podemos entender dessa fala que ele não se coloca nesse grupo dos "bandidos", atrás de quem os policiais deveriam estar. Podemos perceber essa diferenciação também na fala de Otávio ao dizer que os policiais não sabem que na periferia não tem só "bandido" e "traficante", também tem "pessoas de bem, de coração bom, de caráter", trabalhadores que saem 7 horas da manhã para trabalhar todos os dias, que é a vida que ele está levando agora.

Na narrativa de Fernando, não identificamos falas que indicassem um modo de subjetivação conformado pela sujeição criminal. Em todas as narrativas que faz sobre situações em que foi violentado pela polícia, inclusive no episódio de sua apreensão pela prática de ato infracional, entende como descabida a ação dos policiais e expressa seu desgosto com a polícia, dizendo que sente raiva, que não gosta da polícia e que nunca mais vai gostar, que ele não pode confiar na polícia e que ela nunca vai mudar. Fernando conta que já teve o desejo de ser policial, mas que isso mudou nas experiências que teve com policiais e que hoje tem vergonha de contar isso para as pessoas.

Ana Paula: Tem algum sentimento que você sempre sentiu durante as abordagens, ou algum sentimento que mudou durante as abordagens, porque você ficou bastante tempo sendo bastante abordado, né?

Fernando: Quando eu era pequeno eu queria ser policial. Quando eu era pequeno, tipo... Agora eu tenho vergonha de falar isso pros outros. Pela maneira que eles tratam a população, acho que eu tenho vergonha, acho que por isso. Quando eu era pequeno, eu queria ser policial. Se não entrasse no Exército, eu queria entrar, no caso, na PM. Tipo, hoje em dia eu não vejo mais por que entrar.

Ana Paula: Por conta desse tratamento deles...

Fernando: É. Eu penso, imagine se eu entrar na polícia, se eu acabar me tornando igual a eles?

Ana Paula: Você tem esse medo...

Fernando: É.

Ana Paula: Você acha que é possível?

Fernando: Ah, não sei. Tudo é possível nesse mundo. (risos)

Ana Paula: Eu pergunto por isso. Você passou por tudo isso, de repente você vira policial, será que você teria esse tratamento com as pessoas?

Fernando: É, eu acho que não, né? Mas de qualquer forma eu não ia trabalhar nessa área mesmo.

Fernando se coloca hoje como trabalhador:

Fernando: Hoje eu trabalho com a minha mãe, sou cabeleireiro, parei de andar com certas amizades, que só me levavam pro mau caminho e... tô tentando me formar cada vez em uma coisa diferente, aprender várias profissões.

Otávio fala que aconteceu uma grande mudança em sua vida. Ele mudou seu "modelo mental", aprendeu a "se policial" e não é mais a pessoa que era antes. Ele também se autorrepresenta hoje como um trabalhador:

Ana Paula: Hoje em dia como é que tá essa história de abordagem pra você?

Otávio: Graças a Deus, eu tô de boa. Porque se a polícia me enquadrar, não devo nada, sou trabalhador.

Ana Paula: Faz tempo que você não é enquadrado?

Otávio: Tem um tempinho. Tem um tempinho sim. Graças a Deus, mudei de vida, tô trabalhando. Não tenho nem preocupação com a polícia.

[...]

Ana Paula: Que efeitos você acha que todas essas situações que você passou de abordagem, situações violentas, enfim... Que efeitos você acha que isso traz na sua vida?

Otávio: Na minha vida? Acho que teve uma grande mudança, através do que eu passei antes e... por hoje em dia eu ter mudado o meu modelo mental, saber me policial melhor, ter um pensamento diferente. Hoje em dia, eu posso andar do jeito que eu andar, que eu não vou ter medo de tomar enquadrado. Eu vou, eu vou saber que... eu não sou aquela pessoa que eu era antes. Hoje em dia eu sou uma pessoa digna para a sociedade, que eu posso sempre tá andando de cabeça erguida pra onde eu for.

Ana Paula: Por você não ser mais envolvido, você se sente mais tranquilo referente à polícia?

Otávio: Sim, me sinto mais tranquilo.

Ana Paula: Você acha que você corre menos risco mesmo?

Otávio: Menos risco. Com certeza. Hoje em dia eu posso andar onde eu quiser com a cabeça erguida.

Ser trabalhador torna-o "uma pessoa digna para a sociedade", que pode andar "de cabeça erguida" para onde for e que o faz se sentir mais tranquilo perante a polícia. Talvez sua condição de trabalhador o faça entender o policial como trabalhador também.

Otávio: Hoje em dia, eu vejo... eu vejo e penso que é abordagem de rotina deles, né? É o que eles fazem no dia a dia deles, é o trabalho deles. Nós tem que entender, né? Antigamente não. Antigamente, eles enquadravam por... por querer fazer algo de mal, tratar a gente mal, pensar que a gente era bandido, ladrão, alguma coisa assim. Hoje em dia não. Hoje meu pensamento já mudou. Que é uma abordagem de rotina e... é o trabalho deles. Antigamente não.

Ana Paula: Mas também era diferente o tratamento, né?

Otávio: Era diferente. Hoje em dia, por eu ter mudado de vida, eu vejo que é o que eles fazem sempre, né? Tem que fazer, né?

Algo em Otávio não mudou: seu jeito de andar.

[Ele estava falando que, entre outras características suas, seu jeito de andar "que nem malandro" ("a mão na frente, o pé atrás [...], que nem malandro assim") é uma marca que o faz ser mais abordado pela polícia]

Ana Paula: Você anda assim?

Otávio: Ah, é... o meu jeito de andar é assim mesmo. Não tem como mudar o jeito de andar por causa da polícia, né? Sempre gostei de andar assim, **solto**. Com os braços solto, não com o braço aqui assim, sempre foi os braços solto assim.

Ana Paula: E hoje, mesmo você indo trabalhar com a sua roupa adequada, você anda desse jeito?

Ando. Mas sempre com o RG no bolso. (grifo meu)

Otávio gosta de andar "solto" e assim o faz, "mas sempre com o RG no bolso" para prevenir. Afinal, como dito por ele mesmo, mesmo os "trabalhadores" sofrem ameaças, agressões e xingamentos dos policiais.

Robert Silva envolveu-se com a cultura *hip-hop*. Em alguns momentos da entrevista, ele se autodenomina cantor de RAP, promotor de movimento cultural e trabalhador. Assim como Otávio, Robert Silva também traz a dimensão do policial como trabalhador:

Robert Silva: [...] A gente também... A gente tem que entender também que é o trampo dos cara, né? Independente se é violento, pá... eu sei que é foda, infelizmente é assim, mas é o trampo dos cara. Os cara tem que fazer isso. Eles ganha a vida assim, entendeu? Tem uns que são bruto, tem uns que são violento, mas tem policial que é bacana. Às vezes, tem policial que tromba você no caminho e pá... Já tomei enquadrado de policial que já me ofereceu lanche, mano. Tava com mó fome, trampando e falei pra ele: "Mano, tô na mó fome, to no mó ódio aqui, mano... passei por essa situação", expliquei, "tô trampando, to no mó veneno, mano... Que horas são?". Eu tava mó passando mal e aí, ele pegou, foi pegar no meu pulso, assim, pra me levar pra viatura, porque eu tava com febre. Ele: "Já fiz enfermagem, mano. Você tá com febre, hein, mano". Falei: "Mano, eu to com muita fome. A cabeça tá explodindo", as veiona aqui mostrando. Aí ele foi na viatura e o cara voltou com dois pacote de bolacha. Olhei pra cara do polícia assim: "Mano, que que esse maluco vai fazer?". Aí ele "Come aí, mano. E sai fora. Não trampa mais hoje não. Vai embora. Se eu te pegar aqui, eu vou mandar você embora de qualquer jeito, eu te levo em casa". Aí eu: "Não, cê é louco, chegar em casa de viatura. Tá maluco?" (risos dele e meus) Já peguei as bolacha, as água e saí louco, falei: "sai fora".

Ana Paula: Mas o que você tava fazendo?

Robert Silva: Tava vendendo água no farol. [...] Aí, é perto da delegacia assim, tipo, na outra esquina é a delegacia. Aí eles passa direto lá. Aí eles viu, primeiro dia eu trabalhando lá, mó cota. Eu falei pra ele: "Mano, tô na mó situação e pá... mó fome aí, tio. Tem que fazer isso. Infelizmente... Vender água". Aí ele olhou, tipo, ele que foi comprar duas água, não tinha nem troco... Tava começando ainda, de de manhã até agora. Ele falou: "Caralho, de de manhã até agora?", falei: "Vendi duas água". Bagulho foda. Ponto ruim. Você tá começando, tal, você pega uns ponto que é péssimo.

Ana Paula: E você já trombou bastante polícia gente boa?

Robert Silva: Não, foi três. (risos meus) Foi três só e já era. Nunca mais eu vi nenhum. Já vi assim... Um foi esse gente boa comigo, foi o outro que passou e me deu bom dia. Eu passei, ele olhou pra mim: "Bom dia", eu falei: "Bom dia, tudo bem?". Ele olhou pra mim, um olhou pra cara do outro, começou a conversar com o outro normalmente. Eu vi que foi um gesto normal, não foi um gesto... é... tipo... duvidoso. E aí o terceiro, foi um policial que tava ajudando uma senhora. Não foi nem nada comigo, foi ajudando uma senhorinha mesmo. A atitude dele foi pesada. Ele tava conversando com o outro e dois policiais tavam no Whatsapp, no celular. Aí tinha uma senhorinha na rua e ela precisava de ajuda pra atravessar. Eu tava do outro lado com o *skate*, pra atravessar no sentido contrário e observando. Aí o policial chegou até ela e perguntou se ela queria ajuda pra atravessar. Atravessou ela bonitinho tal, segurou na mão, depois esperou o farol fechar, depois voltou de novo. Eu falei: "Mano, policial gente boa, né?", ajudou a velhinha a atravessar, depois não chegou e não parou o trânsito pra voltar. Os cara tava tudo lá no Whats e num se ligou no cidadão, né? Que é o dever dele. Maior gente boa. Se ele é um tá só ali, só: "Ah, velhinha vai atravessar... Tá bom. Se chegar alguém pra roubar, vou fazer alguma coisa.", entendeu? Tem uns que pensa só isso.

[...]

Ana Paula: Você falou isso que o policial te cumprimentou bom dia, ele foi o único que te cumprimentou?

Robert Silva: Foi. Foi o único que trocou uma ideia assim. E eu, mano: "Bom dia, tudo bem?". E eu assustado, que eu tava com três pacote de *smoking* no bolso, tá ligado? Assustado assim... Ele ficou olhando... e eu: "Caraca, véi, que que esse maluco quer?", tá ligado? "Será que ele percebeu alguma coisa, pá? Tô com o olho vermelho, pá?". Aí eu passei e fiquei olhando. Ele começou a conversar com o outro cara lá.

Os policiais "bacanas" são raridade na extensa experiência deles de enquadros. Como disse Robert Silva, foram só três e ele nunca mais viu nenhum. E ainda assim, um deles foi classificado como "gente boa" por uma ação que não relacionada a Robert Silva e o outro porque lhe falou "bom dia", nada mais. Interessante observar que Robert Silva se refere aos policiais "bacanas" por duas vezes como "maluco". De fato, eles se comportaram de forma diferente, fora da lógica da relação estabelecida entre policiais e jovens pobres, negros e periféricos que foi relatada pelos jovens ao longo das entrevistas, relação de oposição, violência e arbitrariedade.

Cabe questionar, no entanto, a dimensão paradoxal desta experiência: de um lado, identificação ao lugar de trabalhador dos policiais, mas também uma certa naturalização da ação policial – "Nós tem que entender" [o enquadro]; "Independente se é violento [...], mas é o trampo dos cara"; "Eles ganha a vida assim" - ou ainda, a identificação com a função polícia, no sentido do autopolicimento, que pode sugerir uma sujeição criminal às avessas. Como já vimos com Passeti (2006), a vida ordeira, autopolicada de trabalhador conforma outro tipo de sujeição: a do *controle a céu aberto*. Retomamos aqui

a discussão de Passetti (2006) sobre essa operação. Nessa lógica, a ênfase da operação do controle em lugares apartados, fechados, de confinamento, se desloca para dispositivos a céu aberto (liberdade assistida, prestação de serviços à comunidade, penas alternativas, câmeras de segurança etc.), não como uma substituição, mas como continuidade do encarceramento. A *sociedade de controle* políca: pessoas, trânsitos, ruas, planetas, exércitos, políticos... Esse policiamento é operado não só pela polícia, mas também por tecnologias, por políticas públicas, ONGs e pelos próprios cidadãos. Augusto (2010) observa que policiar não é apenas conter, reprimir, prender, punir, mas, também, cuidar, restaurar, ordenar, controlar, garantir a circulação de pessoas e mercadorias. Assim, na ideia do *controle a céu aberto*, o controle opera uma administração do território pelos seus próprios habitantes, são produzidas novas subjetivações "afeitas aos controles policiais" (p. 272). Augusto (2010) pontua que o surgimento da polícia como uma técnica do poder biopolítico⁷⁸ está ligado à formação das cidades na Europa. Para que a cidade, "a *urbe*", existisse, foram criados diversos cuidados com a população dessa cidade e com o meio onde vivia essa população: controle de natalidade, saneamento básico, distribuição e armazenamento de alimentos, entre outros.

E urbanizar no sentido técnico de desenvolvimento desses cuidados com a saúde da população e no âmbito moral como guia das condutas dos que vivem na cidade, para garantir a saúde moral, como bem expressa a frase: *os cidadãos devem agir com urbanidade*. A cidade, para existir, teve que descobrir a polícia, ou, dito de outra maneira, a política das cidades é a prática de polícia. (AUGUSTO, 2010, p. 274)

Ocorre que, para o autor, atualmente, esses controles estão indo além dos cuidados com a população, restaurando o sentido da polícia como instrumento de urbanização e o ultrapassando "ao postular que os cuidados policiais destinam-se para a vida no meio e que devem ser exercidos por todos" (p. 274). Nesse sentido, localizamos as falas dos jovens como uma certa aceitação e naturalização do policiar nessa lógica de que somos todos trabalhadores que nos autopoliciamos, nos vários sentidos do policiar.

Voltando a Robert Silva, ele conta que sua trajetória no RAP começou no período em que estava internado na Fundação Casa. Ele escrevia cartas para sua mãe e fazia rimas nessas escritas. Os outros adolescentes que estavam internados com ele notaram seu

⁷⁸ O autor utiliza esse termo no sentido formulado por Foucault (1975-1976), que se refere ao *biopoder* como uma tecnologia de poder que aparece e se instala ao final do século XVIII, que tem como objeto e objetivo a vida. O *biopoder* se exerce sobre a vida dos seres humanos pelo controle dos seus processos biológicos, tratando-se de regulamentar a população, com o objetivo de otimizar e maximizar a vida. Trata-se de um poder de "fazer viver", um poder que intervém para controlar os acidentes, as deficiências da vida, com o objetivo de aumentá-la.

talento e o incentivaram a cantar as letras que fazia, dizendo que ele tinha talento para ser MC⁷⁹. Alguns educadores do centro de internação promoveram um campeonato de música, do qual Robert Silva participou com a primeira música que escreveu para sua mãe e ficou em segundo lugar. Ele ficou empolgado com o resultado, pelo fato de ter sido o primeiro campeonato de que participou e por ter ganho de vários outros meninos, e aí passou a escrever mais letras. Os outros adolescentes lhe diziam que ele escrevia bem e que tinha boa voz para cantar. Robert Silva também gostava de desenhar e quando houve uma oficina de graffiti no centro de internação, ele negociou com outros meninos, porque estava lotada, e conseguiu participar, o que o fez perceber que era isso o que ele gostava e queria fazer: escrever, cantar e grafitar. Quando saiu da internação, disse para sua mãe que seria MC, ideia que ela não incentivou, por entender que ele tinha que estudar e arrumar um trabalho e não ficar cantando. Mesmo sem o incentivo da mãe, ele seguiu escrevendo letras e cantando junto com outros meninos da "quebrada" que também gostavam de RAP. Até que formaram um grupo e Robert Silva não parou mais. Ele conta que logo que saiu da internação, escrevia músicas de "apologia":

Ana Paula: De apologia a quê?

Robert Silva: Apologia, né? Falando sobre os bagulho. Por quê? Agora tem o porque da história. Porque eu só andava com os mano que era envolvido. Acabei de sair do bagulho que eu sofri pra caramba, tipo opressão, essas parada, tudo. Então eu tinha aquele ódio, "Vou ser MC, então vou fazer um som de ódio. Fazer uns sons pesado, agredindo. Porque os cara da quebrada gostam disso. Chega lá e fala que eu cantei um som pesado, que eu explodi uma viatura, os cara da quebrada tudo vão querer no celular". É, eu pensava assim. Aí depois eu falei: "Ah, mano, se os cara quer um som pesado...", que nem essa agora que eu fiz falando a palavra de Deus também. É o primeiro som que eu falo umas parada assim, sabe, evangélico? Eu me coloco. Eu tento evitar religião, essas parada... mas de preconceito, eu fuzilo mesmo... fuzilo mesmo.

Ana Paula: Mas essa apologia que você fala é uma apologia ao crime, ou à droga...?

Robert Silva: É, tipo, falava, mano... como que era a vida dos cara, tá ligado? Se mexer com os cara, qual que era o final, que ele ia te quebrar, que andava só com as arma pesadas, essas ideia... Fazia uns sons assim, tipo MC da Leste no começo. E aí depois eu falei... Aí eu comecei a ouvir Inquérito, Realidade Cruel, que são uns sons pesado... Tipo Facção Central. Aí quando eu ouvi Facção, eu falei: "Ah mano... pesado". [...]

⁷⁹ Abreviação para Mestre de Cerimônia, um dos cinco elementos da cultura *hip-hop*. "O MC é aquele que, por meio de seus versos, conduz as palavras metricamente em cima do *beat* (instrumental)" (ARRUDA, 2017, p. 95).

Quando começou a ouvir esses *rappers*, ele diz que mudou seu pensamento. Ele escutava a música e, se gostava, buscava pela letra na internet e ficava lendo e relendo para entender melhor. Falando sobre isso, ele me entregou a letra impressa de uma música do grupo de RAP Inquérito, chamada "Lição de casa". A música fala sobre o que é o RAP e diz em dois de seus versos: "É quando um moleque da Fundação contraria / E ganha um concurso de poesia". Observo que este é ele e ele responde: "O RAP é todos nós, entendeu?". No início, ele ouvia e estudava as letras de outros artistas e escrevia letras como que respondendo a eles. Depois, ele começou a fazer suas próprias reflexões e a escrever suas músicas. Robert Silva escreve músicas para "passar uma visão", passar sua mensagem, se expressar:

Robert Silva: [...] Você tem uma ideia pra passar e você tá falando: "Moleque, você passou por isso? Tenha força. Por esse caminho, vai dar certo. Você vai tentar sair daí, entendeu? E se você for por aqui, você não tiver nesse caminho ainda, se você entrar nesse caminho, você tá fodido. É poucas ideias". É papo reto: "Você vai se ferrar, mano", entendeu? Já puxa as ideia pesada. Na quebrada, você tá ligada. O RAP passa uma visão bem mais forte do que outro tipo de música.

Ana Paula: Mas com as letras, a sua intenção é passar uma mensagem, é expressar o que você sente, o que é?

Robert Silva: É, no início, quando eu decidi mesmo, que eu tava fazendo as carta lá, eu fazia assim, tipo, as palavra que eu queria passar, tipo esse bagulho que eu falei de visão, é tipo não guardar comigo, falar com alguém, tá ligado? Tem coisas que você não fala com os seus parente em casa, mano. Você prefere trocar umas ideias com os seus amigo que é de boa, conhece o movimento, tá ligado? Fala: "Ó pai, mó *vida loka*. Tá acontecendo isso, isso e isso aí". Se você for conversar com a minha mulher, ela não vai entender direito, agora um amigo sabe conversar mais fácil, pra resolver os problema. Aí, até na minha letra eu falo: "Vou passar uma visão" [...]. Agora, quando você canta uma música, que você fala direto pra aquele moleque, tipo: "Mano, quais é as consequências dum lança perfume e dum *crack*?" A pessoa que usa o bagulho vai se identificar, vai falar: "É mesmo, velho. Tá falando sério. Acontece isso. No começo, é aquela aflição, aquela fissura. Depois você tenta não querer, fala: "Não, tô suave, não quero, pá", mas quando você vê, o bagulho te chama." É nessa hora que a gente tem que pá, entendeu? O mano tá ali, quer sair do crime e o mano vai lá bater na porta dele pra ir roubar e ele tá com dificuldade em casa. É nessas horas que a música, o *rap*, uma humilde mensagem, vai passar pra ele. "Ah, vou por um som pra se acalmar enquanto o mano não vem", aí, você escuta no som: "Mano, a vida é *loka*. É fácil os manos baterem no portão e te chamar pro bagulho, mas será que é fácil ir e voltar com segurança?". E aí já vai entrar na mente do mano as ideia. Ele vai falar: "É, mano". Aí, você pode salvar o mano através disso. Eu acredito assim. Pra mim é isso. [...]

[...]

Nas minhas poesias, eu falei coisas pra minha mãe, que frente a frente, olho no olho, eu não falava, mano. Eu acho que, tipo, vem um sentimento mesmo. Você busca as palavras, "ela vai ouvir e pá".

Robert Silva também deseja que o RAP seja uma fonte de renda para sustentar sua família. Diz que é difícil ficar rico cantando RAP e diz que sua principal intenção é ajudar a quebrada.

Robert Silva: [...] É difícil o mano cantar na quebrada na intenção de ficar rico, mano. Eu penso em... cantar estabilizado na vida, pai. Ter um carro, ter uma casa minha, pá... entendeu? Fazer uma faculdade, se minha mulher quiser fazer uma faculdade, vai ter um dinheiro pra ela estudar, manter o bagulho do moleque aí ó... uma escolinha de futebol, uma escola de desenho, de música, se ele quiser, eu tenho condição de pagar, mano. Fazer o meu som pra isso, assim. E conversar com a quebrada, mano. [...] E aí, apresentação socioeducativa, essas parada, de sarau, essas parada eu sempre encosto. Por quê? Porque os cara vai me ver e vai falar assim: "Não, o moleque é de quebrada, ele encosta nos evento que é pra ajudar a quebrada. Tem mano aí que só canta em baladinha fechada... faz amizade na intenção dos cara colar nas parada de boy, na intenção de já ganhar dinheiro e ficar na bota dos cara, entendeu? [...] Eu não quero crescer, eu quero ajudar, mano... Entendeu? Se eu ficar famoso um dia e ficar rico, mano... Que nem o Neymar. Todos os jogador de futebol, os cara fica rico, monta um campo de futebol na quebrada. Eu quero montar um centro cultural.

[...]

Ana Paula: E você também quer passar essas mensagens...

Robert Silva: Pra quebrada. Porque não adianta você saber escrever, você escrever, você cantar não é suficiente. Se não fazer bem pra outra pessoa, não é o suficiente. Se vim dinheiro com isso pra mim, eu penso em ajudar as quebrada, mano. [...] Acho que a igualdade não é só financeira que tá faltando no nosso país, mano. É igualdade, tipo, de união mesmo, tá ligado? Próximo assim... Fala: "Pô mano, tá ruim aí? Tem um trampinho aí? Tem um bico aí?" Tem que pensar nos próximos, tá ligado? Mas ninguém pensa.

Outra intenção das letras que escreve é mostrar a realidade, demonstrar e amplificar como é a vivência na quebrada, fazer denúncias, que não são possíveis de serem feitas pelos caminhos formais e institucionalizados:

Ana Paula: E hoje você gosta de escrever sobre o quê?

Robert Silva: Ah, eu gosto de escrever sobre a vivência na quebrada. Como é difícil... tá ligado? [...] Porque às vezes você tem um político aí fora que não sabe o que tá acontecendo na sua quebrada. Mas se sua letra fizer sucesso e chegar no ouvido de muitos, uma hora ele vai saber um comentário, um pedaço, uma tira... "Da onde saiu essas palavras?", "Do som de RAP do menor ali", entendeu? [...]

[...]

Quando você faz um som, um RAP principalmente, é muita dificuldade. Você vai fazer um som pra molecada, que é da sua idade, pra uns cara que é da velha escola, que viu Racionais se formando aí e tudo, e fazer um som pra aquelas pessoas que criticam o RAP, mano. Você não pode dar força pro seu inimigo. Ele só quer acabar com o RAP, acha o RAP um movimento assim, não tão bacana, e você vai fazer um som que vai apoiar mais o cara? Tipo, mano... Quando ele tá te atacando, você não vai responder com ódio e pá, tá ligado?

Você tenta responder falando com aquilo que ele não sabe, "Você tá falando coisa que você não sabe". Então, qual que é minha cota? É falar o que ele não sabe, tipo, "Ó, o que você falou, não é isso. É isso aqui que eu tô te falando". Se ele pesquisar, ele vai ver que eu tô certo. Acabei com aquele pensamento dele, nunca mais ele vai falar aquela merda, porque ele já sabe que eu provei que ele tá errado. E já era... se continuar, é comédia.

[Falando que uma das cenas mais fortes que viveu foi quando policiais mataram seu amigo. Depois disso, ele pensou em voltar para a *vida loka* e vingar a morte do amigo.]

Robert Silva: [...] Aí decidi parar, mano. Peguei uma caneta e um papel e comecei a escrever tipo uma carta de despedida pra levar pro enterro do mano. Tipo, mano, vou fazer uma letra, pá. Esse foi meu ataque, tá ligado? Falei: "Mano, eu vou fazer milhões de pessoas no dia ouvir a verdadeira verdade, que esse cara tá mentindo", entendeu? "Uma história de farda é tipo 10 mentiras nossa", entendeu? Não adianta? Então, mano, demorou, firmeza. Um dia, todo mundo vai ouvir, tio, o que vocês realmente fez. Aconteceu comigo, pa. Mas com você aconteceu, não sei se foi pior, ou parecido, mas aconteceu.

Robert Silva usa o RAP como uma forma de não responder a ataques com ódio e, no caso da morte do amigo, usou-o para atacar e levar a "verdadeira verdade" a conhecimento público.

Passar o recado, amplificar o que é a "vivência na quebrada", levar ao espaço público a "verdadeira verdade" por meio das músicas. Esses atos nos remetem ao modo de subjetivação *hiper-realista*, discutido por Maria Cristina Vicentin (2005) em pesquisa desenvolvida junto a adolescentes em contextos do sistema de justiça. A autora discute o *hiper-realismo* como *uma espécie de experiência direta, concreta, dramática e corpórea da realidade*, que deve ser tomada em sua dimensão performática, de *mostração* (VICENTIN, 2005). A autora discute esse modo de subjetivação a partir das rebeliões vividas pelos adolescentes internados em unidades da, à época, Febem-SP. Trata-se de "um modo de subjetivar-se em meio à opressão, ao estigma e à violência", em que os jovens *dobram-se* às lógicas políticas que tem a morte como estratégia de governo, mas encarnando "um movimento de *desterritorialização*, um *dever minoritário*, escapando "tanto aos saberes constituídos quanto aos poderes dominantes (DELEUZE, 1992, p. 217)" (VICENTIN, 2011, p. 103). Os jovens operam uma reversão desta lógica da morte como estratégia de governo construindo "modos de resistência e de subjetivação ancorados na potência da vida" (VICENTIN, 2011, p. 103).

Nas entrevistas realizadas para a presente pesquisa, pudemos perceber pistas desse modo de subjetivação nas narrativas de Robert Silva sobre suas letras de RAP e também quando ele conta ter o desejo de cursar a faculdade de Letras, para se aprimorar na escrita,

e depois o curso de Cinema. Surpresa com esse segundo curso, pergunto-lhe para quê e ele responde que gostaria de fazer documentários e abrir um canal no YouTube para denunciar e cobrar as promessas feitas pelos políticos em suas campanhas e não realizadas. Além disso, ele tem o desejo de fazer um filme para contar sua vida:

Robert Silva: Eu quero montar um filme, tipo, quando eu for... Eu vou juntando tudo aí dessa vida minha, eu vou fazer um filme, tá ligado? *Minha primeira lágrima no barro.*

Ana Paula: Sobre você?

Robert Silva: É. A primeira lágrima no barro, quando é pequeno, na quebrada... já vendo o sofrimento que é a vida, você, tipo, desde pequeno chorando ali no barro, né mano? E aí, vai contando a biografia da minha vida. E hoje quando eu chego lá, mano, eu, tipo, olho o morro assim... ainda emocionado, tipo, vendo a linha do tempo, tá ligado? Pequeninho, tipo o Zac, pequenininho assim. Aí, chovendo, assim, sentado no barro. O tempo foi passando, vai contando como foi desenvolvendo a estrutura, vida, pá, pá, pá, pá, pá... Aí, no final, aparece o papai grandão lá, naquela mesma coisa assim, emocional, mano,... da hora. E durante um trecho do filme, a ideia não é contar só sobre mim, tá ligado? É contar a história das pessoas, tipo um documentário mesmo, contar a história das pessoas que passaram por mim. "Tipo, mano, quero ser cantor. Pra mim montar um CD, demorei 3, 4 anos, mas o mano Johnny tá ali há 9 anos tentando montar", aí conta a história do outro personagem, que também é a mesma correria, tá ligado? É pai, o bagulho é louco, tio. Montar, pegar uma pessoa pra ser a Thallya, ali com o pensamento a mil, ali com uma filha na barriga, o outro pequeno, eu trabalhando, ela pensando em casa, tá ligado? Montar um bagulho pesado. Fazer a cena forte também... uma cena mais forte que eu tive foi quando eu te falei na primeira entrevista, quando mataram um amigo meu. [...]

Arruda (2017) sustenta que a arte, na perspectiva crítica, é capaz de superar a construção social da invisibilidade da juventude periférica, na medida em que tem a potência para analisar a condição em que vivem e de se reconhecerem como jovens periféricos não apenas por condições materiais, mas também por meio de processos de subjetivação. Arruda (2019) foca nos processos de subjetivação da juventude periférica⁸⁰ articulados à luta por reconhecimento desses jovens por meio da arte, "em uma sociedade marcada pelo contraste e indiferenças sociais, pela precarização das políticas públicas, pelos descaso e violência de Estado, e pela fragilidade dos vínculos afetivos" (p. 200),

⁸⁰ Quando fala de "juventude periférica", Arruda (2019) observa que usa o termo no singular, como uma categoria de análise que emergiu de uma realidade concreta, mas reconhece que existe nela uma vasta pluralidade. O autor entende por juventude periférica os jovens que são afetados "direta ou indiretamente pelas tramas e pelos mecanismos de produção e reprodução das desigualdades sociais" (p. 198), não apenas aqueles que vivem nas periferias no sentido geográfico, social e tributável, pois tem como referência de análise a condição e identificação material e subjetiva desses jovens em relação ao reconhecimento de si mesmos e de sua cotidianidade.

tomando como referência à cultura *hip-hop*. O autor defende que a arte, na perspectiva crítica, busca dignidade e respeito pelo modo de vida desses jovens, sendo, então, suas manifestações artísticas formas de fazer política. Arruda (2019) coloca que "não se é reconhecido sem se mostrar, sem se assumir, sem reagir às agressões e às gentilezas da vida cotidiana" (p. 224). Entendemos que, para Robert Silva, assim como para os jovens entrevistados pelo autor,

a arte é tomada como modo de resistência às desigualdades sociais e um espaço para manifestar e expor ideias, conflitos e desejos, bem como uma forma de se posicionar política e territorialmente, e de cuidar de seus afetos, servindo, então, de referência para outros jovens de suas convivências. (ARRUDA, p. 224)

Arruda (2019) defende que o *hip-hop* tem em seu cerne a potencialidade de desconstruir narrativas hegemônicas que enredam os jovens periféricos "nas artimanhas das relações de dominação e poder" (p. 176). Podemos observar que Robert Silva faz uso dessa potencialidade em suas letras de RAP, buscando desconstruir narrativas que não estão certas, falar sobre o que é a vida na "quebrada", desenvolvendo suas próprias narrativas sobre si mesmo e sobre seu contexto de vida. O autor afirma que, no caso do RAP, "o ritmo e a poesia surgem como alternativa possível para transpor uma ideia da cabeça para o papel, de modo a denunciar, resistir e transformar as situações sociais críticas que produzem sofrimentos sociopolíticos" (p. 176). Referindo-se às oficinas de RAP que conduzia em centros de medida socioeducativa de internação em Minas Gerais, o autor ressalta que, no lugar de armas, os jovens tinham nas mãos outros recursos de enfrentamento valiosos: "lápiz e papel para criarem seus ritmos e poesias" (p. 177). Foi essa a "arma" utilizada por Robert Silva para atacar os assassinos de seu amigo, usando "balas de conteúdo", como ele diz em uma de suas letras. Arruda (2019) pontua também a importância do exercício da imaginação que posto em prática na criação das poesias e ritmos, que permite "a criação de projetos de vida que se descolam do destino social de classe destes jovens [...], ampliando o campo imaginário dos mundos possíveis em relação aos destinos outrora tidos como imutáveis" (p. 177).

Arruda (2019) pontua que a cultura *hip-hop* valoriza a livre expressão das subjetividades, o que

permite a circulação da palavra por parte dos sujeitos, dando espaço às narrativas de vidas inscritas em campos onde a violência transita. Deste modo, ela pode possibilitar a mudança de rotas de vidas e, deste modo, de novos movimentos e posicionamentos subjetivos e políticos diante do mundo. Os discursos que circulam na cultura *hip-hop* indicam modos de reconhecimento

mútuo e pertencimento dos jovens periféricos, atribuindo novos valores, lugares e posições no laço social, de modo a dar visibilidade aos embates sociais e políticos presentes em sua base – sem naturalizar, individualizar ou criminalizar os conflitos gerados no e pelo laço social. Ou seja, este modo de circulação da palavra permite aos sujeitos a construção de narrativas próprias e afirmativas sobre seus modos de vida, angústias e potências criativas, rompendo uma lógica de humilhação social sustentada por um discurso provindo de um modelo de produção de exclusão socioeconômica. (ARRUDA, 2019, p. 178)

Assim, a arte, aqui expressa pela cultura *hip-hop*, se mostra um "dispositivo potente de cuidado e possibilidade de ancoragem dos sujeitos em situações sociais críticas" (p. 178). Apresentando-se como estratégia de enfrentamento às desigualdades sociais e fortalecimento dos laços sociais, ela contribui para manter os jovens vivos e criativos, permitindo que eles criem e compartilhem os próprios olhares sobre si e sobre o mundo em que vivem, "não se limitando exclusivamente à subsunção ao olhar externo e, em grande parte dos casos, discriminatório – seja ele o jurídico, o midiático, o psiquiátrico, ou o econômico" (p. 178). Nesta circulação da palavra, a construção de narrativas próprias e o exercício de imaginação, criação e reflexão propiciados pelo RAP, além de sua identificação com os *rappers* que lhe serviram de inspiração, podemos perceber uma movimentação de Robert Silva no sentido contrário aos processos de sujeição criminal, podendo construir, por meio da arte, outras narrativas sobre si e outros territórios subjetivos para si.

Deste modo, podemos concluir que, seja pela relação com o trabalho, seja pela relação com a arte, no caso, o RAP, não identificamos nos jovens entrevistados elementos que possam sugerir uma sujeição criminal.

Mas, nos três jovens, o que se evidencia é o esforço de se subjetivar nos espaços feridos, de forma a forjar alguma inscrição política de suas vidas. Assim, há um "esforço de elaboração subjetiva desta dimensão traumática" pelos jovens (VICENTIN, 2005). Podemos perceber isso nas letras de Robert Silva, nos momentos de conversas com os amigos sobre a *vida loka* a que ele e Otávio se referem, no tratamento psicológico pelo qual Fernando passou e no próprio ato de contar as situações que eles viveram nestas entrevistas.

Esta dimensão pública, política do dizer do RAP, também pode ser vista na motivação de Fernando para dar a entrevista para a pesquisa. Ao final da entrevista, quando lhe pergunto como foi falar sobre as situações que ele vivenciou, ele responde:

Fernando: Eu não gosto de falar, né? Eu não gosto de tocar nesse assunto. Mas se é para o bem de outras pessoas, não custa nada, né? Então, eu acho que é importante sim, se for para o bem de outras pessoas, acho que é importante.

Fernando entende que relatar as situações vividas por ele, expressar sua visão sobre a polícia, pode fazer bem a outras pessoas. Nesse sentido, podemos dizer que identificamos nesse esforço de subjetivação dos jovens estas duas direções: a busca por essa elaboração do traumático e o ato de colocar no campo público essas vivências, seja na forma de denúncia nas letras de RAP, seja na forma da própria pesquisa, os jovens enunciam e denunciam os processos de incriminação, violação e violência a que são constantemente submetidos.

*Limitaram meus passos
Tentaram sujar minha mente
Jamais deixaram de ser o futuro
Quando Michel Temer virou presidente
Meus sonhos foram guardados
Tudo o que eu tinha foi destruído
Eu fui afastado da sociedade
Pela lei dos homens eu fui punido
Tomei tapa, levei soco, tirei a corda do pescoço
Desde pequeno sofrimento corrente
Limitando minha liberdade
Eles não deixam correr
Eles não quer me escutar
Mas eles não reformam os parques
Pros nossos filhos brincar
Se eu tô na fila do SUS
É a morte quem nos atende
Seu preconceito sobre minha classe
Só quem sofre é quem sente
Meus versos ainda vive
Meu corpo anda mesmo baleado
E os tiros foram disparados
Pela segurança do seu Estado
Quero olhar no seu olho
Quero deixar sua cara torta
Um soco vai te contar
A falta de merenda em uma escola
Eu que não roubo, mano
Eu sou trancado na prisão
Enquanto os verdadeiro ladrão
Tão controlando minha nação
(Lions Pacs)*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho, buscamos fazer uma aproximação aos modos como os jovens, enredados nas malhas do sistema de justiça, vivem e são impactados pelas experiências de violência policial a que são submetidos. Dizemos que buscamos fazer uma aproximação, porque, como nos alerta Otávio, as agressões a que eles são submetidos "só quem mora na comunidade pode imaginar". Como as experiências que têm lugar no contexto de um *espaço ferido* (FERRÁNDIZ, 2002), trata-se de um modo de estar-no-mundo traumático, dificilmente comunicável. Otávio nos diz que se trata de experiências de difícil compreensão para quem vive fora desse contexto, como é o meu caso. No entanto, eles entendem ser importante falar sobre elas. Em seu esforço de subjetivação, buscam elaborar este modo de estar-no-mundo traumático falando sobre essas experiências, seja com amigos, denunciando em músicas, ou mesmo na presente pesquisa, enunciando suas vivências e colocando-as no campo público.

Iniciamos este texto com uma breve revisão de bibliografia sobre a violência policial no Brasil e em São Paulo, que nos aponta que esse modo de atuação vem sendo operado há tempos, mesmo antes da ditadura militar e civil de 1964, que reorganizou e intensificou essas práticas (SOARES, 2015). Chauí (2018) nos ajudou a localizar a violência policial na estrutura violenta da sociedade brasileira, estrutura essa que conserva as marcas de nossa história colonial escravista, em que as diferenças e assimetrias são transformadas em desigualdades e as relações entre desiguais tomam a forma da opressão. A violência policial é legitimada contra determinados grupos das classes populares (consideradas potencialmente violentas e criminosas) como forma de controlá-los. Os dados alarmantes sobre letalidade policial demonstraram que em São Paulo as maiores vítimas são homens, jovens, negros, pobres e moradores de áreas periféricas da cidade. É preciso pontuar que o tempo deste trabalho não nos permitiu fazer uma discussão aprofundada sobre o racismo presente e vivo na estrutura da sociedade brasileira, que Flauzina (2008, p. 45-6) inscreve como "fonte de uma política de Estado historicamente empreendida para o controle e o extermínio das populações negra e indígena na América Latina". Reconhecemos a centralidade desta discussão, especialmente quando falamos sobre violência de Estado e violência policial em nossa sociedade e lamentamos não ter sido possível agregá-la neste trabalho, principalmente quando todos os entrevistados se autodeclararam negros ou pardos. Algo importante que fica para ser feito em trabalhos futuros.

As pesquisas que investigaram a violência policial contra adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas demonstram como esses jovens são alvos frequentes da vigilância e da violência policiais. Essa violência se expressa em práticas de perseguição, humilhação e tortura.

Nas histórias vividas e contadas por Robert Silva, Otávio e Fernando, a violência policial é exposta em sua intensidade e crueldade. Trata-se de uma violência que opera demarcando em que territórios os jovens podem ou não circular, interrompendo seus movimentos, buscando colocá-los e mantê-los em uma posição de subalternidade e impotência, fazendo com que jovens que eram "bem tranquilos", fiquem "em choque". A vida dos jovens no *espaço ferido* convive com incursões violentas da polícia na favela, com a vigilância constante sobre eles, com a morte de amigos. Os jovens entendem que são alvos da violência policial por morarem em áreas periféricas e de favelas, por serem negros, pelo modo como se vestem, como falam, como andam e por "terem passagem". Analisamos essa relação de força, utilizando-nos dos conceitos de incriminação e sujeição criminal de Michel Misse. Nessa relação, os policiais, que "já chegam em abordagem violenta" e se referem aos jovens como "ladrão", tomando-os como portadores de uma subjetividade criminosa, como se fossem *subjetivamente ligados* à transgressão, sujeitos perigosos, que carregam o crime em sua própria alma, irrecuperáveis, "bandidos". Essa expectativa e esse tratamento dos policiais dados aos jovens se estende também às pessoas próximas a eles, como seus familiares e os técnicos que os atendem nos Serviços de MSE-MA. Por serem considerados "bandidos", contra eles qualquer ação violenta pode ser feita e, no limite, eles podem ser mortos. Importante pontuar que neste processo de sujeição criminal, a polícia é, no Brasil, um dos seus mais importantes agentes e, por isso, um dos principais dispositivos que constroem a sujeição criminal em nossa sociedade (MISSE, 1999), mas este é um processo social, que não se limita à organização policial.

Uma face cruel desse processo é quando o próprio jovem dá o "último passo na sujeição" (NERI, 2012, p. 216), e incorpora a acusação que lhe é feita, subjetivando-se como "bandido". Nesse processo, é difícil para o próprio jovem enxergar e considerar outras alternativas de vida. Nos jovens aqui entrevistados, identificamos alguns elementos que sugerem uma certa sujeição criminal quando eles se referem ao modo como se viam quando praticavam atos infracionais. Mas estes elementos parecem não se encontrar mais presentes atualmente, ao menos nos modos pelos quais esta pesquisa pôde abordá-los. Nos três jovens, o que se evidencia é o esforço de subjetivar-se nestes *espaços feridos*, de forma a forjar alguma inscrição política de suas vidas e não se assujeitar. Para Otávio e

Fernando, é pela via do trabalho, para Robert Silva, além do trabalho, a arte aparece como "dispositivo potente de cuidado e possibilidade de ancoragem" (ARRUDA, 2019, p. 178). Nos três jovens, identificamos, em seu trabalho de subjetivação, a busca por uma elaboração do traumático e o ato de colocar no campo público suas vivências, seja pela via da denúncia nas letras de RAP, seja na forma da própria entrevista para esta pesquisa.

Misse (2011) nos alerta que o processo da sujeição criminal se inicia geralmente no fim da infância e início da adolescência e tende a constituir uma subjetivação adequada ao rótulo imposto (de "bandido"). Contribuem para esse processo experiências traumáticas com diferentes tipos de autoridades, familiares, escolares, policiais etc. Neste ponto, é importante olharmos para o nosso papel e a nossa responsabilidade frente aos jovens, entendendo que a juventude constrói seus modos de subjetivação no mundo que nós, adultos, estamos construindo. Rotulando os adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas como "menor infrator", "delinquente", "L.A.", colabora-se para o processo de construção de identidades para o extermínio. Misse (2010) nos diz que, quando se utilizam os termos como "conversão", "reinserção", "ressocialização", estes últimos frequentemente usados como indicativos dos objetivos das medidas socioeducativas aplicadas aos adolescentes, está se reconhecendo que há um processo de sujeição criminal acontecendo, porque é como se o sujeito não tivesse sido suficientemente socializado no que se supõe ser a sociedade e precisa ser convertido a isso. Algo a ser repensado nas práticas no campo socioeducativo. Precisamos ir na contramão dessa lógica que rotula e estigmatiza os jovens negros, pobres e periféricos como "bandidos" e, assim, justifica as práticas de violência e extermínio contra eles. Em nossas práticas junto aos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, como nos dizem Gonçalves e França (2013), devemos investir na potência de vida deles, aproximando-nos de seus universos e oferecendo espaços de experimentação que possibilitem "o desmonte das universalizações contidas nos processos de sujeição criminal" (GONÇALVES E FRANÇA, 2013, p. 60), que os convoquem a viver processos de ruptura e criação de novos territórios subjetivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Cláudia Cristina Trigo de. **A praça Sete Jovens e a expansão do poder punitivo**. 2017 Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

ALBUQUERQUE, Maria do Carmo Alves de et al. Medidas socioeducativas em conflito: um diagnóstico a partir das equipes técnicas e adolescentes do meio aberto. **Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade**, São Paulo, v. 11, 2014.

Disponível em:

<<http://www.pgsskroton.com.br/seer/index.php/adolescencia/article/view/2964/2790>>.

Acesso em: 29 set. 2016.

ARRUDA, Daniel Péricles. **Cultura hip-hop e Serviço Social: a arte como a superação da invisibilidade da juventude periférica**. 2017. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

_____. **Processos de subjetivação da juventude periférica: cultura hip-hop, cotidianidade e reconhecimento**. Pós-Doutorado em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

AUGUSTO, Acácio. Para além da prisão-prédio: as periferias como campos de concentração a céu aberto. **Cadernos Metrôpole**, [S.l.], v. 12, n. 23, p. 263-276, jun. 2010. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/5933>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Governo. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017: desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública 2017.

_____. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília: Casa Civil, 1990.

_____. Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

BRASIL. Poder Judiciário da União. 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal – Seção de Medidas Socioeducativas. **A violência policial na voz dos adolescentes em conflito com a lei**. Brasília: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, s/d.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidade de muros**. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. 34. ed. São Paulo: Edusp, 2000.

CEDECA Interlagos. **Segurança pública para qual público?** Pesquisa sobre a trajetória de adolescentes autores de ato infracional: da abordagem à delegacia. São Paulo, 2006.

CHAUÍ, Marilena. O mito da não violência brasileira. In: CHAUÍ, Marilena; ITOKAZU, Ericka Marie; CHAUÍ-BERLINCK, Luciana (Org.). **Sobre a violência**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

BRASIL. Poder Judiciário da União. 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal – Seção de Medidas Socioeducativas. **A violência policial na voz dos adolescentes em conflito com a lei**. Brasília: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, s/d.

FARIAS, Juliana. Da atualização dos mecanismos de controle: a transformação dos favelados em população matável. **Revista Digital de Antropologia Urbana Os Urbanitas**, São Paulo, ano 5, v. 5, n. 7, p. 1-26, 2008.

FAUSTO, Boris. Controle social e criminalidade em São Paulo: um apanhado geral (1890-1924). In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). **Crime, violência e poder**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 79, p. 201-233, 2010a. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452010000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 set. 2018.

_____. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, p. 59-73, abr. 2010b. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 set. 2018.

_____. **Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo**. São Paulo: Unesp, 2011.

FERRÁNDIZ, Francisco. Malandros, espacios de trauma, estigma y peligro entre jóvenes venezolanos, em FEIXA, Carles et al. (Org.). **Movimientos juveniles en la América Latina: pachucos, malandros, punketas**. 1. ed. Barcelona: Ariel Social, 2002.

FERREIRA Neto, João Leite. Processos de subjetivação e novos arranjos urbanos. **Revista do Departamento de Psicologia – UFF**, Niterói, v. 16, n. 1, 2004. Disponível em: <<http://www.ichf.uff.br/publicacoes/revista-psi-artigos/2004-1-Cap7.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública 2017**. São Paulo, SP, 2017. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/ANUARIO_11_2017.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2018.

_____. **Anuário brasileiro de segurança pública 2018**. São Paulo, SP, 2018. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Apresenta%C3%A7%C3%A3o_Anu%C3%A1rio.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2018.

_____. **Anuário brasileiro de segurança pública 2014 a 2017: edição especial 2018**. São Paulo, SP, 2018. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/09/FBSP_ABSP_edicao_especial_estados_faccoes_2018.pdf>. Acesso em: 10 set. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

GONÇALVES, Hebe Signorini; FRANÇA, Yasmim de Menezes. "Fica bandido! ": pensando o adolescente e os processos de sujeição criminal. In: JULIÃO, Elionaldo Fernandes; VERGÍLIO, Soraya Sampaio (Org.). **Juventude, políticas públicas e medidas socioeducativas**. Rio de Janeiro: Degase, 2013.

HIRATA, Daniel Veloso. **Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida**. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

IPEA. **Atlas da violência 2017**. Rio de Janeiro: IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/06/FBSP_atlas_da_violencia_2017_relatorio_de_pesquisa.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2018.

_____. **Atlas da violência 2018**. Rio de Janeiro: IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2018. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/06/FBSP_Atlas_da_Violencia_2018_Relatorio.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2018.

LOURAU, René. **Análise institucional e práticas de pesquisa**. Rio de Janeiro: Uerj, 1993.

MALVASI, Paulo et al . Saberes da encruzilhada: militância, pesquisa e política no sistema socioeducativo. **Etnográfica**, Lisboa, v. 22, n. 1, p. 75-96, fev. 2018. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/etnografica/5157>>. Acesso em: 21 maio 2018.

MALVASI, Paulo. Entre a frieza, o cálculo e a "vida loka": violência e sofrimento no trajeto de um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 156-170, mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902011000100018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 maio 2017.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MESQUITA Neto, Paulo. Violência policial no Brasil: Abordagens teóricas e práticas de controle. In: PANDOLFI, Dulce Chaves; CARVALHO, José Murilo de; CARNEIRO, Leandro Piquet; GRZYNSZPAN, Mario. (Org.). **Cidadania, justiça e violência**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 129-148.

MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. 1999. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

_____. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". **Lua Nova**, São Paulo, n. 79, p. 15-38, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452010000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 4 nov. 2018.

_____. O papel do inquérito policial no processo de incriminação no Brasil: algumas reflexões a partir de uma pesquisa. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 26, n. 1, p. 15-27, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922011000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 mar 2019.

MONCEAU, Gilles. Implicação, sobreimplicação e implicação profissional. **Fractal Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 19-26, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922008000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 mar. 2018.

NERI, Natasha. "Ninguém é peito de aço": um olhar sobre as relações entre jovens em conflito com a lei e policiais no Rio de Janeiro. In: MISSE, Michel; WERNECK, Alexandre (Org.). **Conflitos de (grande) interesse: estudos sobre crimes, violências e outras disputas conflituosas**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

NUNES, Samira Bueno. **Trabalho sujo ou missão de vida? Persistência, reprodução e legitimidade da letalidade na ação da PMESP**. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2018.

PASSETTI, Edson. Ensaio sobre *um* abolicionismo penal. **Verve**, [S.l.], n. 9, p. 83-114, 2006. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/verve/article/view/5131/3658>>. Acesso em: 30 mar. 2019.

PERALVA, Angelina. **Violência e democracia: o paradoxo brasileiro**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. **Tempo Social**, v. 9, n. 1, p. 43-52, maio 1997. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86438/89095>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; IZUMINO, Eduardo A.; FERNANDES, Maria Cristina Jakimiak. Violência fatal: conflitos policiais em São Paulo (81-89). **Revista USP**, n. 9, p. 95-112, 30 maio 1991. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25552/27297>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

PIRES, Lenin. **Esculhamba, mas não esculacha!** Niterói: UFF, 2011.

PORTELLI, Alessandro. **História oral e poder**. Conferência no XXV Simpósio Nacional da ANPUH. Fortaleza, CE, 13 jul. 2009. Trad. Luiz Henrique dos Santos Blume e Heliana de Barros Conde Rodrigues. Disponível em: <https://www.academia.edu/29624274/Tradu%C3%A7%C3%A3o_de_H_Oral_e_poder_de_Alessandro_Portelli>. Acesso em: 31 ago. 2018.

REISHOFFER, Jefferson Cruz; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. Insegurança e produção de subjetividade no Brasil contemporâneo. **Revista de Psicologia**, Niterói, v. 21, n. 2, 2009. Disponível em: <<http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/Fractal/article/view/156/344>>. Acesso em: 17 jan. 2017.

RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. Intercessores e narrativas: por uma dessujeição metodológica em pesquisa social. **Pesquisas e práticas psicossociais**, São João del Rei, v. 6, n. 2, p. 234-242, ago./dez. 2011. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalapi/volume6_n2/Rodrigues.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2018.

SÃO PAULO. Estado. **Pesquisa sobre o uso da força letal por policiais em São Paulo e vitimização policial em 2017**. São Paulo: Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo, 2018. Disponível em: <<file:///C:/Users/Ana/Downloads/UsoForcaLetal2017.pdf>>. Acesso em: 6 fev. 2019.

_____. Estado. **Panorama geral dos serviços de medidas socioeducativas de meio aberto no município de São Paulo**. São Paulo: Ministério Público do Estado de São Paulo; Núcleo de Assessoria Técnica Psicossocial, 2018.

SINHORETTO, Jacqueline; SILVESTRE, Giane; SCHLITTLER, Maria Carolina. **Desigualdade racial e segurança pública em São Paulo: Letalidade policial e prisões em flagrante**. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.ufscar.br/gevac/wp-content/uploads/Sum%C3%A1rio-Executivo_FINAL_01.04.2014.pdf>. Acesso em: 26 set. 2016.

SOARES, Flávia Cristina; RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes. Rotulação e seletividade policial: óbices à institucionalização da democracia no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 63, p. 89-108, abr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862018000100089&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 mar. 2019.

_____; RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes. Rotulação e seletividade policial: óbices à institucionalização da democracia no Brasil. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 31, n. 63, p. 89-108, jan.-abr. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/eh/v31n63/2178-1494-eh-31-63-89.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2019.

SOARES, Luiz Eduardo. Por que tem sido tão difícil mudar as polícias? In: KUCINSKI, Bernardo et al. **Bala perdida**: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 27-32.

SPINK, Peter Kevin. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós-construcionista. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 18-42, jul./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822003000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 mar. 2017.

TRASSI, Maria de Lourdes; MALVASI, Paulo Artur. **Violentamente pacíficos**: desconstruindo a associação juventude e violência. São Paulo: Cortez, 2010.

VELOSO, Aline Matheus. "**Apesar que o vida loka também ama**": experiência afetiva de adolescentes inseridos no tráfico de drogas. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. **A vida em rebelião**: jovens em conflito com a lei. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005.

VICENTIN, Maria Cristina Gonçalves. Corpos em rebelião e o sofrimento-resistência: adolescentes em conflito com a lei. **Tempo Social: revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 23, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v23n1/v23n1a05>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2016**: homicídios por arma de fogo no Brasil. São Paulo: FLACSO BRASIL, 2016. Disponível em: <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2019.

ANEXO

Anexo A

ANEXO I - Roteiro de entrevista

Idade:

Sexo:

Cor:

1. O que te vem quando eu falo polícia? Três palavras e três imagens.
2. O que você acha da polícia?
3. Como é a relação da comunidade em que você vive com a polícia?
4. Que atuação a polícia tem no bairro em que você vive? Que tipos de polícia você conhece? Elas têm atuações diferentes?
5. Que efeitos você percebe que a presença da polícia traz para a criança, para o trabalhador e para os meninos envolvidos?
6. Você se lembra qual foi a primeira vez que teve algum tipo de interação com a polícia? Como foi? Dê um nome a essa situação.
7. Em que situações você teve contato com a polícia? Conte as vezes mais marcantes. (Para cada situação narrada, dê um nome)
8. Você saberia dizer quantas vezes já foi abordado pela polícia? O que você acha que isso quer dizer?
9. Você percebe diferença na relação da polícia com você antes, durante e depois do cumprimento da Medida Socioeducativa? Se sim, o que mudou? Como era e como é agora? Como é ser abordado enquanto está cumprindo medida? (há diferença na quantidade de abordagens, no modo das abordagens...) E o seu olhar em relação à polícia, mudou?
10. Com que frequência, aproximadamente, você é abordado pela polícia atualmente? Como são as abordagens?
11. Qual a diferença das primeiras abordagens para agora? O que sentia no começo? O que foi mudando? O que você sente desde a primeira vez? O que não sente mais, ou sente diferente?
11. De todas essas situações de abordagens relatadas, o que mais te marca? O que fica disso tudo?

12. Que efeitos você acha que essas situações produzem na sua vida? Como você acha que seria se não tivesse vivido tudo isso?

13. Se você fosse um especialista em Segurança Pública que fosse chamado para falar a sua opinião em um evento sobre a atuação da polícia, o que diria? O que você diria que seria um tratamento necessário pra quem sofreu violência policial?

14. Como é falar sobre isso? Como foi falar sobre isso aqui?